



Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

RELATÓRIO SOBRE AS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO - 2023

MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE

PROCESSO N.º:	538337/2023
PRINCIPAL:	PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE
CNPJ:	01.978.212/0001-00
ASSUNTO:	CONTAS ANUAIS DE GOVERNO MUNICIPAL
ORDENADOR DE DESPESAS	PASCOAL ALBERTON
RELATOR:	WALDIR JÚLIO TEIS
MUNICÍPIO DO FISCALIZADO:	TERRA NOVA DO NORTE
NÚMERO OS:	3741/2024
EQUIPE TÉCNICA:	EDUARDO BENJOINO FERRAZ





SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. INFORMAÇÕES GERAIS DO MUNICÍPIO	7
2. 1. CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO	7
2. 2. PARECER PRÉVIO PELO TCE-MT DE 2018 A 2022	7
2. 3. IGF-M - ÍNDICE DE GESTÃO FISCAL DOS MUNICÍPIOS - 2018 A 2022	8
2. 4. GESTORES E RESPONSÁVEIS	10
2. 5. PERFIL DA ENTIDADE PÚBLICA	10
3. PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	10
3. 1. PROCESSO ORÇAMENTÁRIO (Dados Consolidados do Município)	11
3. 1. 1. PLANO PLURIANUAL - PPA	11
3. 1. 2. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO	11
3. 1. 3. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA	14
3. 1. 3. 1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	15
4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	19
4. 1. RECEITA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA	19
4. 1. 1. CONSISTÊNCIA ENTRE O VALOR DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E OS VALORES INFORMADOS NA PRESTAÇÃO DE CONTAS	19
4. 1. 1. 1. TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - VALORES INFORMADOS PELA STN	20
4. 1. 2. EVOLUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	22
4. 1. 3. RECEITA TRIBUTÁRIA PRÓPRIA	23
4. 1. 4. GRAU DE AUTONOMIA FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS	25
4. 2. DESPESA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA	26
4. 2. 1. EVOLUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA	26
5. ANÁLISE DOS BALANÇOS CONSOLIDADOS	28
5. 1. SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	28
5. 1. 1. RESULTADO DA ARRECADAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA (QER)	28
5. 1. 2. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA (QED)	29
5. 1. 3. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	30
5. 1. 3. 1. QUOCIENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CORRENTE (QEOCO)	30
5. 1. 3. 2. QUOCIENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CAPITAL (QEOCA)	30
5. 1. 3. 3. REGRA DE OURO (Art. 167, III, CF)	31
5. 1. 3. 4. QUOCIENTE DO RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (QREO)	31
5. 2. SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL	34
5. 2. 1. QUOCIENTE DE RESTOS A PAGAR	34
5. 2. 1. 1. QUOCIENTE DE DISPONIBILIDADE FINANCEIRA PARA PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR	34





5. 2. 1. 2. QUOCIENTE DE INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	36
5. 2. 1. 3. QUOCIENTE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA (QSF) - EXCETO RPPS	36
5. 2. 1. 4. QUOCIENTE DA LIQUIDEZ CORRENTE	37
6. LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	37
6. 1. DÍVIDA PÚBLICA	38
6. 1. 1. QUOCIENTE DO LIMITE DE ENDIVIDAMENTO (QLE)	38
6. 1. 2. QUOCIENTE DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA (QDPC)	38
6. 1. 3. QUOCIENTE DE DISPÊNDIO DA DÍVIDA PÚBLICA (QDDP)	39
6. 2. EDUCAÇÃO	39
6. 2. 1. EMENDA CONSTITUCIONAL 119/2022 - APLICAÇÃO MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - EXERCÍCIOS 2020 E 2021	41
6. 2. 2. FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB	42
6. 2. 3. POLÍTICAS PÚBLICAS - PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES	44
6. 3. SAÚDE	45
6. 4. DESPESAS COM PESSOAL	46
6. 4. 1. REGIME PREVIDENCIÁRIO	46
6. 4. 1. 1. NORMAS GERAIS - UNIDADE GESTORA ÚNICA	46
6. 4. 1. 1. 1. ADIMPLÊNCIA DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PATRONAIS, SEGURADOS E ALÍQUOTA SUPLEMENTAR	47
6. 4. 1. 1. 2. PARCELAMENTOS DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	50
6. 4. 1. 1. 3. ANÁLISE DO CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA - CRP	50
6. 4. 2. PESSOAL - LIMITES LRF	50
6. 4. 2. 1. LIMITE PRUDENCIAL E LEGAL DO PODER EXECUTIVO	52
6. 5. LIMITES DA CÂMARA MUNICIPAL	53
6. 6. LIMITE - DESPESAS CORRENTES/RECEITAS CORRENTES - Art. 167-A CF	55
7. CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS	58
7. 1. RESULTADO PRIMÁRIO	58
7. 2. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS PARA AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS	60
8. TRANSPARÊNCIA PÚBLICA	62
9. PRESTAÇÃO DE CONTAS	63
9. 1. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GOVERNO AO TCE	63
10. RESULTADO DOS PROCESSOS DE FISCALIZAÇÃO	64
11. CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO TCE/MT RELATIVOS AOS ATOS DE GOVERNO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	
12. CONCLUSÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS DE GOVERNO	67
12. 1. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO	67
12. 2. CONCLUSÃO DA ANÁLISE DESTE RELATÓRIO TÉCNICO	68
12. 3. APÊNDICES	69
Anexo: 1 - INFORMAÇÕES ADICIONAIS - CONTAS DE GOVERNO	71





Quadro: 1.1 - Cumprimento de Recomendações do TCE	71
Anexo: 2 - INFORMAÇÕES GERAIS DO MUNICÍPIO	73
Quadro: 2.1 - Resultado dos Processos de Fiscalização	74
Anexo: 3 - ORÇAMENTO	75
Quadro: 3.1 - Créditos Adicionais - por Fonte de Financiamento (Agrupados por Destinação de Recursos)	75
Quadro: 3.2 - Créditos Adicionais do Período por Unidade Orçamentária	77
Quadro: 3.3 - Superávit Financeiro Exercício anterior X Créditos Adicionais Financiados por Superávit	19
Quadro: 3.4 - Excesso de Arrecadação X Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação/Operação de Crédito	18
Quadro: 3.5 - Alterações de Fontes de Recursos das dotações orçamentárias	90
Quadro: 3.6 - Alterações Orçamentárias - Leis Autorizativas/Fontes de Financiamento	92
Anexo: 4 - RECEITA	95
Quadro: 4.1 - Resultado da arrecadação orçamentária. Origem de recursos da receita	95
Quadro: 4.2 - Resultado da arrecadação orçamentária. Origem de Receitas (Valores Líquidos)	96
Quadro: 4.3 - Receita Corrente Líquida (RCL)	96
Quadro: 4.4 - Deduções da Receita Corrente (Exceto deduções para FUNDEB)	97
Quadro: 4.5 - Receita Tributária Própria (Valores Líquidos)	97
Anexo: 5 - DESPESA	98
Quadro: 5.1 - Despesa por Categoria Econômica	98
Quadro: 5.2 - Despesa por Função de Governo	99
Quadro: 5.3 - Programas de Governo - Previsão e Execução	101
Anexo: 6 - ANÁLISE DA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	103
Quadro: 6.1 - Resultado da Execução Orçamentária Ajustado - 2023 - Poderes e Órgãos Integrantes do OFSS	103
Quadro: 6.2 - Resultado Orçamentário do RPPS Individualizado	104
Quadro: 6.3 - Execução Orçamentária por Fonte X Superávit Financeiro (Exercício Corrente) - Inclusive RPPS	106
Quadro: 6.4 - Execução Orçamentária por Fonte X Superávit Financeiro (Exercício Corrente) - Somente RPPS	113
Anexo: 7 - RESTOS A PAGAR	114
Quadro: 7.1 - Restos a Pagar Processados e Não Processados	114
Quadro: 7.2 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar - Poder Executivo - Exceto RPPS (Inclusive Intra)	115
Quadro: 7.3 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar - RPPS (Inclusive Intra)	123
Quadro: 7.4 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar - Poder Legislativo (Inclusive Intra)	124
Anexo: 8 - DÍVIDA PÚBLICA	125





Quadro: 8.1 - Superávit/Déficit Financeiro - Total - Exceto RPPS	125
Quadro: 8.2 - Quociente da Situação Financeira por Fonte - Exceto RPPS	126
Quadro: 8.3 - Quociente da Situação Financeira por Fonte - RPPS	131
Quadro: 8.4 - Dívida Consolidada Líquida (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") Exceto RPPS	132
Quadro: 8.5 - Quociente de Dispêndio da Dívida Pública (QDDP) - Exceto RPPS	133
Quadro: 8.6 - Dívida Pública Contratada (art. 7º, I, da Resolução do Senado nº 43/2001)	133
Anexo: 9 - EDUCAÇÃO	135
Quadro: 9.1 - Receita base para Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (art.212, CF)	135
Quadro: 9.2 - Disponibilidade financeira de recursos próprios para pagamento de Restos a Pagar do ensino em 31/12	135
Quadro: 9.3 - Disp de recursos do Fundeb - Impostos e Transferências de Impostos para pagamento de RP MDE em 31/12	136
Quadro: 9.4 - Disp de recursos do Fundeb - Fontes 540, 541 e 542 para pagamento de RP MDE em 31/12	136
Quadro: 9.5 - Disp de recursos do Fundeb - Fonte 542 para pagamento de RP MDE em 31/12	137
Quadro: 9.6 - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino (art.212,CF)	137
Quadro: 9.7 - Despesas não consideradas como Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	138
Quadro: 9.8 - Despesas Empenhadas que se enquadram como MDE classificadas em outras funções	138
Quadro: 9.9 - Receita do Fundeb	139
Quadro: 9.10 - Despesa do Fundeb	140
Quadro: 9.11 - Indicadores do Fundeb	147
Quadro: 9.12 - [AUXILIAR] Cálculos - FUNDEB	148
Quadro: 9.13 - FUNDEB - Receita Recebida e não aplicada no Exercício	148
Quadro: 9.14 - [AUXILIAR] - CANCELAMENTO RESTOS A PAGAR MDE COM DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	149
Anexo: 10 - SAÚDE	150
Quadro: 10.1 - Receita base para verificação da aplicação mínima de recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde	150
Quadro: 10.2 - Disponibilidade financeira de recursos próprios para pagamento dos Restos a Pagar das ASPS em 31/12	150
Quadro: 10.3 - Cálculo da aplicação de recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (art.198 CF)	151
Quadro: 10.4 - Despesas não consideradas como Ações e Serviços Públicos de Saúde	152
Quadro: 10.5 - Outras despesas Empenhadas que se enquadram como ASPS. Fonte/destinação de Recursos 500 e 502	153





Anexo: 11 - PESSOAL	154
Quadro: 11.1 - Gastos com Pessoal - Poderes Executivo e Legislativo (Arts. 18 a 22 da LRF)	154
Quadro: 11.2 - Gastos com Pessoal - Poder Executivo (Arts. 18 a 22 LRF)	154
Quadro: 11.3 - Apuração do Cumprimento do Limite Legal Individual - MCASP - STN	155
Quadro: 11.4 - Gastos com Pessoal - Detalhado	156
Anexo: 12 - REPASSE À CÂMARA MUNICIPAL	158
Quadro: 12.1 - Limite de repasse para a Câmara Municipal. Receita Base (art. 29-A, CF)	158
Quadro: 12.2 - Índices e Limites Câmara Municipal (artigo 29-A da CF)	158
Anexo: 13 - METAS FISCAIS	160
Quadro: 13.1 - Resultado Primário e Nominal	59
Anexo: 14 - LIMITE CONSTITUCIONAL ART. 167-A	161
Quadro: 14.1 - Relação entre Despesas e Receitas Correntes - Art. 167-A CF	161
Apêndice A - Despesas excluídas do cálculo de MDE	
Apêndice B - Parecer do Controle Interno - Terra Nova do Norte - 2023	
Apêndice C - Declaração de Veracidade Contribuições - Terra Nova do Norte - 2023	
Apêndice D - Declaração de Veracidade Contribuições - Terra Nova do Norte - Jan.2024	
Apêndice E - Acordos de Parcelamento	
Apêndice F - Regularidade - Parcelamento 1	
Apêndice G - Regularidade - Parcelamento 2	
Apêndice H - CRP	





1. INTRODUÇÃO

Em atendimento aos arts. 31, 71, inciso I e 75 da Constituição Federal, ao art. 210 da Constituição Estadual, bem como aos arts. 1º, inciso I e 26 da Lei Complementar Estadual n.º 269/2007 e ao art. 1º, incisos I e X da Resolução Normativa n.º 16/2021/TCE-MT/TP, apresenta-se o Relatório Preliminar de Instrução de Contas com o resultado do exame das contas anuais e da Previdência Municipal do Município de **TERRA NOVA DO NORTE** - exercício financeiro de **2023** - com o objetivo de subsidiar a emissão do Parecer Prévio sobre as Contas de Governo prestadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

A análise das contas considerou as informações e os documentos apresentados nas prestações de contas mensais encaminhadas pelos responsáveis dos Poderes Executivo e Legislativo, assim como dos demais órgãos da Administração Indireta que prestam contas individualmente ao TCE-MT, e a carga especial de Contas de Governo, encaminhadas via Sistema Aplic em atendimento à Resolução Normativa n.º 03/2020/TCE-MT/TP.

Destaca-se ainda que nos casos em que a equipe técnica detectou irregularidades nos registros contábeis de receitas e despesas houve alteração dos valores para efeito de todos os cálculos dos limites constitucionais e legais, prevalecendo o valor considerado correto após fiscalização realizada em valores específicos, conforme detalhamento que será apresentado em cada tópico deste Relatório.

2. INFORMAÇÕES GERAIS DO MUNICÍPIO

2.1. CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO

Data de Criação do Município	13/05/1986
Área Geográfica	2399,736 km²
Distância Rodoviária do Município à Capital	645 km
População do Município - IBGE - 2022	10.616

https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm_source=ibge&utm_medium=home&utm_campaign=portal

2.2. PARECER PRÉVIO PELO TCE-MT DE 2018 A 2022

Ressalta-se que está disposta no Tópico 10 deste Relatório Técnico a síntese da verificação do cumprimento das recomendações propostas nos Pareceres Prévios dos exercícios de 2021 e 2022.





Exercício	Protocolo/Ano	Decisão /Ano	Ordenador	Relator	Situação
Parecer Prévio					
2018	166847/2018	92/2019	VALTER KUHN	MOISES MACIEL	Favorável
2019	87874/2019	56/2021	VALTER KUHN	ANTONIO JOAQUIM MORAES RODRIGUES NETO	Favorável
2020	100250/2020	136/2021	VALTER KUHN	ANTONIO JOAQUIM MORAES RODRIGUES NETO	Favorável
2021	411922/2021	115/2022	PASCOAL ALBERTON	GONÇALO DOMINGOS DE CAMPOS NETO	Favorável com ressalvas
2022	89125/2022	130/2023	PASCOAL ALBERTON	GONÇALO DOMINGOS DE CAMPOS NETO	Favorável

https://www.tce.mt.gov.br/resultado_contas/tjur/tipo_jur/prefeituras

2. 3. IGF-M - ÍNDICE DE GESTÃO FISCAL DOS MUNICÍPIOS - 2018 A 2022

O Índice de Gestão Fiscal dos Municípios - IGF-M trata-se de indicador que permite mensurar a qualidade da gestão pública dos municípios de Mato Grosso, subsidiado pelos dados recebidos por meio do Sistema Auditoria Pública Informatizada de Contas - Aplic, pelo TCE durante análise das Contas Anuais de Governo Municipal.

É importante ressaltar que os índices apresentados neste relatório para os exercícios anteriores podem ter sofrido alterações, quando comparados aos índices apresentados nos relatórios técnicos e pareceres prévios dos respectivos exercícios, devido à possível correção dos dados do Aplic após apontamentos feitos durante as análises das contas anuais.

Ressalta-se ainda que o IGF-M do exercício em análise (2023) não será apresentado neste relatório devido à impossibilidade de consolidação dos cálculos antes da análise conclusiva sobre as contas de governo, podendo existir alterações nos índices nas fases de instrução e análise das manifestações de defesa. Dessa forma, o IGF-M deste exercício comporá a série histórica deste indicador apenas no exercício seguinte.

A análise da evolução do IGF-M nos últimos cinco anos permite compreender qual é o cenário da gestão fiscal do município, bem como averiguar se houve ou não melhoria do índice.

Portanto, o indicador final é o resultado da média ponderada dos seguintes índices:

1. Índice da Receita Própria Tributária: Indica o grau de dependência das transferências constitucionais e voluntárias de outros entes.

2. Índice da Despesa com Pessoal: Representa quanto os municípios comprometem da sua receita corrente líquida (RCL) com o pagamento de pessoal.

3. Índice de Liquidez: Revela a capacidade da Administração de cumprir com seus compromissos de pagamentos imediatos com terceiros.





4. Índice de Investimentos: Acompanha o valor investido pelos municípios em relação à receita corrente líquida.

5. Índice do Custo da Dívida: Avalia o comprometimento do orçamento com pagamentos de juros, encargos e amortizações de empréstimos contraídos em exercícios anteriores.

6. IGF-M Resultado Orçamentário do RPPS: Avalia o quanto o fundo de previdência do município é superavitário ou deficitário.

Os índices e o indicador do Município serão classificados nos conceitos A, B, C e D, de acordo com os seguintes valores de referência:

- a) Conceito A (GESTÃO DE EXCELÊNCIA): resultados superiores a 0,80 pontos.
- b) Conceito B (BOA GESTÃO): resultados compreendidos de 0,61 a 0,80 pontos.
- c) Conceito C (GESTÃO EM DIFICULDADE): resultados compreendidos de 0,40 a 0,60 pontos.
- d) Conceito D (GESTÃO CRÍTICA): resultados inferiores a 0,40 pontos.

Destaca-se que o detalhamento dos índices e classificação dos conceitos deste indicador encontram-se no endereço eletrônico <http://cidadao.tce.mt.gov.br/igfmtce>.

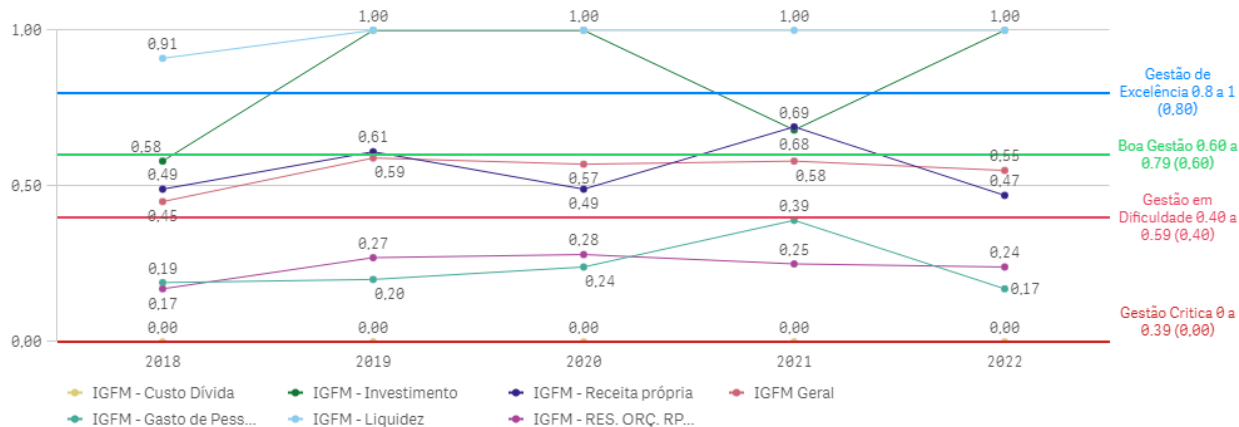
Seguem quadro e o gráfico que apresentam o resultado histórico do IGF-M do município de **TERRA NOVA DO NORTE**:

Exercício	IGFM - Receita própria	IGFM - Gasto de Pessoal	IGFM - Liquidez	IGFM - Investimento	IGFM - Custo Dívida	IGFM - RES. ORÇ. RPPS	IGFM Geral	Ranking
2018	0,49	0,19	0,91	0,58	0,00	0,17	0,45	108
2019	0,61	0,20	1,00	1,00	0,00	0,27	0,59	72
2020	0,49	0,24	1,00	1,00	0,00	0,28	0,57	81
2021	0,69	0,39	1,00	0,68	0,00	0,25	0,58	110
2022	0,47	0,17	1,00	1,00	0,00	0,24	0,55	125





IGFM - Índice de Gestão Fiscal dos Municípios



Verifica-se que houve uma piora no IGFM Geral do município no exercício de 2022 em relação ao exercício anterior, o qual passou de 0,58, em 2021, para 0,55, em 2022, reduzindo a posição do município no ranking estadual de qualidade da gestão pública e passando a ocupar a 125ª posição.

2. 4. GESTORES E RESPONSÁVEIS

As contas do Município no exercício de 2023 estiveram sob gestão dos agentes responsáveis:

ENTIDADE	CARGO	NOME	PERÍODO
GESTORES E RESPONSÁVEIS			
PREFEITURA MUNICIPAL	CONTROLADOR INTERNO	JONAS TADEU SASSI	20/07/2010 a 31/12/2023
PREFEITURA MUNICIPAL	ORDENADOR DE DESPESAS	PASCOAL ALBERTON	01/01/2021 a 31/12/2023
PREFEITURA MUNICIPAL	RESPONSÁVEL CONTÁBIL	PAULA WYARA VICENTE DA SILVA	04/08/2014 a 31/08/2023
PREFEITURA MUNICIPAL	RESPONSÁVEL CONTÁBIL	LADI VALGOI	01/09/2023 a 31/12/2023
CAMARA MUNICIPAL	CONTROLADOR INTERNO	LEONEL ARBO SPINELLI	01/03/2011 a 31/12/2023
CAMARA MUNICIPAL	ORDENADOR DE DESPESAS	OLI ONEVIO ZENNI	01/01/2023 a 31/12/2023
CAMARA MUNICIPAL	RESPONSÁVEL CONTÁBIL	ELIZANDRO ROSSI	01/01/2015 a 31/12/2023

Sistema Control-P

2. 5. PERFIL DA ENTIDADE PÚBLICA

Compõem a estrutura da administração pública municipal:

ENTIDADE
PODER EXECUTIVO





ENTIDADE
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TERRA NOVA DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE
PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

Sistema APLIC

3. PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

O processo de planejamento consiste em procedimentos permanentes e dinâmicos de que os Entes Federativos se utilizam para demonstrar quais planos e programas de trabalho, definidos para um período determinado, serão necessários para atender objetivos previamente estabelecidos. O processo orçamentário refere-se à manutenção das atividades dos Entes e viabiliza a execução dos projetos estabelecidos no processo de planejamento.

A Constituição Federal de 1988 definiu em seu art. 165 os seguintes instrumentos de planejamento e de orçamento:

- Plano Plurianual - PPA;
- Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO;
- Lei Orçamentária Anual - LOA.

Essas peças de planejamento formam uma cadeia lógica de procedimentos que se complementam e devem ser elaboradas em sintonia para que se tenha uma gestão orçamentária de qualidade.

Ressalta-se que as peças de planejamento (PPA, LDO, LOA e suas alterações) são encaminhadas ao TCE-MT conforme estabelecido no art. 171, incisos I e II, da Resolução Normativa TCE-MT nº 16 /2021/TCE-MT/TP, para subsidiar a emissão do parecer prévio sobre as Contas Anuais de Governo.

Assim, foram realizados exames nas referidas peças e em suas alterações, a fim de verificar as situações encontradas com os critérios estabelecidos pelas normas que tratam a matéria.

3. 1. PROCESSO ORÇAMENTÁRIO (Dados Consolidados do Município)

A seguir, serão descritas as informações de interesse à emissão do Parecer Prévio, bem como as irregularidades e seus respectivos achados resultantes dos exames efetuados.

3. 1. 1. PLANO PLURIANUAL - PPA





O Plano Plurianual-PPA, conforme determina a Constituição Federal de 1988, no art. 165, § 1º, é instituído por lei a cada quatro anos, para vigor no quadriênio subsequente a sua promulgação. Este instrumento de planejamento estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública municipal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

O PPA do Município de **TERRA NOVA DO NORTE** para o quadriênio 2022 a 2025, foi instituído pela Lei n.º 1.648, de 20 de outubro de 2021, a qual foi protocolada sob o n.º 822930/2021, no TCE-MT.

Em **2023**, segundo dados do Sistema Aplic, não houve alteração do PPA.

3. 1. 2. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO

A Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, conforme determina a Constituição Federal de 1988, no art. 165, § 2º, é uma peça de planejamento que dispõe sobre as metas e prioridades da administração pública federal, estabelece as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orienta a elaboração da lei orçamentária anual, dispõe sobre as alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

A LDO do Município de **TERRA NOVA DO NORTE** para o exercício de **2023**, foi instituída pela Lei Municipal n.º 1.731, de 22 de novembro de 2022, a qual foi protocolada sob o n.º 468193/2023 no TCE-MT.

A Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, dispõe no § 1º do artigo 4º, que o Anexo de Metas Fiscais integrará o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias. Neste anexo serão estabelecidas as metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultado nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

De acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais, as metas fiscais são o elo entre o planejamento e a elaboração do orçamento e sua execução. Dessa forma, se verificado, ao final de um bimestre, que *a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias* (Manual de Demonstrativos Fiscais: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios. Válido a partir do exercício financeiro de 2022, Secretaria do Tesouro Nacional. - 13ª ed., pág.264) .

Entende-se por:

Dívida Consolidada Líquida: Valor obtido deduzindo-se da Dívida Consolidada o valor do Ativo Disponível e dos haveres financeiros líquidos dos Restos a Pagar Processados.

Resultado Nominal: representa o conjunto das operações fiscais realizadas pela administração pública acrescentando ao resultado primário o saldo da conta de juros, ou seja, a diferença entre os juros ativos e juros passivos (método acima da Linha).

Resultado Primário: Diferença entre os totais das receitas e despesas não-financeiras, demonstrando a capacidade de pagamento do serviço da dívida.





Consta na LDO/2023 o Anexo de Metas Fiscais, conforme o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (Art. 4º, §1º), estabelecendo para o exercício de **2023** as seguintes metas:

a. a meta de resultado primário para o Município é de superavit de R\$ 2.325.287,00, significando que as receitas primárias projetadas serão suficientes para bancar as despesas primárias projetadas para o exercício;

b. a meta de resultado nominal para o Município é de superavit de R\$ 2.650.000,00;

c. o montante da dívida consolidada líquida para **2023** ficou estabelecida em R\$ 6.670.843,00.

O cumprimento da meta fiscal de resultado primário estabelecida na LDO será objeto de análise específica pela equipe técnica e as conclusões serão apresentadas no Capítulo 7 deste Relatório.

Além do Anexo de Metas Fiscais, a LDO deve conter o Anexo de Riscos Fiscais, nos termos do art. 4º, §3º, da LRF, a fim de evidenciar os principais riscos capazes de influenciar o alcance das metas fiscais propostas e informar as opções escolhidas para enfrentá-los minimizando os seus efeitos.

Assim, para que esses riscos não afetem as metas fiscais propostas, foram definidas na LDO/2023 do Município as seguintes providências:

MUNICIPIO DE TERRA NOVA DO NORTE/MT
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS – LDO 2023

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais (não previstas)	50.000	Utilizar a Reserva Contingência	100.000
Dívidas em Processo de Reconhecimento	45.000		
Assistências Diversas			
Outros Passivos Contingentes	5.000		
SUBTOTAL	100.000	SUBTOTAL	100.000
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Transferências da união-LC 176/2020	100.000,		
Cota Parte do Icms	300.000,	Limitação de Empenho	400.000,
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções			
Outros Riscos Fiscais			
SUBTOTAL	400.000,	SUBTOTAL	400.000,
TOTAL	500.000,	TOTAL	500.000,

Sobre a elaboração do LDO é possível afirmar que:

1) As metas fiscais de resultado nominal e primário foram previstas na LDO (art. 4º, §1º da LRF), conforme consta na fl.54 do documento externo n.º 2158/2023.





2) A LDO estabelece no art.25 as providências que devem ser adotadas caso a realização das receitas apuradas bimestralmente não comporte o cumprimento das metas de resultado primário e nominal (art. 4º, I, b e art. 9º da LRF).

3) Foram realizadas audiências públicas durante os processos de elaboração e de discussão da LDO, conforme determina o art. 48, § 1º, inc. I da LRF, conforme comprovação encaminhada nas fls.62 a 82 do documento externo n. 2158/2023.

4) Houve divulgação/publicidade da LDO nos meios oficiais e no Portal Transparência do Município, conforme estabelece o art. 37, CF e art. 48, LRF.

A LDO/2023 foi publicada na edição de 16 de janeiro de 2023 do Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

Por meio de consulta no Portal Transparência do município de Terra Nova do Norte, verificou-se que a referida lei encontra-se disponibilizada no portal.

5) Consta da LDO o Anexo de Riscos Fiscais com a avaliação dos passivos contingentes e outros Riscos, conforme estabelece o artigo 4º, §3º da LRF.

As informações e análises acerca do Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências, referente ao exercício de 2023, foram encaminhadas nas folhas 51 a 57 do documento digital n.º 2158/2023.

6) Consta da LDO o percentual para a Reserva de Contingência, nos seguintes termos:

Art. 28 - O Orçamento para o exercício de 2023 poderá destinar recursos para a Reserva de Contingência, não superior a até 1% (um por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas e 20% (vinte por cento) do total do orçamento de cada entidade para a abertura de Créditos Adicionais Suplementares. (art. 5º, III da LRF), que será encaminhado em projeto de lei a parte da lei orçamentaria para 2023.

3. 1. 3. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA

A Constituição Federal, no art. 165, inciso III e § 5º, determina que lei de iniciativa do Poder Executivo estabeleça o orçamento anual, o qual compreenderá os Orçamentos Fiscal, de Investimento e da Seguridade Social, abrangendo as entidades e órgãos a ele vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

A LOA do Município de **TERRA NOVA DO NORTE** para o exercício de **2023** foi publicada em 7 de dezembro de 2022, nos termos da Lei Municipal n.º 1.733, a qual foi protocolada sob o nº 468185/2023 no TCE-MT.

A LOA/2023 estimou a receita e fixou a despesa no montante de R\$ 110.000.000,00, conforme art. 1º, sendo:

- Orçamento Fiscal R\$ 78.291.734,00
- Orçamento da Seguridade Social da Administração Direta R\$ 34.599.391,00
- Orçamento da Seguridade Social Administração Indireta R\$ 3.638.100,00





- (-) Dedução para formação do FUNDEB R\$ (6.272.000,00) (-) Dedução Impostos R\$ (257.225,00)

Sobre a elaboração da LOA é possível afirmar que:

1) O texto da lei destaca os recursos dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimentos (art. 165, § 5º da CF).

2) Foram realizadas audiências públicas durante os processos de elaboração e de discussão da LOA, em atendimento ao art. 48, § 1º, inc. I da LRF.

A cópia da Ata da audiência pública consta nas folhas 113 e 114 do documento digital n.º 2157/2023 (protocolo n.º 468185/2023).

3) Houve divulgação/publicidade da LOA nos meios oficiais e no Portal Transparência do Município, conforme estabelece o art. 37, CF e art. 48, LRF.

A LOA, referente ao exercício de 2023, foi publicada em 7 de dezembro de 2022, no Jornal Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

Por meio de consulta no Portal Transparência do município de Terra Nova do Norte, verificou-se que a referida lei foi disponibilizada no portal.

4) Não consta na LOA autorização para transposição, remanejamento e transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, obedecendo assim, ao princípio da exclusividade (art. 165, §8º, CF/1988)

3. 1. 3. 1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Foram definidos os seguintes parâmetros para as alterações orçamentárias:

Lei Municipal nº 1.733/2022 (LOA/2023)

Art. 4º. Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - Abrir créditos suplementares à conta de recursos provenientes de anulação parcial ou total, da dotação consignada sob a denominação de Reserva de Contingência, destinados ao atendimento de passivos contingentes, outros riscos e imprevistos ou eventos fiscais, conforme prevê o Art. 5º, inciso III, da Lei Complementar 101 de 04/05 /2000 e em conformidade com o artigo 28, §§ 1º e 2º da Lei nº 1.582 de 07 de agosto de 2022, Lei das Diretrizes Orçamentária para 2023.





Lei Municipal nº 1.731/2022 (LDO/2023)

Art. 28 - O Orçamento para o exercício de 2023 poderá destinar recursos para a Reserva de Contingência, não superior a até 1% (um por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas e 20% (vinte por cento) do total do orçamento de cada entidade para a abertura de Créditos Adicionais Suplementares. (art. 5º, III da LRF), que será encaminhado em projeto de lei a parte da lei orçamentaria para 2023.

(...)

Art. 39 - Durante a execução orçamentária de 2023, se o Poder Executivo Municipal for autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2023 (art. 167, I da Constituição Federal).

Na tabela abaixo demonstram-se as alterações realizadas no orçamento por meio da abertura de créditos adicionais, nas respectivas unidades orçamentárias do Município e o correspondente orçamento final.

ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
	SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
R\$ 110.000.000,00	R\$ 19.591.149,95	R\$ 456.600,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 17.395.684,01	R\$ 112.652.065,94	2,41%
Percentual de alteração em relação ao orçamento inicial	17,81%	0,41%	0,00%	0,00%	15,81%	102,41%	-

Relatório Contas de Governo > Anexo: Orçamento > Quadro - Créditos Adicionais do Período por Unidade Orçamentária.

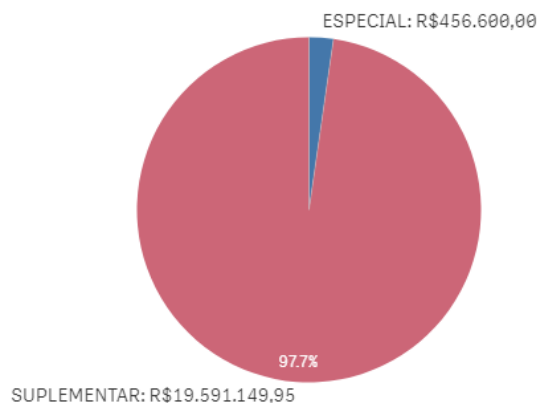
O Balanço Orçamentário apresentado pelo Chefe do Poder Executivo em sua prestação de contas (Doc n.º 444119/2024, pág. 68) apresenta como valor atualizado para fixação das despesas o montante de R\$ 112.652.065,94, igual ao detectado na análise conjunta do orçamento inicial e o orçamento final após as suplementações autorizadas e efetivadas, conforme informações do Sistema Aplic.

Apresenta-se a seguir de forma gráfica a participação dos créditos adicionais em relação ao total dos créditos abertos no exercício.





Créditos Adicionais do Período



* O conjunto de dados contém valores negativos ou iguais a zero que não podem ser mostrados neste gráfico.

Ano	Valor Total LOA Município	Valor Total das Alterações do Município	Percentual das Alterações
2023	R\$ 110.000.000,00	R\$ 20.047.749,95	18,22%

Relatório Contas de Governo > Anexo: Orçamento > Quadro – Créditos Adicionais do Período por Unidade Orçamentária.

De acordo com o quadro acima, constata-se que as alterações orçamentárias em **2023** totalizaram **18,22%** do Orçamento Inicial.

Na tabela e no gráfico a seguir, constam as fontes de financiamento desses créditos adicionais abertos no exercício em análise:

RECURSOS / FONTE DE FINANCIAMENTO	TOTAL
ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	R\$ 17.395.684,01
EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	R\$ 0,00
OPERAÇÃO DE CRÉDITO	R\$ 0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	R\$ 2.652.065,94
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 0,00
RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES	R\$ 0,00
TOTAL CRÉDITOS ADICIONAIS	R\$ 20.047.749,95

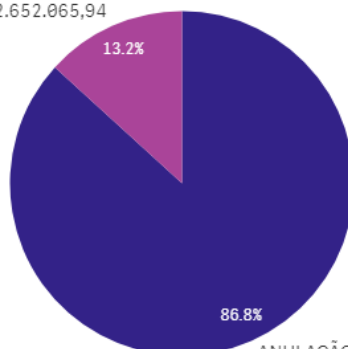
Relatório Contas de Governo > Anexo: Orçamento > Quadro – Créditos Adicionais por Fonte de Financiamento (Agrupados por Destinação de Recursos).





Créditos Adicionais por Fonte de Financiamento

SUPERÁVIT FINANCEIRO: R\$2.652.065,94



ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO: R\$17.395.684,01

* O conjunto de dados contém valores negativos ou iguais a zero que não podem ser mostrados neste gráfico.

A partir da análise das alterações orçamentárias realizadas, por meio de créditos adicionais, constatou-se o que segue da análise efetuada com base nos dados contidos no Sistema APLIC:

- 1) Não houve autorização para abertura de créditos adicionais ilimitados (art. 167, inc. VII, CF).
- 2) Os créditos adicionais suplementares foram abertos com prévia autorização legislativa e por decreto do executivo. (art. 167, inc. V, CF; art. 42, L. 4.320/64).
 - Lei nº 1.739/2022;
 - Lei nº 1.744/2023; e
 - Lei nº 1.757/2023.
- 3) Os créditos adicionais especiais foram abertos com prévia autorização legislativa e por decreto do executivo, conforme estabelece o art. 167, inc. V, CF; art. 42, Lei nº 4.320/64.
 - Lei nº 1.743/2023;
 - Lei nº 1.762/2023; e
 - Lei nº 1.788/2023.
- 4) Na abertura do crédito adicional especial assegurou-se a compatibilidade com a LDO (art. 165, § 7º, CF; art. 5º, LRF).
- 5) Não foi constatada a abertura de créditos adicionais extraordinários no exercício de 2023.
- 6) Não houve a abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes de excesso de arrecadação, (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43, § 1º, inc. II da Lei nº 4.320/1964), conforme a análise contida no Quadro: 3.4 - Excesso de Arrecadação X Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação/Operação de Crédito.
- 7) Não houve a abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes de operações de crédito (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43, § 1º, inc. IV da Lei nº 4.320/1964), conforme a análise contida no Quadro: 3.4 - Excesso de Arrecadação X Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação/Operação de Crédito.





8) Houve a abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes de Superávit Financeiro (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43, § 1º, inc. I da Lei nº 4.320/1964). FB03.

Dispositivo Normativo:

Art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43, § 1º, inc. I da Lei nº 4.320/1964

8.1) *Abertura de R\$ 297.847,39 em créditos adicionais por conta de recursos inexistente de superávit financeiro nas fontes de recursos 500, 569 e 600 (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43, da Lei nº 4.320/1964).* -

FB03

O artigo 43 da Lei nº 4.320/64 estabelece que a abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de justificativa.

Conforme demonstrado no quadro a seguir, verifica-se que foram abertos R\$ 297.847,39 em créditos adicionais por superávit financeiro nas fontes de recursos 500, 569 e 600, estando acima do superávit financeiro apresentado nas referidas fontes:

FONTE	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO EXERCÍCIO ANTERIOR (R\$)	CRÉDITOS ADICIONAIS POR SUPERÁVIT FINANCEIRO (R\$)	CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS SEM RECURSOS DISPONÍVEIS (R\$)
500 - Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 292.668,57	R\$ 554.907,51	R\$ 262.238,94
569 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	-R\$ 47.039,67	R\$ 27.757,32	R\$ 27.757,32
600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 27.425,80	R\$ 35.276,93	R\$ 7.851,13

Fonte: Aplic – peças de planejamento – créditos adicionais – financiados por superávit financeiro – dados consolidados do ente e Quadro: 3.3 - Superávit Financeiro Exercício anterior X Créditos Adicionais Financiados por Superávit.

Desse modo, sugere-se a seguinte recomendação:

- Que aprimore o controle dos créditos adicionais, a fim de evitar a abertura de créditos sem a existência de recursos disponíveis nas fontes de despesa.

9) Não foi constatada a abertura de créditos adicionais sem indicação de recursos orçamentários objeto da anulação parcial ou total de dotações. (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43, § 1º, inc. III da Lei nº 4.320 /1964)

4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. RECEITA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA





Para o exercício de **2023**, a Receita total prevista após as deduções e considerando a receita Intraorçamentária, foi de **R\$ 110.000.000,00**, sendo arrecadado o montante de **R\$ 86.539.017,68**, conforme demonstrado no Quadro 4.1 do Anexo 4 deste Relatório.

4. 1. 1. CONSISTÊNCIA ENTRE O VALOR DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E OS VALORES INFORMADOS NA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Dentre as receitas auferidas no exercício de **2023**, foram selecionadas as decorrentes de Transferências Constitucionais e Legais efetuadas pela União para verificação da consistência entre os valores informados na prestação de contas e os dados públicos divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

4. 1. 1. 1. TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - VALORES INFORMADOS PELA STN

A STN disponibiliza no link <http://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2600:1>, consulta aos valores repassados pela União aos municípios como transferências constitucionais e legais.

O total dos valores repassados no decorrer do exercício foram comparados com os valores registrados como receita arrecadada:

Transferências Constitucionais e Legais	STN (A)	Receita Arrecadada (B)	Diferença (A-B)
Cota Parte FPM	R\$ 11.835.310,01	R\$ 11.993.979,97	-R\$ 158.669,96
Transferência da LC 176/2020 (Compensação ICMS)	R\$ 455.628,60	R\$ 455.628,60	R\$ 0,00
Cota-Parte ITR	R\$ 1.601.754,46	R\$ 1.601.754,46	R\$ 0,00
Cota-Parte CIDE	R\$ 4.082,14	R\$ 4.082,14	R\$ 0,00
IOF - Ouro	R\$ 384.099,14	R\$ 384.099,14	R\$ 0,00
Cessão Onerosa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outras Transferências da União - PLP 133/2020	R\$ 364.214,07	R\$ 364.214,07	R\$ 0
Receita de Transferências do Fundeb	R\$ 10.134.519,48	R\$ 10.134.519,48	R\$ 0,00
Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAT	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAF	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAR	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos			





Transferências Constitucionais e Legais	STN (A)	Receita Arrecadada (B)	Diferença (A-B)
Naturais	R\$ 1.576.335,36	R\$ 1.576.335,36	R\$ 0,00
Transf. da Comp. Fin. pela Exploração de Rec. Naturais (União)	R\$ 1.576.335,36	R\$ 1.576.335,36	R\$ 0,00
Demais Transferências da União	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Coluna A: STN - Transferências Constitucionais - link <<http://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2600:1>> Coluna B: Receita Arrecadada. Valores obtidos na Consulta APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária > Dados Consolidados do Ente.

1) Prestação de Contas das Transferências recebidas da União MB03.

Incompatibilidade entre o valor registrado como receita de FPM nos demonstrativos contábeis e o apresentado pela STN.

Dispositivo Normativo:

Lei n. 4320/64.

1.1) *Divergência de R\$ 158.669,96 entre a receita de FPM apresentada na Prestação de Contas e o valor informado pela STN. - MB03*

Em consulta ao site da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (<http://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2600:1>), foi constatada a seguinte informação acerca da Transferência do FPM ao município de Terra Nova do Norte:

UF	Município	Ano	Transferência	Valor Consolidado	Código IBGE	Código SIAFI
MT	Terra Nova do Norte	2023	FPM	R\$11.835.310,01	5108055	9909

Da análise das informações constantes no demonstrativo contábil apresentado na fl.152 do documento externo n. 444119/2024 (Anexo 10 da Lei n. 4.320/64), verifica-se que o valor contábil registrado como receita da cota-parte FPM está composto pelos montantes a seguir:

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE							
CNPJ: 01.978.212/0001-00							
ANEXO 10 DA LEI 4.320/64							
EXERCÍCIO DE 2023							
(Adendo VII, a Portaria SOF nº 08, de 04 de fevereiro de 1985)							
COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA							
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA				
			ANTERIOR	NO MÊS	ANULADA NO MÊS	TOTAL NO MÊS	ACUMULADO
161102000000000000	INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS						
161102010000000000	INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS - PRINCIPAL						
161102010100000000	INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS - PRINCIPAL		11.660,00	71.000,00		71.000,00	82.660,00
169000000000000000	OUTROS SERVIÇOS						
169900000000000000	OUTROS SERVIÇOS						
169990000000000000	OUTROS SERVIÇOS						
169999000000000000	OUTROS SERVIÇOS - DIVIDA ATIVA						
169999030000000000	SOMA	1.051.830,00	912.393,81	158.254,12		158.254,12	1.070.647,93
170000000000000000	TRANSFERENCIAS CORRENTES						
171000000000000000	TRANSFERENCIAS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES						
171100000000000000	TRANSFERENCIAS DECORRENTES DE PARTICIPACAO NA RECEITA DA UNIAO						
171151000000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - FPM						
171151100000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL						
171151110000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - PRINCIPAL						
171151110100000000	COTA-PARTE FPM - COTA MENSAL	11.860.000,00	11.855.788,27	2.118.044,29		2.118.044,29	13.973.812,56
417115110100000000	DEDUCAO COTA-PARTE DO FPM - COTA MENSAL	-2.232.000,00	-2.338.851,72	-293.488,92		-293.488,92	-2.632.340,64
171151200000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTAS EXTRAORDINARIAS						
171151210000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTAS EXTRAORDINARIAS						
171151210100000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTAS EXTRAORDINARIAS	700.000,00	652.508,05				652.508,05
171152000000000000	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL						





Desse modo, os valores registrados nas demonstrações contábeis somam o montante de R\$ 11.993.979,97, sendo que no site da STN o total informado é de R\$ 11.835.310,01, evidenciando uma diferença de R\$ 158.669,96.

Portanto, sugere-se a seguinte recomendação:

- Que realize o registro das transferências da União zelando pela compatibilidade com as informações prestadas pela STN e justificando, em notas explicativas, as eventuais diferenças constantes nas demonstrações contábeis do município.

4. 1. 2. EVOLUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

A série histórica das receitas orçamentárias no período de 2019/2023, revela **crescimento** significativo (a) na arrecadação, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Origens das Receitas	2019	2020	2021	2022	2023
RECEITAS CORRENTES (Exceto intra)	R\$ 41.438.629,28	R\$ 47.002.304,34	R\$ 57.595.141,00	R\$ 66.055.581,01	R\$ 79.636.829,05
Receitas de Impostos, Taxas e Contrib. de Melhoria	R\$ 4.104.549,30	R\$ 3.845.078,76	R\$ 6.395.284,57	R\$ 7.499.964,15	R\$ 9.530.120,64
Receita de Contribuição	R\$ 1.732.762,11	R\$ 2.007.692,95	R\$ 2.026.552,46	R\$ 3.020.179,45	R\$ 2.583.303,01
Receita Patrimonial	R\$ 161.917,14	R\$ 91.107,34	R\$ 387.513,20	R\$ 1.924.503,30	R\$ 2.592.578,92
Receita Agropecuária	R\$ 453,40	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Receita Industrial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Receita de serviço	R\$ 892.739,13	R\$ 845.496,59	R\$ 1.100.993,18	R\$ 1.020.200,23	R\$ 1.070.647,93
Transferências Correntes	R\$ 34.476.358,55	R\$ 40.022.449,35	R\$ 46.435.482,73	R\$ 52.421.449,82	R\$ 63.497.337,81
Outras Receitas Correntes	R\$ 69.849,65	R\$ 190.479,35	R\$ 1.249.314,86	R\$ 169.284,06	R\$ 362.840,74
RECEITAS DE CAPITAL (Exceto intra)	R\$ 6.560.522,18	R\$ 5.352.195,33	R\$ 2.299.173,58	R\$ 20.243.140,47	R\$ 11.979.904,56
Operações de crédito	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Alienação de bens	R\$ 458.420,00	R\$ 1.583.842,38	R\$ 631.662,98	R\$ 397.652,06	R\$ 2.207.338,72
Amortização de empréstimos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Transferências de capital	R\$ 6.102.102,18	R\$ 3.768.352,95	R\$ 1.667.510,60	R\$ 19.845.488,41	R\$ 9.772.565,84
Outras receitas de capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL DAS RECEITAS (Exceto					





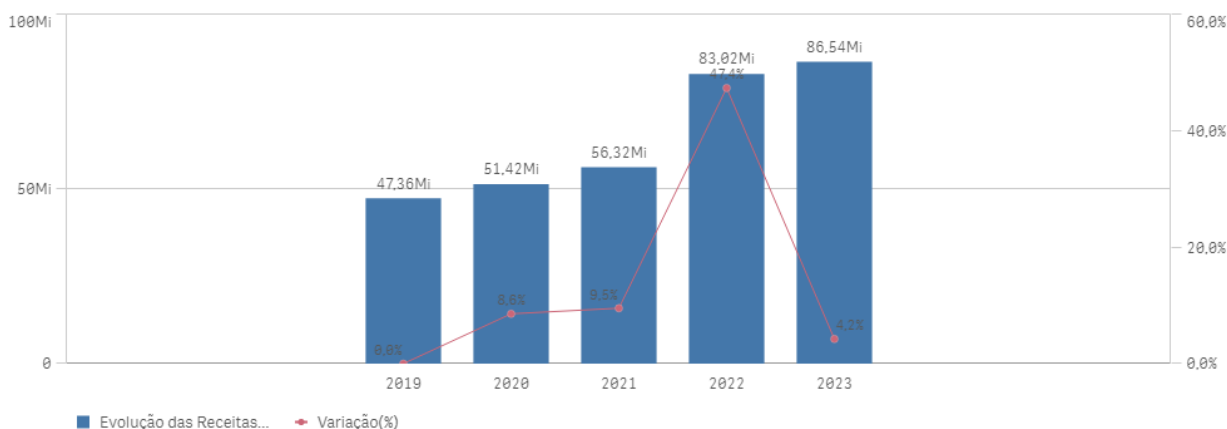
Origens das Receitas	2019	2020	2021	2022	2023
Intra)	R\$ 47.999.151,46	R\$ 52.354.499,67	R\$ 59.894.314,58	R\$ 86.298.721,48	R\$ 91.616.733,61
DEDUÇÕES	-R\$ 3.882.955,75	-R\$ 3.820.804,42	-R\$ 5.218.391,87	-R\$ 6.530.377,83	-R\$ 8.704.107,02
RECEITA LÍQUIDA (Exceto Intra)	R\$ 44.116.195,71	R\$ 48.533.695,25	R\$ 54.675.922,71	R\$ 79.768.343,65	R\$ 82.912.626,59
Receita Corrente Intraorçamentária	R\$ 3.246.090,50	R\$ 2.886.215,51	R\$ 1.646.852,09	R\$ 3.247.908,67	R\$ 3.626.391,09
Receita de Capital Intraorçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total das Receitas Orçamentárias e Intraorçamentárias	R\$ 47.362.286,21	R\$ 51.419.910,76	R\$ 56.322.774,80	R\$ 83.016.252,32	R\$ 86.539.017,68
Receita Tributária Própria	R\$ 4.004.111,37	R\$ 3.701.982,16	R\$ 6.210.788,16	R\$ 6.765.368,88	R\$ 7.563.844,52
% de Receita Tributária Própria em relação ao total da receita corrente	9,66%	7,87%	10,78%	10,24%	9,49%
% Média de RTP em relação ao total da receita corrente	9,61%				

Fonte: Parecer Prévio (exercícios anteriores), Sistema Aplic (exercício atual) OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores) e Sistema Aplic.

Verifica-se no quadro acima que as receitas de Transferências Correntes representaram, em **2023**, a maior fonte de recursos na composição da receita municipal, totalizando o valor de **R\$ 63.497.337,81**, o que corresponde a **69,30%** do total da receita orçamentária - Exceto a intra (corrente e de capital) contabilizada pelo Município, cujo montante foi de **R\$ 91.616.733,61**.

Segue demonstrado graficamente essa evolução das Receitas Orçamentárias nos últimos cinco exercícios, considerando os valores informados no quadro anterior:

Evolução das Receitas Orçamentárias





4. 1. 3. RECEITA TRIBUTÁRIA PRÓPRIA

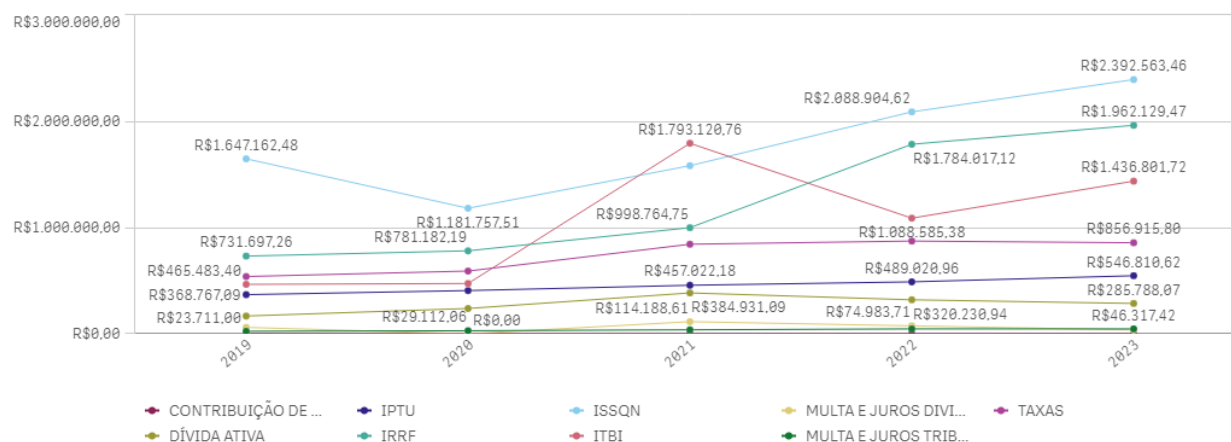
A receita tributária própria em relação ao total de receitas correntes arrecadadas, já descontada a contribuição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) atingiu o percentual de **9,49%**.

A tabela e o gráfico a seguir apresentam a composição da receita tributária própria arrecadada no período de 2019 a 2023, destacando-se, individualmente, os impostos:

Origens das Receitas	2019	2020	2021	2022	2023
IPTU	R\$ 368.767,09	R\$ 407.011,58	R\$ 457.022,18	R\$ 489.020,96	R\$ 546.810,62
IRRF	R\$ 731.697,26	R\$ 781.182,19	R\$ 998.764,75	R\$ 1.784.017,12	R\$ 1.962.129,47
ISSQN	R\$ 1.647.162,48	R\$ 1.181.757,51	R\$ 1.581.962,39	R\$ 2.088.904,62	R\$ 2.392.563,46
ITBI	R\$ 465.483,40	R\$ 473.687,04	R\$ 1.793.120,76	R\$ 1.088.585,38	R\$ 1.436.801,72
TAXAS	R\$ 539.245,87	R\$ 590.724,79	R\$ 843.169,60	R\$ 873.221,50	R\$ 856.915,80
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA +CIP	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
MULTA E JUROS TRIBUTOS	R\$ 23.711,00	R\$ 29.112,06	R\$ 37.628,78	R\$ 46.404,65	R\$ 46.317,42
DÍVIDA ATIVA	R\$ 167.486,96	R\$ 238.506,99	R\$ 384.931,09	R\$ 320.230,94	R\$ 285.788,07
MULTA E JUROS DIVIDA ATIVA	R\$ 60.557,31	R\$ 0,00	R\$ 114.188,61	R\$ 74.983,71	R\$ 36.517,96
TOTAL	R\$ 4.004.111,37	R\$ 3.701.982,16	R\$ 6.210.788,16	R\$ 6.765.368,88	R\$ 7.563.844,52

Fonte: Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Exercício Atual (Aplic) OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores) e Sistema Aplic.

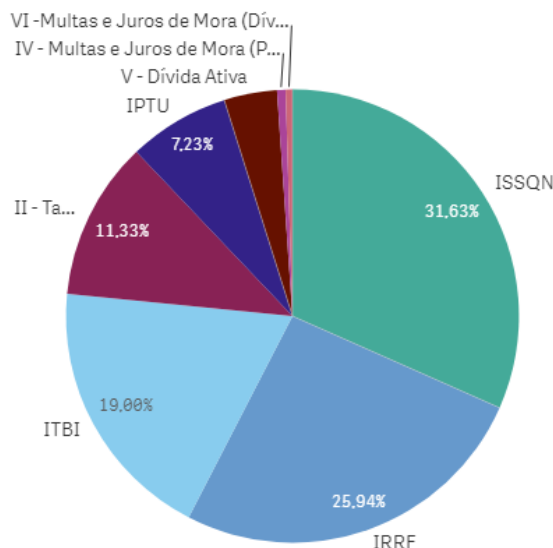
Série Histórica da Receita Tributária Própria por Tributo





Segue ilustrado no gráfico abaixo a composição da Receita Tributária Própria em 2023:

% Composição da Receita Tributária Própria



* O conjunto de dados contém valores negativos ou iguais a zero que...

4. 1. 4. GRAU DE AUTONOMIA FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS

O art. 30, III, da Constituição Federal, estabelece a competência dos Municípios em instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas. Além disso, os municípios dispõem do recebimento das receitas não tributárias, as quais se somam ao montante de recursos arrecadados pelo município para a consecução de seus objetivos.

Por outro lado, a previsão constitucional de repasses financeiros da União e do Estado para o Município garante uma receita mínima independentemente de sua capacidade financeira de arrecadação própria, podendo fazer com que os municípios dependam de recursos externos para manutenção de sua estrutura político-administrativa.

O Grau de Autonomia Financeira do Município é caracterizada pelo percentual de participação das receitas próprias do município em relação à receita total arrecadada. Em outras palavras, a autonomia financeira é a capacidade do município de gerar receitas, sem depender das receitas de transferências.

Descrição	Valor - R\$
Receita Orçamentária Executada (Exceto Intra) (A)	R\$ 91.616.733,61





Descrição	Valor - R\$
Receita de Transferência Corrente (B)	R\$ 63.497.337,81
Receita de Transferência de Capital (C)	R\$ 9.772.565,84
Total Receitas de Transferências D = (B+C)	R\$ 73.269.903,65
Receitas Próprias do Município E = (A-D)	R\$ 18.346.829,96
Índice de Participação de Receitas Próprias F = (E/A)*100	20,02%
Percentual de Dependência de Transferências G = (D/A)*100	79,97%

Relatório Contas de Governo > Anexo: Receita > Quadro: Resultado da Arrecadação Orçamentária. Origem de recursos da receita.

A autonomia financeira de **20,02%** indica que, a cada R\$ 1,00 arrecadado, o município contribuiu com R\$ 0,20 de receita própria. Assim, o grau de dependência do município em relação às receitas de transferência foi de **79,97%**.

A tabela a seguir apresenta o grau de dependência financeira do município no período de 2020 a 2023:

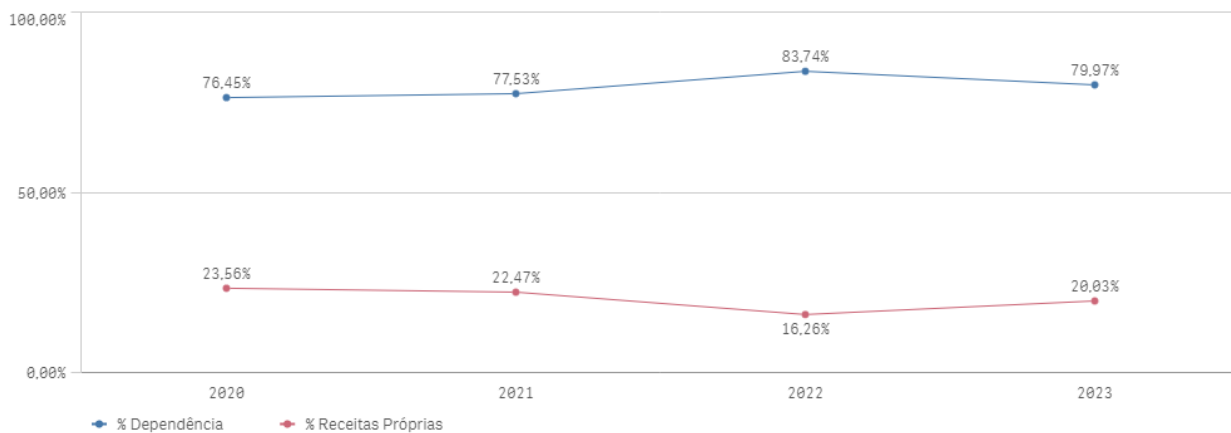
Dependência de Transferência				
Descrição	2020	2021	2022	2023
Percentual de Participação de Receitas Próprias	23,55%	22,47%	16,26%	20,02%
Percentual de Dependência de Transferências	76,44%	77,52%	83,74%	79,97%

Fonte: Relatórios Contas de Governo - Tópico: Grau de Autonomia Financeira.

Verifica-se no quadro acima que o índice de participação de receitas próprias no exercício de 2023 foi de 20,02%, evidenciando um aumento em relação ao exercício de 2022.

Segue demonstrado graficamente a série histórica do Índice de Participação de Receitas Próprias:

Série Histórica - Dependência Financeira





4. 2. DESPESA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA

Para o exercício de **2023**, a despesa autorizada, inclusive intraorçamentária, foi de **R\$ 112.652.065,94**, sendo realizado (empenhado) o montante de **R\$ 88.506.552,72**, liquidado **R\$ 81.809.375,82** e pago **R\$ 80.151.178,66**.

4. 2. 1. EVOLUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

A série histórica das despesas orçamentárias do Município, no período de 2019/2023, revela aumento /diminuição da despesa realizada, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Grupo de despesas	2019	2020	2021	2022	2023
Despesas correntes	R\$ 35.348.727,74	R\$ 36.052.476,59	R\$ 46.464.860,66	R\$ 62.373.425,26	R\$ 64.650.223,75
Pessoal e encargos sociais	R\$ 20.828.086,86	R\$ 19.842.520,32	R\$ 22.693.712,75	R\$ 28.816.893,53	R\$ 32.564.987,49
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 121.782,37	R\$ 125.321,13	R\$ 112.534,43	R\$ 166.684,68	R\$ 218.907,95
Outras despesas correntes	R\$ 14.398.858,51	R\$ 16.084.635,14	R\$ 23.658.613,48	R\$ 33.389.847,05	R\$ 31.866.328,31
Despesas de Capital	R\$ 7.688.177,40	R\$ 8.540.340,91	R\$ 4.879.045,49	R\$ 19.343.902,45	R\$ 20.564.447,39
Investimentos	R\$ 6.103.792,91	R\$ 7.469.194,92	R\$ 4.113.070,31	R\$ 18.650.989,10	R\$ 20.014.704,11
Inversões Financeiras	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Amortização da Dívida	R\$ 1.584.384,49	R\$ 1.071.145,99	R\$ 765.975,18	R\$ 692.913,35	R\$ 549.743,28
Total Despesas Exceto Intra	R\$ 43.036.905,14	R\$ 44.592.817,50	R\$ 51.343.906,15	R\$ 81.717.327,71	R\$ 85.214.671,14
Despesas Intraorçamentárias	R\$ 2.067.123,08	R\$ 1.882.648,74	R\$ 1.663.310,72	R\$ 2.800.358,76	R\$ 3.291.881,58
Total das Despesas	R\$ 45.104.028,22	R\$ 46.475.466,24	R\$ 53.007.216,87	R\$ 84.517.686,47	R\$ 88.506.552,72
Variação - %		3,04%	14,05%	59,44%	4,72%

Fonte: Parecer Prévio (exercícios anteriores), sistema Aplic (exercício atual) OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores) e Sistema Aplic.

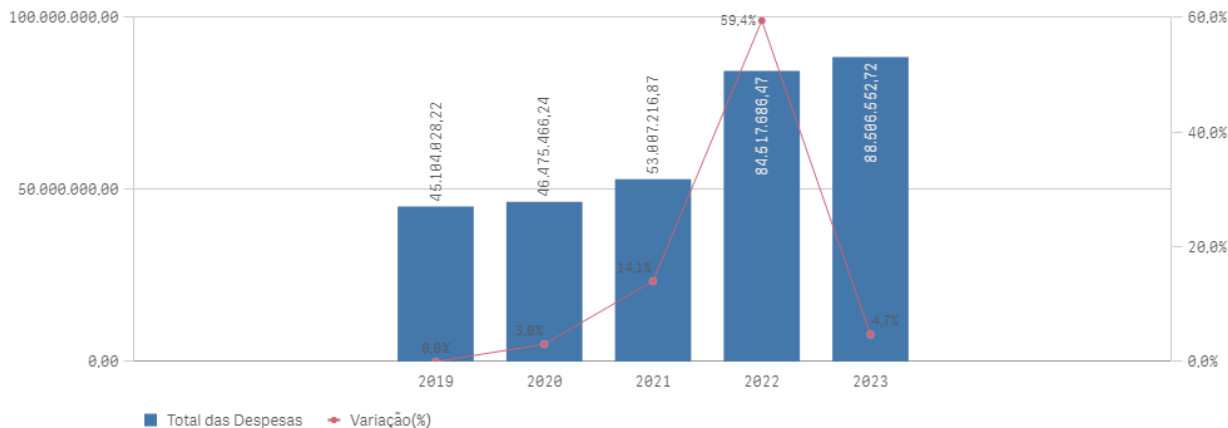
Verifica-se no quadro acima, que o grupo de natureza de despesa que teve maior participação em **2023** na composição da despesa orçamentária municipal foi o de Pessoal e encargos sociais, totalizando o valor de **R\$ 32.564.987,49**, o que corresponde a **38,21%** do total da despesa orçamentária (Exceto a intra) contabilizada pelo Município, cujo montante foi de **R\$ 85.214.671,14**.

Segue demonstrado graficamente a evolução das despesas orçamentárias ocorridas nos últimos cinco exercícios:





Série Histórica - Despesas Orçamentárias



Ressalta-se que consta demonstrado no Anexo 5, quadro 5.3, o resultado da execução dos programas de governo previstos no orçamento.

5. ANÁLISE DOS BALANÇOS CONSOLIDADOS

Este Tópico tem por objetivo fornecer um diagnóstico acerca da situação financeira, patrimonial, orçamentária e econômica do Município, por meio da análise dos balanços consolidados.

5. 1. SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Abaixo, segue a análise de alguns quocientes da situação orçamentária referente ao exercício de **2023** do Município de **TERRA NOVA DO NORTE**, com base nos demonstrativos e nas informações prestadas pelo gestor:

5. 1. 1. RESULTADO DA ARRECAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA (QER)

Este quociente tem por objetivo verificar se houve excesso de arrecadação (indicador maior que 1), ou déficit de arrecadação (indicador menor que 1).

1) Quociente de execução da receita (QER)

A	RECEITA LÍQUIDA PREVISTA - EXCETO INTRA	R\$ 106.640.459,00
B	RECEITA LÍQUIDA ARRECADADA - EXCETO INTRA	R\$ 82.912.626,59





QER	B/A	0,7775
-----	-----	--------

Esse resultado indica que a receita arrecadada é menor do que a prevista - déficit de arrecadação.

2) Quociente de execução da receita corrente (QERC) - Exceto Intra

A	RECEITA CORRENTE PREVISTA - EXCETO INTRA	R\$ 72.894.684,00
B	RECEITA CORRENTE ARRECADADA - EXCETO INTRA	R\$ 79.636.829,05
QERC	B/A	1,0924

Esse resultado indica que a receita corrente arrecadada foi maior do que a prevista, correspondendo a 109,24% do valor estimado (excesso de arrecadação).

3) Quociente de execução da receita de capital (QRC) - Exceto Intra

A	RECEITA DE CAPITAL PREVISTA - EXCETO INTRA	R\$ 40.275.000,00
B	RECEITA DE CAPITAL ARRECADADA - EXCETO INTRA	R\$ 11.979.904,56
QRC	B/A	0,2974

Esse resultado indica que a receita de capital arrecadada foi menor do que a prevista, correspondendo a 29,74% do valor estimado (frustração de receitas de capital).

5. 1. 2. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA (QED)

Este quociente relaciona a Despesa Orçamentária Executada em confronto com a Despesa Orçamentária Atualizada com o objetivo de verificar se houve economia orçamentária (indicador menor que 1) ou excesso de despesa (indicador maior que 1).

1) Quociente de execução da despesa (QED)

A	DESPESA ORÇAMENTÁRIA (EXCETO INTRA) - DOTAÇÃO ATUALIZADA	R\$ 108.617.208,68
B	DESPESA ORÇAMENTÁRIA (EXCETO INTRA) - EXECUÇÃO	R\$ 85.214.671,14
QED	B/A	0,7845

Esse resultado indica que despesa realizada é menor do que a autorizada - economia orçamentária.

2) Quociente de execução da Despesa Corrente (QEDC) - Exceto Intra

A	DESPESA CORRENTE (EXCETO INTRA) - DOTAÇÃO ATUALIZADA	R\$ 81.272.634,88
B	DESPESA CORRENTE (EXCETO INTRA) - EXECUÇÃO	R\$ 64.650.223,75
QEDC	B/A	0,7954





Esse resultado indica que a despesa corrente realizada foi menor do que a prevista, correspondendo a 79,54% do valor estimado.

3) Quociente de execução da Despesa de Capital - Exceto Intra (QDC)

A	DESPEZA DE CAPITAL (EXCETO INTRA) - DOTAÇÃO ATUALIZADA	R\$ 27.235.073,80
B	DESPEZA DE CAPITAL (EXCETO INTRA) - EXECUÇÃO	R\$ 20.564.447,39
QDC	B/A	0,7550

Esse resultado indica que a despesa de capital realizada foi menor do que a prevista, correspondendo a 75,50% abaixo do valor estimado.

5. 1. 3. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A partir de 2015, os valores da Receita e da Despesa Orçamentárias estão ajustados conforme Anexo Único da Resolução Normativa TCE/MT n° 43/2013, a qual dispõe sobre as diretrizes para apuração e valoração do Resultado da Execução Orçamentária nas Contas de Governo dos Fiscalizados, conforme demonstrados no Anexo 6 - Análise da Situação Orçamentária, Quadro 6.1 - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO CONSOLIDADO - Exceto Operações Intraorçamentárias.

5. 1. 3. 1. QUOCIENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CORRENTE (QEOCO)

Este quociente da Execução Orçamentária Corrente é resultante da relação entre a Receita Realizada Corrente Ajustada e a Despesa Empenhada Corrente Ajustada. A interpretação desse quociente indica se as receitas correntes suportaram as despesas correntes (indicador maior que 1) ou se foi necessário utilizar receitas de capital para financiar despesas correntes.

1) Quociente da execução orçamentária corrente (QEOCO)

C	DESPEZA CORRENTE - CRÉDITOS ADICIONAIS	R\$ 823.183,05
A	RECEITA CORRENTE AJUSTADA	R\$ 68.197.533,70
B	DESPEZA CORRENTE AJUSTADA	R\$ 63.143.417,26
QEOCO	(A+C)/B	1,0930

Esse resultado indica que a receita corrente arrecadada foi suficiente para cobrir as despesas correntes - Superávit Corrente.

5. 1. 3. 2. QUOCIENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CAPITAL (QEOCA)





Este quociente da Execução Orçamentária Capital é resultante da relação entre a Receita Realizada de Capital Ajustada e a Despesa Empenhada de Capital Ajustada. A interpretação desse quociente indica quanto da receita de capital foi utilizada para pagamento da despesa de capital. Ressalta-se que se o quociente for igual a 1, indica que a receita de capital foi igual à despesa de capital. Caso o quociente seja maior que 1, indica que houve excesso de alienação de bens e valores ou operações de créditos. Já se o quociente for menor que 1, indica que uma parte das despesas de capital foram financiadas com receitas correntes.

1) Quociente da execução orçamentária de capital (QEOCA)

C	DESPEZA DE CAPITAL - CRÉDITOS ADICIONAIS	R\$ 1.792.553,87
A	RECEITA DE CAPITAL AJUSTADA	R\$ 11.979.904,56
B	DESPEZA DE CAPITAL AJUSTADA	R\$ 20.564.302,73
QEOCA	(A+C)/B	0,6697

Este resultado que indica que o excedente das despesas de capital foi financiado com receitas correntes.

5. 1. 3. 3. REGRA DE OURO (Art. 167, III, CF)

O art. 167, III, da CF, determina que é vedada a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade específica, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.

Complementar a esse ditame, a Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 32, § 3º, enfatiza que são consideradas para essa análise, em cada exercício financeiro, o total dos recursos de operações de crédito ingressados e o das despesas de capital executadas.

Assim, denomina-se Regra de Ouro a vedação de que os ingressos financeiros provenientes de endividamento (operações de crédito) sejam superiores às despesas de capital (investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida).

O objetivo é impedir que o ente se endivide para o pagamento de despesas correntes como: pessoal, benefícios sociais, juros da dívida e o custeio da máquina pública. Categoricamente a regra determina que a Receita de Capital não deve ultrapassar o montante da Despesa de Capital.

1) REGRA DE OURO

A	OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	R\$ 0,00
B	DESPEAS DE CAPITAL	R\$ 20.564.447,39
REGRA DE OURO	A/B	0,0000

As receitas de operações de créditos não ultrapassaram o montante das despesas de capital.

Houve obediência da regra de ouro, uma vez que as receitas de operações de créditos não ultrapassaram o montante das despesas de capital, conforme estabelece o Art. 167, III, CF.





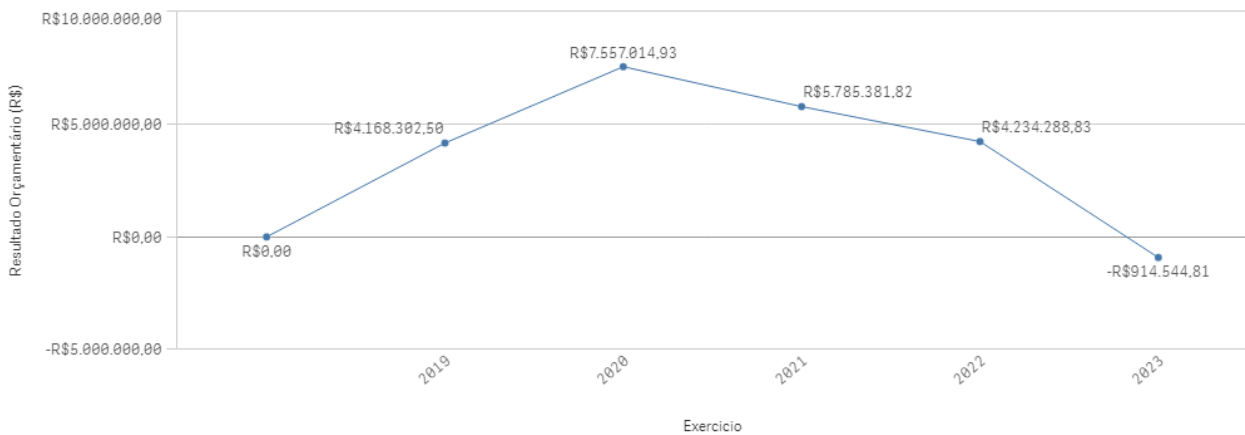
5. 1. 3. 4. QUOCIENTE DO RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (QREO)

A seguir, apresenta-se o histórico da execução orçamentária de 2019 a 2023:

	2019	2020	2021	2022	2023
Receita Arrecadada Ajustada (A)	R\$ 44.086.229,68	R\$ 49.228.819,41	R\$ 52.299.828,91	R\$ 77.806.014,43	R\$ 80.177.438,26
Despesa Realizada Ajustada (B)	R\$ 39.917.927,18	R\$ 41.671.804,48	R\$ 49.772.092,48	R\$ 80.138.009,87	R\$ 83.707.719,99
Desp. Empenhada decorrentes de Créditos Adicionais Superávit Financeiro (C)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.257.645,39	R\$ 6.566.284,27	R\$ 2.615.736,92
Resultado Orçamentário (R\$) (D) = (A - B + C)	R\$ 4.168.302,50	R\$ 7.557.014,93	R\$ 5.785.381,82	R\$ 4.234.288,83	-R\$ 914.544,81

Fonte: Parecer Prévio e Relatórios técnicos de Contas de Governo (exercícios anteriores), Aplic (exercício atual). OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores). No exercício de 2021 as despesas empenhadas decorrentes dos Créditos Adicionais por Superávit Financeiro foram demonstradas de forma segregada conforme Linha C do Quadro.

Série Histórica - Execução Orçamentária



O quociente do resultado da execução orçamentária tem por objetivo verificar se houve superávit orçamentário (indicador maior que 1), ou déficit orçamentário (indicador menor que 1).

A partir da análise dos quocientes da situação orçamentária, constatou-se o que segue:

1) Quociente do Resultado da Execução Orçamentária - QREO

B	DESPESA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA AJUSTADA	R\$ 83.707.719,99
A	RECEITA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA AJUSTADA	R\$ 80.177.438,26





C	DESPESA CONSOLIDADA - CRÉDITOS ADICIONAIS	R\$ 2.615.736,92
QREO	(A+C)/B	0,9890

Esse resultado indica que receita arrecadada é menor do que a despesa realizada - déficit orçamentário de execução.

Houve déficit de execução orçamentária (arts. 169, CF e 9º, LRF). DA02.

Dispositivo Normativo:

Art.9º da Lei Complementar n. 101/2000 e art.25 da Lei Municipal n. 1.731/2022.

1.1) *Ocorrência de déficit de execução orçamentária no valor de R\$ 914.544,81, sem a adoção das providências estabelecidas no art.9º da Lei Complementar n. 101/2000 e art.25 da Lei Municipal n. 1.731/2022. - DA02*

	2023
Receita Arrecadada Ajustada (A)	R\$ 80.177.438,26
Despesa Realizada Ajustada (B)	R\$ 83.707.719,99
Desp. Empenhada decorrentes de Créditos Adicionais Superávit Financeiro (C)	R\$ 2.615.736,92
Resultado Orçamentário (R\$) (D) = (A - B + C)	-R\$ 914.544,81

Fonte: Sistema APLIC

O déficit de execução orçamentária no valor de R\$ 914.544,81 revela a ausência de adoção das medidas necessárias de contingenciamento, a fim de cumprir o disposto nas seguintes legislações:

Lei Complementar n. 101/2000

Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

Lei Municipal n. 1.731/2022

Art. 25 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações e observadas a fonte de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo (art. 9º da LRF):

I - projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;





II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III - dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura; e

IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Portanto, sugere-se a recomendação exposta a seguir:

- Que adote as medidas previstas no art.9º da Lei Complementar n. 101/2000 e na Lei de Diretrizes Municipal, quando identificar a possibilidade de ocorrência de déficit de execução orçamentária.

5. 2. SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

Abaixo, segue a análise de alguns quocientes da situação financeira e patrimonial referente ao exercício de **2023** do Município de **TERRA NOVA DO NORTE**, com base nos demonstrativos e informações prestadas pelo gestor, bem como ajustes apurados pela equipe técnica.

5. 2. 1. QUOCIENTE DE RESTOS A PAGAR

Trata-se de compromissos assumidos, porém não pagos durante o Exercício, podendo ser classificados como processados (despesas liquidadas e não pagas) e não processados (despesas apenas empenhadas). Destaca-se que os saldos dos Restos a Pagar são cumulativos e consideram todas as despesas empenhadas ou liquidadas em exercícios anteriores sem o devido pagamento.

O Quadro 7.1 - Restos a Pagar Processados e Não Processados, do Anexo 7. (Restos a Pagar) apresentam os valores existentes de Restos a Pagar Processados de **R\$ 1.658.197,16**, e de Restos a Pagar Não Processados de **R\$ 7.473.086,36**.

5. 2. 1. 1. QUOCIENTE DE DISPONIBILIDADE FINANCEIRA PARA PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR





O cálculo da Disponibilidade Financeira por Fonte de recursos encontra-se detalhado nos Quadros 7.2 e 7.4 do Anexo 7 (Restos a Pagar) deste Relatório de Contas de Governo.

Este quociente tem por objetivo medir a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo (Restos a Pagar Processados e Não Processados).

O Município deve garantir recursos para quitação das obrigações financeiras, incluindo os restos a pagar não processados do exercício ao final de **2023**.

Disciplinando o assunto, a Secretaria do Tesouro Nacional esclarece da seguinte forma sobre o controle da disponibilidade de caixa:

“...como regra geral, que as despesas devem ser executadas e pagas no exercício financeiro e, extraordinariamente, podem ser deixadas obrigações a serem cumpridas no exercício seguinte, por meio da inscrição em restos a pagar, com a suficiente disponibilidade de caixa. Assim, o controle da disponibilidade de caixa e da geração de obrigações deve ocorrer simultaneamente à execução financeira da despesa em todos os exercícios”. (**Manual de Demonstrativos Fiscais: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios**. Válido a partir do exercício financeiro de 2022, Secretaria do Tesouro Nacional. 13ª ed., pág. 648).

De modo a garantir o princípio do equilíbrio financeiro, neste mesmo sentido há decisão deste Tribunal de Contas sobre a necessidade de garantir recursos para o pagamento tanto dos restos a pagar processados quanto não processados do exercício, conforme transcrição a seguir:

1. Para efeito de verificação do cumprimento das disposições constantes no art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a relação entre a assunção de obrigação de despesa e a suficiente disponibilidade de caixa deve ser calculada, individualmente, por fontes de recursos. Inclui-se como assunção de obrigação de despesa tanto os restos a pagar processados quanto os não processados, inscritos no exercício." (Contas Anuais de Governo. Relator: Conselheiro Substituto Moisés Maciel. Parecer Prévio n.º 41/2017-TP. Julgado em 03/10/2017. Publicado no DOC/TCE-MT em 24/10/2017. Processo n.º 8.385-2/2016). (item 7.8 Boletim de Jurisprudência. Edição Consolidada | fevereiro de 2014 a junho de 2019, página 30)

1) Quociente de disponibilidade financeira - Exceto RPPS

A	DISP. BRUTA EXCETO RPPS	R\$ 14.855.557,22
B	DEMAIS OBRIGAÇÕES - EXCETO RPPS	R\$ 394.631,85
C	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - EXCETO RPPS	R\$ 1.646.351,73
D	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXCETO RPPS	R\$ 7.473.086,36
QDF	(A-B)/(C+D)	1,5857

Esse resultado indica que para cada R\$ 1,00 de restos a pagar inscritos, há R\$ 1,5857 de disponibilidade financeira.

Da análise da disponibilidade por fonte de recursos, foram constatadas as seguintes situações:





1.1) *Indisponibilidade de caixa para o pagamento de restos a pagar na fonte de recursos n. 500, 540, 550, 552 e 553, totalizando R\$ 557.421,99 e contrariando o disposto no art. 1º, § 1º, da Lei Complementar n. 101/2000. - DB99*

Verificou-se a existência de fontes de recursos sem a disponibilidade de caixa após a inscrição em Restos a Pagar, demonstrando o desequilíbrio financeiro dessas fontes e o descumprimento ao disposto no art. 1º, § 1º, da Lei Complementar n. 101/00 – LRF.

Do detalhamento contido no quadro 7.2 deste relatório, é possível evidenciar as seguintes informações:

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício)
500 - Recursos não Vinculados de Impostos	-R\$ 194.400,84
540 - Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	-R\$ 311.603,80
550 - Transferência do Salário Educação	-R\$ 8.885,33
552 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	-R\$ 66,59
553 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	-R\$ 42.465,43
TOTAL DAS FONTES COM INDISPONIBILIDADE DE RECURSOS	-R\$ 557.421,99

Sugere-se a recomendação a seguir:

- Que atente para a necessidade de disponibilização de recursos por fonte, após a inscrição em restos a pagar, em cumprimento ao disposto no art. 1º, § 1º, da Lei Complementar n. 101/00 – LRF.

5. 2. 1. 2. QUOCIENTE DE INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR

Este indicador tem por objetivo verificar a proporcionalidade de inscrição de Restos a Pagar no exercício em relação ao total das despesas executadas (despesas empenhadas no exercício).

1) Quociente de inscrição de restos a pagar

A	TOTAL DESPESA - EXECUÇÃO	R\$ 88.506.552,72
B	TOTAL INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NO EXERCÍCIO	R\$ 8.355.374,06
QIRP	B/A	0,0944

Esse resultado indica que para cada R\$ 1,00 de despesa empenhada, R\$ 0,0944 foram inscritos em restos a pagar.





5. 2. 1. 3. QUOCIENTE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA (QSF) - EXCETO RPPS

Este indicador é obtido da relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, com o objetivo de apurar a ocorrência de déficit (indicador menor que 1) ou superávit financeiro (indicador maior que 1).

O superávit financeiro pode ser utilizado como fonte de recursos para abertura de Créditos Adicionais no exercício seguinte, desde que respeitadas a fonte e a destinação de recursos específicas. No entanto, para fins de abertura de crédito adicional, deve-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, em cumprimento ao parágrafo 1º, I do artigo 43 da Lei nº 4.320/64.

O Cálculo detalhado da Situação Financeira por Fonte de Recursos, exceto RPPS, encontra-se no Quadro 8.1 do Anexo 8 (Dívida Pública) deste Relatório de Contas de Governo.

1) Quociente da Situação Financeira (QSF)

A	TOTAL ATIVO FINANCEIRO - EXCETO RPPS	R\$ 14.855.557,22
B	TOTAL PASSIVO FINANCEIRO - EXCETO RPPS	R\$ 9.514.069,94
QSF	A/B	1,5614

Esse resultado indica que houve superávit financeiro no valor de R\$ 5.341.487,28, considerando todas as fontes de recursos.

5. 2. 1. 4. QUOCIENTE DA LIQUIDEZ CORRENTE

O índice de Liquidez Corrente (LC) é resultante da relação entre o Ativo Circulante e Passivo Circulante, e demonstra o quanto o Município dispõe de recursos a curto prazo (caixa, bancos, créditos, estoques, etc.) para pagar suas dívidas circulantes (fornecedores, empréstimos e financiamentos a curto prazo, etc). Caso o quociente de liquidez corrente seja maior que 1, indica a capacidade de pagamento de suas obrigações de curto prazo. Já se o quociente for menor que 1, indica a existência de passivos circulantes superiores aos ativos da mesma natureza e revela restrições na capacidade de pagamento do Município dos seus compromissos de curto prazo.

1) Quociente da Liquidez Corrente - Exceto RPPS

A	TOTAL ATIVO CIRCULANTE - EXCETO RPPS	R\$ 14.898.404,73
B	TOTAL PASSIVO CIRCULANTE - EXCETO RPPS	R\$ 2.095.053,79
Liquidez Corrente	A/B	7,1112

Este resultado demonstra que o total de recursos aplicados em ativos correntes supera o total das obrigações de curto prazo.





6. LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

Abaixo, seguem análises dos cumprimentos dos limites constitucionais e legais, que devem ser observados pelo Município:

6. 1. DÍVIDA PÚBLICA

Conforme estabelecido no art. 29, inc. I, e § 3º, da LRF e art. 1º, §1º, inc. III, da Resolução n.º 40/2001, do Senado Federal, a Dívida Pública Consolidada (DC) corresponde ao montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas para amortização em prazo superior a doze meses, decorrentes de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito. Também integram a dívida pública consolidada as operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento.

A Dívida Consolidada Líquida (DCL) representa o montante da Dívida Consolidada (DC) deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros. O entendimento sobre a composição dos demais haveres financeiros engloba os valores a receber líquidos e certos (devidamente deduzidos das respectivas provisões para perdas prováveis reconhecidas nos balanços), como empréstimos e financiamentos concedidos (art. 1º, § 1º, inc. V, da Resolução n.º 40/2001 do Senado Federal).

6. 1. 1. QUOCIENTE DO LIMITE DE ENDIVIDAMENTO (QLE)

O Quociente do Limite de Endividamento (QLE) verifica os limites de endividamento de que trata a legislação e outras informações relevantes, quanto à Dívida Consolidada Líquida (DCL), demonstrada no Quadro 8.4 deste Relatório.

Conforme art. 52, inc. VI, da Constituição Federal, compete ao Senado Federal fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, fixados em percentual da receita corrente líquida para cada esfera de governo e aplicados igualmente a todos os entes da Federação que a integrem, constituindo, para cada um deles, limites máximos (Art. 30, § 3º, LRF).

Assim, o art. 3º, II, da Resolução nº 40/2001, do Senado Federal, estabeleceu, no caso dos Municípios, que a dívida consolidada líquida (DCL) não poderá exceder a 1,2 (um inteiro e dois décimos) vezes a receita corrente líquida (RCL).

1) Quociente do Limite de Endividamento - QLE

B	RCL AJUSTADA ENDIVIDAMENTO	R\$ 68.197.533,70
A	DCL	-R\$ 8.391.740,47





QLE	if(A<=0,0,A/B)	0,0000
-----	----------------	--------

A dívida consolidada líquida é negativa, pois as disponibilidades são maiores que a dívida pública consolidada, conforme demonstrado no Quadro 8.4 deste Relatório.

Este resultado indica cumprimento do limite legal (art. 3º, II, da Resolução do Senado Federal nº 40/2001).

6. 1. 2. QUOCIENTE DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA (QDPC)

A Dívida Pública Contratada baseia-se em contratos de empréstimo ou financiamentos com organismos multilaterais, agências governamentais ou credores privados.

Constitui as chamadas "operações de crédito", definida no art. 3º, da Resolução do Senado Federal nº43 /2001, como "os compromissos assumidos com credores situados no País ou no exterior, em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros".

O art. 7º, I, da supracitada Resolução do Senado Federal, determina que deve ser observado, pelos Entes da Federação, que o montante global das operações realizadas em um exercício financeiro não poderá ser superior a 16% (dezesseis por cento) da receita corrente líquida (RCL).

1) Quociente da Dívida Pública Contratada no exercício (QDPC)

B	RCL AJUSTADA ENDIVIDAMENTO	R\$ 68.197.533,70
A	TOTAL DÍVIDA CONTRATADA	R\$ 0,00
QDPC	A/B	0,0000

Não houve dívida contratada no exercício em análise.

6. 1. 3. QUOCIENTE DE DISPÊNDIO DA DÍVIDA PÚBLICA (QDDP)

Os dispêndios da Dívida Pública constituem-se nas despesas realizadas com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativos a valores a desembolsar de operações de crédito já contratadas e a contratar, e, de acordo com o art. 7º, II, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal, não poderá exceder a 11,5% (onze inteiros e cinco décimos por cento) da receita corrente líquida.

1) Quociente de Dispêndios da Dívida Pública (QDDP)

B	RCL AJUSTADA ENDIVIDAMENTO	R\$ 68.197.533,70
A	TOTAL DISPÊNDIO DA DÍVIDA PÚBLICA	R\$ 768.651,23
QDDP	A/B	0,0112





Este resultado indica que os dispêndios da dívida pública efetuados no exercício representaram 1,12% da receita corrente líquida

Esse resultado indica o cumprimento do limite legal (art. 7º, II, da Resolução do Senado nº 43/2001).

6. 2. EDUCAÇÃO

A Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, dispõe em seu art. 212 sobre o percentual mínimo que o município deverá aplicar com manutenção e desenvolvimento do ensino em cada ano.

Esse mínimo é fixado para o município em 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências.

Quanto à formação da base de cálculo da MDE, é importante ressaltar que a tese prejudgada contida no Acórdão TCE-MT nº 1.098/2004 e constante do inciso VIII do artigo 1º da Decisão Administrativa TCE-MT nº 16 /2005, que excluía o IRRF da referida base de cálculo, foi revogada pela Resolução de Consulta TCE-MT nº 16 /2018.

Essa Resolução modulou os efeitos do novo entendimento para aplicação a partir de 1º de janeiro de 2020, com a inclusão do IRRF na Receita Base para Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Até o exercício de 2020, o TCE-MT para verificação anual do cumprimento do limite constitucional de aplicação em gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do ensino considerava as despesas após a sua regular liquidação conforme Resolução Normativa TCE-MT n. 14/2012. Todavia, em função da revogação do item que trata do cálculo da aplicação em MDE da citada Resolução, ocorrida na Sessão Presencial realizada em 3/maio/2022, por ocasião do julgamento de Embargos de Declaração opostos pelo Governo do estado de Mato Grosso, o cálculo passou a ser pela despesa empenhada, conforme item c.1 do Acórdão 207/2022-TP (Sessão de Julgamento 3-5-2022 - Tribunal Pleno - Processo n.º 22.153-8/2020) transcrito abaixo:

c.1) para efeito de verificação anual do cumprimento dos limites referentes à aplicação em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino e Fundeb, deve-se considerar as despesas empenhadas, conforme critério previsto no art. 24, II, da LC n.º 141/2012, que dispõe sobre os gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde; e, c.2) para efeito de verificação anual do cumprimento do limite constitucional de aplicação em gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino do Estado de Mato Grosso, deve-se incluir as despesas empenhadas com o ensino superior, sendo inaplicável, neste caso, o que dispõe a Resolução de Consulta n.º 21/2008.

A série histórica da aplicação de recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino no período de 2019/2023 é representada pelas seguintes informações:

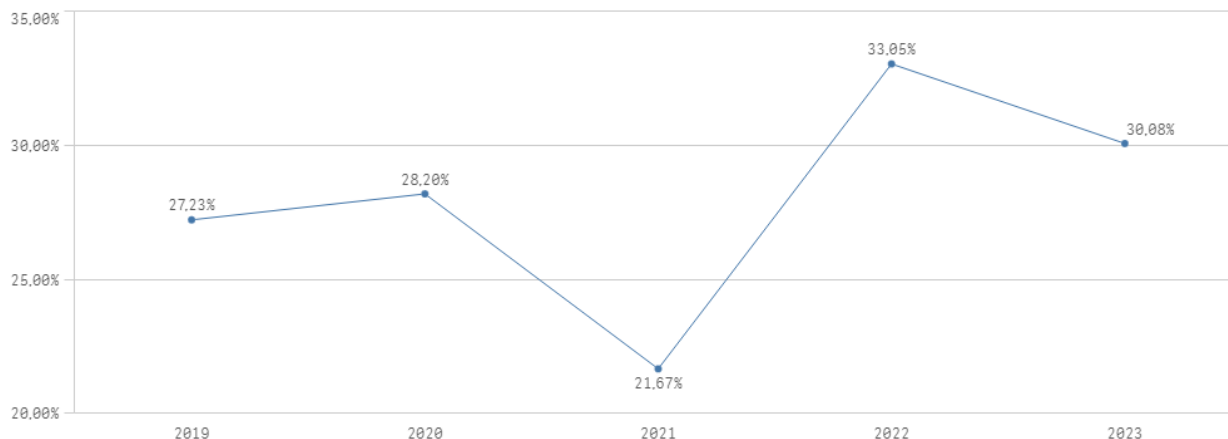
HISTÓRICO - APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO (art. 212 CF) - Limite Mínimo fixado 25%					
	2019	2020	2021	2022	2023
Aplicado - %	27,23%	28,20%	21,67%	33,05%	30,08%

Fonte: Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Exercício Atual (Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino) - art.212,CF OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores).





Série Histórica - Aplicação na Educação



Nesse sentido, da análise das informações, é possível verificar o cumprimento desse dever constitucional, por parte do Município, no exercício de 2023.

1) EDUCAÇÃO - 25%

Esse resultado indica que o limite mínimo foi cumprido.

O percentual aplicado (30,08%) assegura o cumprimento do percentual mínimo de 25% da receita de impostos, compreendida a proveniente de transferências, conforme o estabelecido no art. 212 da Constituição Federal.

6. 2. 1. EMENDA CONSTITUCIONAL 119/2022 - APLICAÇÃO MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - EXERCÍCIOS 2020 E 2021

Destaca-se que o limite constitucional de aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE para os exercícios financeiros de 2020 e 2021, caso não tenham sido cumpridos, devem ser verificados à luz da Emenda Constitucional n.º 119/2022:

Art. 119. Em decorrência do estado de calamidade pública provocado pela pandemia da Covid-19, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os agentes públicos desses entes federados não poderão ser responsabilizados administrativa, civil ou criminalmente pelo descumprimento, exclusivamente nos exercícios financeiros de 2020 e 2021, do disposto no caput do artigo 212 da Constituição Federal. Parágrafo único. Para efeitos do disposto no caput deste artigo, o ente deverá complementar na aplicação da manutenção e desenvolvimento do ensino, até o exercício financeiro de 2023, a diferença a menor entre o valor aplicado, conforme informação registrada no sistema integrado de planejamento e orçamento, e o valor mínimo exigível constitucionalmente para os exercícios de 2020 e 2021.





Todavia, essa desoneração legal, em razão das dificuldades trazidas pela pandemia da Covid-19, está condicionada à compensação, até o final do exercício de 2023, da diferença a menor do valor aplicado nos dois anos anteriores, de modo que a emenda trata de flexibilização da punição, mas não da obrigação constitucional.

Segue abaixo quadro resumo dos valores não aplicados nos exercícios de 2020 e 2021:

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Valor não aplicado em MDE no Exercício de 2020 (em função do descumprimento do limite constitucional de aplicação de 25% em MDE – conforme Contas de Governo do Exercício de 2020) (A)	R\$ 0,00
Valor não aplicado em MDE no Exercício de 2021 (em função do descumprimento do limite constitucional de aplicação de 25% em MDE – conforme Contas de Governo do Exercício de 2021) (B)	R\$ 1.049.317,76
TOTAL NÃO APLICADO EM MDE NOS EXERCÍCIOS DE 2020 E 2021 (C= A+B)	R\$ 1.049.317,76
(-) Valor aplicado a maior em 2022 (D)	R\$ 2.931.683,87
(=) VALOR A SER APLICADO EM 2023 (ALÉM DO LIMITE MÍNIMO ANUAL) (E)	R\$ 0,00
(-) Valor aplicado a maior em 2023 (F)	R\$ 0,00
(=) VALOR NÃO APLICADO EM 2023 (G= F->=E;0;E-F)	R\$ 0,00

Relatório Contas de Governo 2022

6. 2. 2. FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB

O FUNDEB foi criado pela Emenda Constitucional n.º 53/2006, regulamentado pela Lei n.º 11.494, de 20/06/2007 e pelo Decreto n.º 6.253/2007, trata-se de um fundo especial, de natureza contábil, formado, na quase totalidade, por recursos provenientes dos impostos e das transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal.

A Emenda Constitucional 108, de 26/08/2020, dá nova redação ao art. 212-A, da Constituição Federal:

Art. 212-A. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 desta Constituição à manutenção e ao desenvolvimento do ensino na educação básica e à remuneração condigna de seus profissionais, respeitadas as seguintes disposições:

I - a distribuição dos recursos e de responsabilidades entre o Distrito Federal, os Estados e seus Municípios é assegurada mediante a instituição, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de natureza contábil;





O inciso XI, dessa Emenda Constitucional, determina que a proporção não inferior a 70% (setenta por cento) do Fundeb será destinada ao pagamento dos profissionais da educação básica em efetivo exercício. (Antes era 60%)

Diante disso, a Lei nº 14.113, de 25/12/2020, regulamenta o Fundeb e revoga, a partir de 1º de janeiro de 2021, a Lei nº 11.494/2007, ressalvado o caput do art. 12 e mantidos seus efeitos financeiros no que se refere à execução dos Fundos relativa ao exercício de 2020. Além disso, o Decreto nº 10.656, de 22/03/2021, revoga o Decreto nº 6.253/2007, sendo a nova norma regulamentadora do Fundeb.

Essa lei definiu os seguintes parâmetros:

a) haverá complementação da União aos recursos do Fundeb, sendo que a proporção de 50% (cinquenta por cento) dos recursos globais, será destinada à educação infantil (art. 3º, § 2º; art. 4º, art. 5º, art. 13, art. 16, § 2º, art. 28, da Lei nº 14.113/2020);

b) até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional. (art. 25, § 3º) (antes era 5%).

Ressalta-se que o superavit de 10% se refere somente ao Fundeb 30%, sendo que a parte de 70%, destinada à remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, deve ser aplicado integralmente até o final do exercício em que os recursos forem recebidos.

Nesse sentido, a jurisprudência do TCE/MT, na vigência da Lei 11.494/2007:

Educação. Superavit nos recursos do Fundeb 40%. Aplicação no exercício subsequente. Parte Fundeb 60%. Utilização exclusiva no exercício corrente.

1. Sendo apurado superavit financeiro de até 5% nos recursos recebidos do Fundeb no exercício corrente, poderá ser aplicado no primeiro trimestre do exercício subsequente, mediante abertura de créditos adicionais (art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007). Tal previsão legal aplica-se exclusivamente à parte disponível do Fundeb 40%.

2. A parte do Fundeb 60%, vinculada ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, deve ser aplicada anualmente, sendo incabível, neste caso, a possibilidade prevista no art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007. (Contas Anuais de Governo. Relator: Conselheiro Substituto João Batista Camargo. Parecer Prévio nº 81/2017-TP. Julgado em 28/11/2017. Publicado no DOC/TCE-MT em 14/12/2017. Processo nº 7.816-6/2016). (Boletim de Jurisprudência. Edição Consolidada. Fevereiro de 2014 a dezembro de 2020, p. 39)

Apresenta-se no quadro e no gráfico abaixo a série histórica de remuneração dos profissionais do magistério, período 2019/2023, sendo possível concluir o quanto, percentualmente, o município investiu na remuneração dos educadores, nos últimos anos:

HISTÓRICO - Remuneração dos Profissionais da Educação Básica - Limite Mínimo Fixado 60% até 2020 e 70% a partir de 2021					
	2019	2020	2021	2022	2023
Aplicado - %	91,01%	88,18%	74,79%	101,26%	107,89%

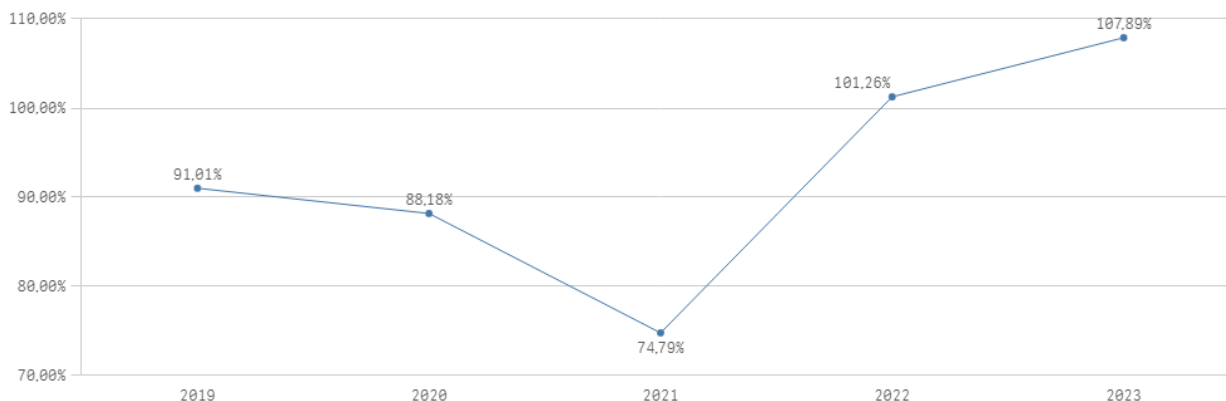




Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Exercício Atual (Gastos com remuneração e valorização dos profissionais do magistério. Recursos do FUNDEB). OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores). A partir de 2021 o % mínimo de Aplicação é de 70%.

Série Histórica - Remuneração dos Profissionais da Educação Básica

HISTÓRICO - Remuneração dos Profissionais da Educação Básica - Limite Mínimo Fixado 60% até 2020 e 70% a partir de 2021



Nesse sentido, da análise das informações das quais é possível verificar o cumprimento desse dever por parte do Município no atual exercício, constata-se que:

1) FUNDEB 70%

Este resultado indica que o limite mínimo foi cumprido.

O percentual destinado para os profissionais da educação básica em efetivo exercício (107,89%) assegura o cumprimento do percentual mínimo de 70% estabelecido pela legislação.

2) FUNDEB 50% - COMPLEMENTAÇÃO UNIÃO

Não houve registro de recebimento de Recursos do Fundeb/Complementação da União.

3) FUNDEB 15% - COMPLEMENTAÇÃO UNIÃO

Não houve registro de recebimento de Recursos do FUNDEB/Complementação da União.

6. 2. 3. POLÍTICAS PÚBLICAS - PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

A Lei nº 14.164/2021 alterou a Lei 9.394/1996 (LDB Nacional), determinando no §9º, do art. 26, a inclusão de temas transversais, conteúdos sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio, e no art. 2º, instituiu a realização da “**Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher**” a se realizar preferencialmente no mês de março.





Assim, a publicação desse normativo incentiva a comunidade escolar a uma reflexão sobre a prevenção e o combate à violência contra a mulher, bem como permite o debate desse tema desde a infância (Fonte: Agência Senado).

Contudo, não foi localizada a resposta ao Ofício n. 004/2024/2ª Secex, o qual continha a solicitação das informações acerca da inclusão, no Município de Terra Nova do Norte, de conteúdos sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio e da realização da “Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher”.

Desse modo, sugere-se a seguinte recomendação:

- Que realize as ações dispostas na Lei n. 14.164/2021, incluindo conteúdos sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio, e instituindo a realização da “Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher”, a se realizar preferencialmente no mês de março.

6.3. SAÚDE

O art. 77, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, estabelecia que os municípios deveriam aplicar, anualmente, no mínimo, 15% da receita de impostos refere o artigo 156 e dos recursos de que tratam os artigos 158 e 159, inciso I, alínea “b” e § 3º, todos da Constituição Federal.

A referida imposição deveria ser observada até que viesse a Lei Complementar, descrita no art. 198, § 3º, da Constituição Federal. Fato esse que ocorreu até o ano de 2011.

Atendendo ao comando do art. 77, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, foi publicada a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, estabelecendo em seu art. 7º que os municípios deverão aplicar anualmente, no mínimo, 15% da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e a alínea “b” do inciso I do caput e o § 3º do art. 159, todos da Constituição Federal.

Quanto à formação da base de cálculo para as Ações e Serviços Público de Saúde - ASPS, é importante ressaltar que a tese prejulgada contida no Acórdão TCE-MT nº 1.098/2004 e constante do inciso VIII do artigo 1º da Decisão Administrativa TCE-MT nº 16/2005, que exclui o IRRF da base de cálculo, foi revogada pela Resolução de Consulta TCE-MT nº 16/2018.

Essa Resolução modulou os efeitos do novo entendimento para aplicação a partir de 1º de janeiro de 2020, com a inclusão do IRRF na Receita Base para verificação da aplicação mínima de recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde.

No período 2019/2023, os gastos com ações e serviços públicos de saúde, **atenderam** à exigência constitucional, **superando** o percentual de aplicação obrigatória, conforme demonstrado no quadro e no gráfico a seguir:





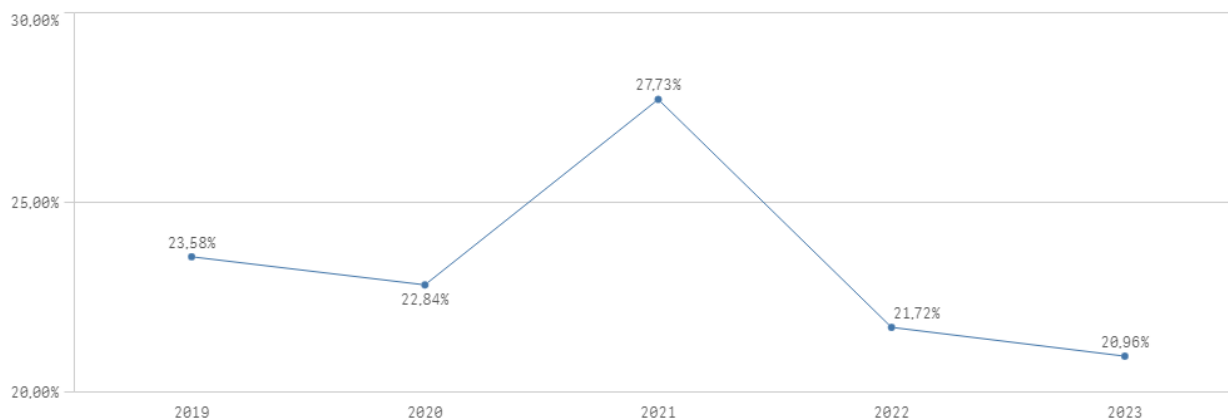
HISTÓRICO - APLICAÇÃO NA SAÚDE - Limite Mínimo Fixado 15%

	2019	2020	2021	2022	2023
Aplicado - %	23,58%	22,84%	27,73%	21,72%	20,96%

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Exercício Atual (Despesas com ações e serviços públicos de saúde - APLIC). OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores).

Série Histórica - Aplicação na Saúde

HISTÓRICO - APLICAÇÃO NA SAÚDE - Limite Mínimo Fixado 15%



1) SAÚDE 15%

Esse resultado indica que o limite mínimo foi cumprido.

O percentual aplicado (20,96%) assegura o cumprimento do percentual mínimo de 15%, de acordo com o que determina o art. 7º da Lei Complementar nº 141/2012.

6. 4. DESPESAS COM PESSOAL

A Lei Complementar nº 101/2000, em seu art. 20, III, da LRF, fixou limite baseado em percentual da Receita Corrente Líquida, de 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo e 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo.

O Poder Executivo totalizou **R\$ 34.800.146,58**, em **2023**, em despesas com pessoal, o que corresponde a da Receita Corrente Líquida Ajustada(**R\$ 68.197.533,70**), o que assegura o cumprimento do limite fixado na LRF.

6. 4. 1. REGIME PREVIDENCIÁRIO





Os servidores efetivos do município estão vinculados ao regime próprio de previdência social e os demais ao regime geral (INSS).

6. 4. 1. 1. NORMAS GERAIS - UNIDADE GESTORA ÚNICA

A Portaria nº 1.467, de 02/06/2022, disciplina os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamentos dos RPPS, e mantém a vedação de existência de mais de um RPPS e unidade gestora em cada ente federativo, conforme art. 71, *in verbis*:

Portaria MTP nº 1.467/2022

(...)

Art. 71. É vedada a existência de mais de um RPPS para os segurados desse regime em cada ente federativo e de mais de uma unidade gestora.

§ 1º A unidade gestora única deverá gerenciar, direta ou indiretamente, a concessão, o pagamento e a manutenção, dos benefícios de aposentadoria e pensão por morte devidos a todos os segurados e beneficiários do RPPS e a seus dependentes, relativos a todos os poderes, órgãos e entidades do ente federativo.

§ 2º Há gerenciamento indireto quando a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios forem executados por outro órgão ou entidade integrante da correspondente Administração Pública, atendendo-se, porém, na realização daquelas atividades, ao comando, à coordenação e ao controle da unidade gestora única.

A Emenda Constitucional nº 103/2019 registrou como mandamento constitucional a referida obrigação, estabelecendo:

Constituição Federal de 1988

Art.40.(...)

§ 20. É vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social e de mais de um órgão ou entidade gestora desse regime em cada ente federativo, abrangidos todos os poderes, órgãos e entidades autárquicas e fundacionais, que serão responsáveis pelo seu financiamento, observados os critérios, os parâmetros e a natureza jurídica definidos na lei complementar de que trata o § 22. ([Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019](#))

Da análise da previdência social dos servidores do Município, verifica-se que esses estão vinculados ao (Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Terra Nova do Norte), não sendo constatados outros Regimes Próprios de Previdência Social.





6. 4. 1. 1. 1. ADIMPLÊNCIA DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PATRONAIS, SEGURADOS E ALÍQUOTA SUPLEMENTAR

O *caput* do art. 40 e inc. I do art. 198 da Constituição Federal/1988 determinam que será assegurado o regime de previdência de caráter contributivo e solidário, a fim de que se preserve o equilíbrio financeiro e atuarial e que o financiamento da seguridade social será de responsabilidade de toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Portanto, é determinação constitucional o recolhimento, tempestivo, da contribuição previdenciária pelo ente público.

De acordo com os dispositivos citados, extrai-se que a Administração Municipal tem a obrigação de contribuir com o custeio do RPPS e o administrador público tem o dever de cumprir os prazos de pagamento de suas obrigações previdenciárias e, caso configurada a situação de atraso e/ou inadimplência no recolhimento das contribuições patronais e segurados, é de sua responsabilidade arcar com os juros e multas dele oriundos.

Portanto, os repasses das contribuições previdenciárias são uma obrigação constitucional, sendo necessário o seu recolhimento dentro do prazo, a fim de não ocasionar o pagamento de **juros e multas por atraso**, não podendo ser tratado como despesas flexíveis de pagamento ou como uma forma de financiamento de outras despesas.

Registra-se que a inadimplência previdenciária prejudica a saúde financeira dos RPPS e, por via de consequência, sua capacidade de pagar eventuais benefícios aos seus segurados.

De acordo com o Parecer Técnico Conclusivo emitido pela Unidade de Controle Interno, nos termos da Resolução Normativa nº 12/2020-TP, o Controlador Interno informou a inadimplência das contribuições previdenciárias patronais e dos segurados do exercício de 2023, conforme demonstrado no Apêndice B deste Relatório Técnico.

Consta no documento denominado Declaração de Veracidade das Contribuições Previdenciárias (Apêndice C e D deste Relatório), enviado ao Sistema Aplic, conforme consulta realizada em 20/06/2024, a inadimplência de contribuições previdenciárias referente ao Poder Executivo, conforme demonstrado a seguir:

Quadro: Contribuições Previdenciárias - Segurado

Competência	Valor Devido em R\$ (A)	Valor Recolhido em R\$ (B)	Encargos Monetários Pagos		Valor em R\$ (B-A)
			Juros em R\$	Multas em R\$	
Janeiro	R\$ 112.847,44	R\$ 112.847,44	R\$ 0,00	R\$ 526,16	R\$ 0,00
Fevereiro	R\$ 113.427,57	R\$ 113.427,57	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Março	R\$ 113.706,52	R\$ 113.706,52	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Abril	R\$ 115.811,21	R\$ 115.811,21	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Maiο	R\$ 115.563,38	R\$ 115.563,38	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Junho	R\$ 114.797,77	R\$ 114.797,77	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Julho	R\$ 115.396,46	R\$ 115.396,46	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Agosto	R\$ 115.357,80	R\$ 115.357,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Setembro	R\$ 116.890,45	R\$ 116.890,45	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outubro	R\$ 116.438,76	R\$ 116.438,76	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00





Competência	Valor Devido em R\$ (A)	Valor Recolhido em R\$ (B)	Encargos Monetários Pagos		Valor em R\$ (B-A)
			Juros em R\$	Multas em R\$	
Novembro	R\$ 116.881,55	R\$ 116.881,55	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Dezembro	R\$ 117.236,23	R\$ 117.236,23	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
13º Salário	R\$ 114.774,91	R\$ 114.774,91	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 1.499.130,05	R\$ 1.499.130,05	R\$ 0,00	R\$ 526,16	R\$ 0,00

APLIC>UG: RPPS> Informes Mensais > RPPS> Contribuições Previdenciárias.

Quadro: Contribuições Previdenciárias - Patronal

Competência	Valor Devido em R\$ (A)	Valor Pago em R\$ (B)	Encargos Monetários Pagos		Valor em R\$ (B-A)
			Juros em R\$	Multas em R\$	
Janeiro	R\$ 112.847,44	R\$ 112.847,44	R\$ 0,00	R\$ 1.053,80	R\$ 0,00
Fevereiro	R\$ 113.427,57	R\$ 113.427,57	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Março	R\$ 113.706,52	R\$ 113.706,52	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Abril	R\$ 115.811,21	R\$ 115.811,21	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Maiο	R\$ 115.563,39	R\$ 115.563,39	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Junho	R\$ 114.797,77	R\$ 114.797,77	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Julho	R\$ 115.396,46	R\$ 115.396,46	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Agosto	R\$ 115.357,80	R\$ 115.357,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Setembro	R\$ 116.890,45	R\$ 116.890,45	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outubro	R\$ 116.438,76	R\$ 116.438,76	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Novembro	R\$ 116.882,75	R\$ 116.882,75	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Dezembro	R\$ 117.236,23	R\$ 117.236,23	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
13º Salário	R\$ 114.775,15	R\$ 114.775,15	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 1.499.131,50	R\$ 1.499.131,50	R\$ 0,00	R\$ 1.053,80	R\$ 0,00

APLIC>UG: RPPS> Informes Mensais > RPPS> Contribuições Previdenciárias.

Quadro: Contribuições Previdenciárias - Alíquota Suplementar

Competência	Valor Devido em R\$ (A)	Valor Recolhido em R\$ (B)	Encargos Monetários Pagos		Valor em R\$ (B-A)
			Juros em R\$	Multas em R\$	
Janeiro	R\$ 113.168,88	R\$ 113.168,88	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Fevereiro	R\$ 113.753,64	R\$ 113.753,64	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Março	R\$ 114.033,70	R\$ 114.033,70	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Abril	R\$ 116.144,21	R\$ 116.144,21	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Maiο	R\$ 115.895,81	R\$ 115.895,81	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Junho	R\$ 115.128,09	R\$ 115.128,09	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Julho	R\$ 115.728,24	R\$ 115.728,24	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Agosto	R\$ 115.689,33	R\$ 115.689,33	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00





Competência	Valor Devido em R\$ (A)	Valor Recolhido em R\$ (B)	Encargos Monetários Pagos		Valor em R\$ (B-A)
			Juros em R\$	Multas em R\$	
Setembro	R\$ 117.225,93	R\$ 117.225,93	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outubro	R\$ 153.535,39	R\$ 153.535,39	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Novembro	R\$ 154.118,01	R\$ 154.118,01	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Dezembro	R\$ 154.586,92	R\$ 154.586,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
13º Salário	R\$ 151.341,01	R\$ 151.341,01	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 1.650.349,16	R\$ 1.650.349,16	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC>UG: RPPS> Informes Mensais > RPPS> Contribuições Previdenciárias.

1) De acordo com os documentos e informações citados, é possível concluir pela adimplência das Contribuições Previdenciárias dos Segurados devidas ao RPPS.

2) Com base nos documentos e informações citados, é possível concluir pela adimplência das Contribuições Previdenciárias Patronais e Suplementares devidas ao RPPS.

6. 4. 1. 1. 2. PARCELAMENTOS DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Por meio do acesso ao Sistema CADPREV, constatou-se a existência dos seguintes parcelamentos efetuados com o Regime Próprio de Previdência Social:

Acordos de Parcelamento						
Número do Acordo	Rubrica	Situação do Acordo	Natureza do Acordo	Tipo de Parcelamento	Visualizar DCP	Visualizar Acompanhamento do Acordo
00011/2011	Outros Critérios	Cancelado	Antigo			
00012/2011	Outros Critérios	Quitado	Antigo			
00229/2013	Contribuição Patronal	Quitado	Novo			
01226/2014	Contribuição Patronal	Cancelado	Novo			
00170/2016	Contribuição Patronal	Repactuado	Novo			
00148/2017	Contribuição Patronal	Repactuado	Novo			
01286/2017	Contribuição Patronal	Quitado	Novo			
01287/2017	Contribuição Patronal (200 meses)	Aceito	Novo			
01414/2018	Contribuição Patronal	Aceito	Novo			

1) Em consulta ao Sistema CADPREV (20/06/2024), constatou-se a adimplência das parcelas dos Acordo nºs 170 /2016, 148/2017, 1287/2017 e 1414/2018 (Leis autorizativas nºs 1244/2016, 1287/2017, 1340/2017 e 1425/2018, respectivamente) devidas pela Prefeitura Municipal ao RPPS, conforme consta nos Apêndices E, F e G.

6. 4. 1. 1. 3. ANÁLISE DO CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA - CRP

O Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP é um documento fornecido pela Secretaria de Previdência, do Ministério da Economia, que atesta o cumprimento dos critérios e exigências estabelecidos na Lei n.º 9.717/1998, pelo Regime Próprio de Previdência Social de um Estado, do Distrito Federal ou de um Município, ou





seja, atesta que o ente federativo segue normas de boa gestão, para assegurar o pagamento dos benefícios previdenciários aos seus segurados.

Na análise das informações extraídas em 20/06/2024, no endereço eletrônico da Secretaria de Previdência (<https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/publico/crp/pesquisarEnteCrp.xhtml>), constatou-se que o Município de Terra Nova do Norte, por meio do CRP n.º 989909 - 233048, encontra-se **REGULAR** com o Certificado de Regularidade Previdenciária (via administrativa, apêndice H deste Relatório).

1) Foi emitido Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) pelo MPAS ao RPPS - art. 7º, Lei nº 9.717/98 e Portaria MPS nº 1.467/22.

6. 4. 2. PESSOAL - LIMITES LRF

A Lei Complementar nº 101/2000, em seu art. 20, III, da LRF, fixou limite baseado em percentual da Receita Corrente Líquida, de 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo e 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo.

A série histórica de percentuais dos gastos com pessoal do Poder Executivo e Legislativo, em relação à Receita Corrente Líquida, pode ser visualizada pelas informações demonstradas a seguir:

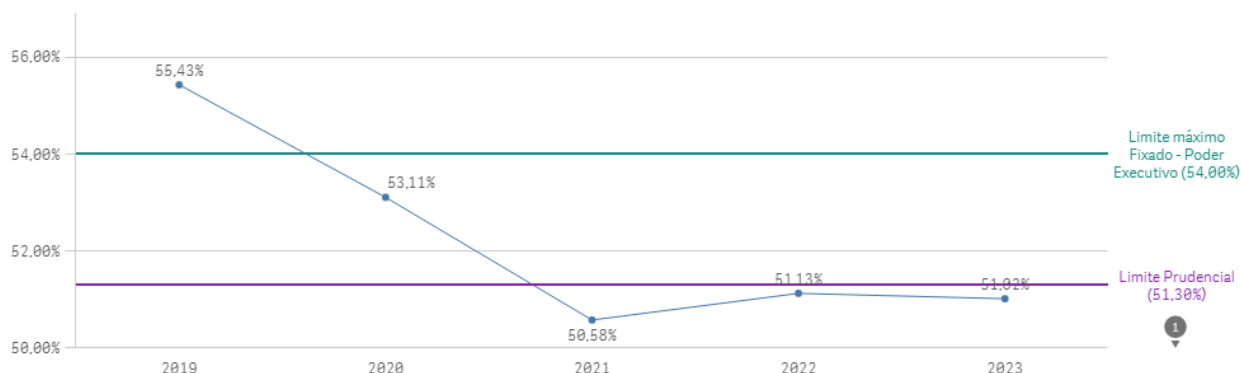
LIMITES COM PESSOAL - LRF					
	2019	2020	2021	2022	2023
Limite máximo Fixado - Poder Executivo					
Aplicado - %	55,43%	53,11%	50,58%	51,13%	51,02%
Limite máximo Fixado - Poder legislativo					
Aplicado - %	2,27%	2,09%	1,61%	1,78%	1,69%
Limite máximo Fixado - Município					
Aplicado - %	57,70%	55,20%	52,19%	52,91%	52,72%

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Exercício Atual: Quadro: Apuração do Cumprimento do limite legal individual. OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores).

Série Histórica - Limites com Pessoal - LRF

Limite máximo Fixado - Poder Executivo





Ressalta-se que, conforme consta no Ofício n. 92/GPPB/2024 (documento externo n. 435606/2024), o Sr. Pascoal Alberton, Prefeito Municipal, e o Sr. Jonas Tadeu Sassi, Controlador Interno, informaram que o Município não possui terceirizações de serviços com execução de atividades por Organizações Sociais - OS e Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, possuindo apenas Cooperativa de Trabalho dos Prestadores de Serviço - Coopervale.

Destaca ainda, que não há cargo igual ou similar no PCCS e que os gastos com a cooperativa, em 2023, foram de R\$ 2.871.028,97.

A partir da análise das informações sobre o total de gastos com pessoal do Poder Executivo é possível verificar o que segue:

1) PESSOAL_LIMITE EXECUTIVO

Nos gastos com pessoal do Poder Executivo foi assegurado o cumprimento do limite de 54%.

Os gastos com pessoal do Poder Executivo totalizaram o montante de R\$ 34.800.146,58, correspondente a 51,02% da RCL Ajustada, assegurando o cumprimento do limite máximo de 54% estabelecido no art. 20, inc. III, "b" da LRF.

6. 4. 2. 1. LIMITE PRUDENCIAL E LEGAL DO PODER EXECUTIVO

O total da despesa com pessoal e encargos do Poder Executivo (Quadros 11.3 e 11.4 do Anexo 11 - Pessoal) foi de R\$ 34.800.146,58, que correspondeu a 51,02% da Receita Corrente Líquida Ajustada, **estando abaixo** do Limite Prudencial (51,30%) estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que corresponde a 95% do valor máximo permitido para gastos com pessoal.

Contudo, o percentual apurado está acima de 90% do limite máximo permitido, motivo pelo qual foram emitidos alertas por este Tribunal de Contas, em cumprimento ao art.59, § 1º, inciso II, da Lei Complementar n. 101/2000:

- TERMO DE ALERTA Nº 175 / 1º QUADRIMESTRE / 2023 / WALDIR JÚLIO TEIS / PROCESSO Nº 538337 /2023;
- TERMO DE ALERTA Nº 269 / 1º QUADRIMESTRE / 2023 / WALDIR JÚLIO TEIS / PROCESSO Nº 538337 /2023;





- TERMO DE ALERTA Nº 793 / 2º QUADRIMESTRE / 2023 / WALDIR JÚLIO TEIS / PROCESSO Nº 538337 /2023
- TERMO DE ALERTA Nº 921 / 1º QUADRIMESTRE / 2023 / WALDIR JÚLIO TEIS / PROCESSO Nº 538337 /2023
- TERMO DE ALERTA Nº 927 / 2º QUADRIMESTRE / 2023 / WALDIR JÚLIO TEIS / PROCESSO Nº 538337 /2023
- TERMO DE ALERTA Nº 10707 / 3º QUADRIMESTRE / 2023 / WALDIR JÚLIO TEIS / PROCESSO Nº 538337/2023
- TERMO DE ALERTA Nº 10755 / 3º QUADRIMESTRE / 2023 / WALDIR JÚLIO TEIS / PROCESSO Nº 538337/2023

Desse modo, sugere-se a recomendação a seguir:

- Que observe os limites de gastos com pessoal previstos na Lei Complementar n. 101/2000, adotando as medidas necessárias de equilíbrio dessas despesas, a fim de que não haja o descumprimento dos percentuais aplicáveis ao Poder Executivo.

6. 5. LIMITES DA CÂMARA MUNICIPAL

A Constituição Federal dispõe, em seu art. 29A, sobre o Poder Legislativo Municipal, sendo que o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior:

I - 7% (sete por cento) para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes;

II - 6% (seis por cento) para Municípios com população entre 100.000 (cem mil) e 300.000 (trezentos mil) habitantes;

III - 5% (cinco por cento) para Municípios com população entre 300.001 (trezentos mil e um) e 500.000 (quinhentos mil) habitantes;

IV - 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento) para Municípios com população entre 500.001 (quinhentos mil e um) e 3.000.000 (três milhões) de habitantes;

V - 4% (quatro por cento) para Municípios com população entre 3.000.001 (três milhões e um) e 8.000.000 (oito milhões) de habitantes;

VI - 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) para Municípios com população acima de 8.000.001 (oito milhões e um) habitantes.

Além disso, constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal:

I - efetuar repasse que supere os limites definidos no artigo 29A, CF;

II - não enviar o repasse até o dia vinte de cada mês; ou





III - enviá-lo a menor em relação à proporção fixada na Lei Orçamentária.

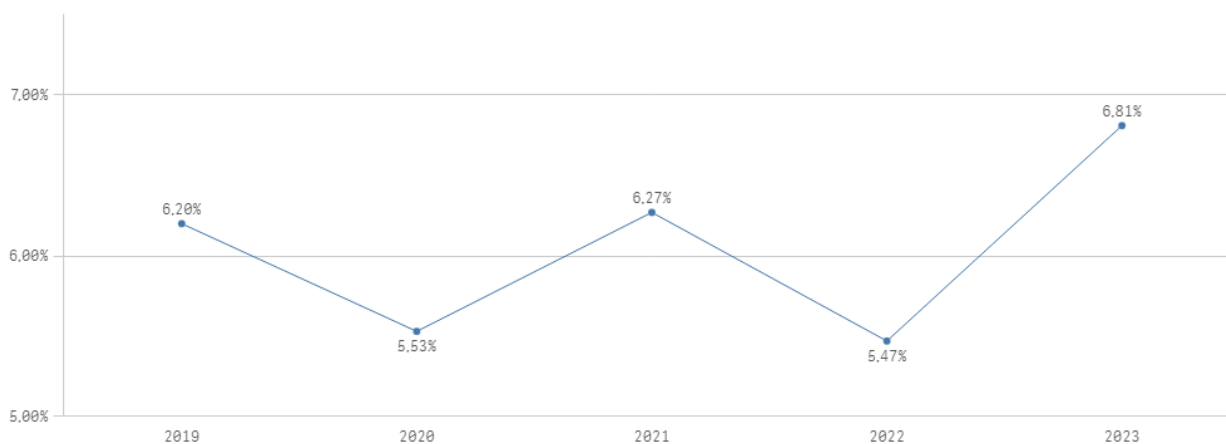
No caso do Município de **TERRA NOVA DO NORTE**, com a prévia da Estimativa de População do Município - IBGE - 2022 de **10.616** habitantes, o percentual de repasse fica estabelecido em **7,00%** da Receita Base.

A série histórica de percentuais dos repasses para o Poder Legislativo, no período de 2019/2023 está apresentada a seguir:

REPASSE PARA O LEGISLATIVO					
	2019	2020	2021	2022	2023
Percentual máximo Fixado	7,00%				
Aplicado - %	6,20%	5,53%	6,27%	5,47%	6,81%

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e APLIC (Exercício Atual). OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores).

Série Histórica - Repasse Legislativo



A partir da análise dos quadros 12.1 e 12.2, constantes no Anexo 12 - Repasse à Câmara Municipal deste relatório, constata-se:

- 1) Os repasses ao Poder Legislativo não foram superiores aos limites definido no art. 29-A da Constituição Federal.
- 2) Os repasses ao Poder Legislativo não foram inferiores à proporção estabelecida na LOA (art. 29-A, § 2º, inc. III, CF).
- 3) Os repasses ao Poder Legislativo ocorreram até o dia 20 de cada mês (art. 29-A, § 2º, inc. II, CF).





Razão Contábil
:: Clique com o botão direito do mouse sobre a tabela para mais opções

Resultado(s) da consulta

Consulta parametrizada

Mês de referência: DEZEMBRO
Conta contábil: 45112020100

Data	Cód. tip...	Nu...	Seq.	Cód. C...	Descrição	I...	F...	Val. crédito	Detalhamento
13/01/2023	2	201...	2	45112...	REPASSE ...	J...	J...	216.666,74	111376011500 00000000
17/02/2023	2	202...	2	45112...	REPASSE ...	J...	J...	215.690,65	111376011500 00000000
16/03/2023	2	203...	2	45112...	REPASSE ...	J...	J...	215.690,65	111376011500 00000000
14/04/2023	2	204...	2	45112...	REPASSE ...	J...	J...	215.690,65	111376011500 00000000
17/05/2023	2	205...	2	45112...	REPASSE ...	J...	J...	215.690,65	111376011500 00000000
15/06/2023	2	206...	2	45112...	REPASSE ...	J...	J...	215.690,65	111376011500 00000000
19/07/2023	2	207...	2	45112...	REPASSE ...	J...	J...	215.690,65	111376011500 00000000
16/08/2023	2	208...	2	45112...	REPASSE ...	J...	J...	215.690,65	111376011500 00000000
18/09/2023	2	209...	2	45112...	REPASSE ...	J...	J...	215.690,65	111376011500 00000000
19/10/2023	2	210...	2	45112...	REPASSE ...	J...	J...	215.690,65	111376011500 00000000
17/11/2023	2	211...	2	45112...	REPASSE ...	J...	J...	215.690,65	111376011500 00000000
14/12/2023	2	212...	2	45112...	REPASSE ...	J...	J...	176.426,76	111376011500 00000000

20 2.550.000,00

6. 6. LIMITE - DESPESAS CORRENTES/RECEITAS CORRENTES - Art. 167-A CF

O dispositivo constitucional 167-A preconiza que:

Art. 167-A. **Apurado que, no período de 12 (doze) meses, a relação entre despesas correntes e receitas correntes supera 95% (noventa e cinco por cento)**, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, é facultado aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas e à Defensoria Pública do ente, enquanto permanecer a situação, aplicar o mecanismo de ajuste fiscal de vedação da:

I - concessão, a qualquer título, de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de membros de Poder ou de órgão, de servidores e empregados públicos e de militares, exceto dos derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior ao início da aplicação das medidas de que trata este artigo;

II - criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, ressalvadas:





- a) as reposições de cargos de chefia e de direção que não acarretem aumento de despesa
- b) as reposições decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios
- c) as contratações temporárias de que trata o inciso IX do caput do art. 37 desta Constituição; e
- d) as reposições de temporários para prestação de serviço militar e de alunos de órgãos de formação de militares;

V - realização de concurso público, exceto para as reposições de vacâncias previstas no inciso IV deste caput;

VI - criação ou majoração de auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza, inclusive os de cunho indenizatório, em favor de membros de Poder, do Ministério Público ou da Defensoria Pública e de servidores e empregados públicos e de militares, ou ainda de seus dependentes, exceto quando derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior ao início da aplicação das medidas de que trata este artigo;

VII - criação de despesa obrigatória;

VIII - adoção de medida que implique reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação, observada a preservação do poder aquisitivo referida no inciso IV do caput do art. 7º desta Constituição;

IX - criação ou expansão de programas e linhas de financiamento, bem como remissão, renegociação ou refinanciamento de dívidas que impliquem ampliação das despesas com subsídios e subvenções;

X - concessão ou ampliação de incentivo, ou benefício de natureza tributária

§ 1º Apurado que a despesa corrente supera 85% (oitenta e cinco por cento) da receita corrente, sem exceder o percentual mencionado no caput deste artigo, as medidas nele indicadas podem ser, no todo ou em parte, implementadas por atos do Chefe do Poder Executivo com vigência imediata, facultado aos demais Poderes e órgãos autônomos implementá-las em seus respectivos âmbitos.

§ 2º O ato de que trata o § 1º deste artigo deve ser submetido, em regime de urgência, à apreciação do Poder Legislativo.

§ 3º O ato perde a eficácia, reconhecida a validade dos atos praticados na sua vigência, quando:

I - rejeitado pelo Poder Legislativo;

II - transcorrido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias sem que se ultime a sua apreciação; ou





III - apurado que não mais se verifica a hipótese prevista no § 1º deste artigo, mesmo após a sua aprovação pelo Poder Legislativo.

§ 4º A apuração referida neste artigo deve ser realizada bimestralmente

§ 5º As disposições de que trata este artigo.

I - não constituem obrigação de pagamento futuro pelo ente da Federação ou direitos de outrem sobre o erário;

II - não revogam, dispensam ou suspendem o cumprimento de dispositivos constitucionais e legais que disponham sobre metas fiscais ou limites máximos de despesas.

§ 6º Ocorrendo a hipótese de que trata o caput deste artigo, até que todas as medidas nele previstas tenham sido adotadas por todos os Poderes e órgãos nele mencionados, de acordo com declaração do respectivo Tribunal de Contas, é vedada:

I - a concessão, por qualquer outro ente da Federação, de garantias ao ente envolvido;

II - a tomada de operação de crédito por parte do ente envolvido com outro ente da Federação, diretamente ou por intermédio de seus fundos, autarquias, fundações ou empresas estatais dependentes, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente, ressalvados os financiamentos destinados a projetos específicos celebrados na forma de operações típicas das agências financeiras oficiais de fomento. (grifo nosso)

Em linhas gerais, o artigo 167-A da Constituição Federal prevê que nos casos em que a relação entre as despesas e receitas correntes do Ente atingir o limite de 95%, algumas restrições deverão ser adotadas visando controlar as despesas com pessoal, como, por exemplo, a concessão, a qualquer título, de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de membros de Poder ou de órgão, de servidores e empregados públicos e de militares, exceto dos derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior, criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa e alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa (...).

Importa constar que conforme redação do dispositivo constitucional mencionado, trata-se de uma “faculdade” aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas e à Defensoria Pública do ente, enquanto permanecer a situação, aplicar o mecanismo de ajuste fiscal de vedação prevista nos incisos I ao X, quando apurado que, no período de 12 (doze) meses, a relação entre despesas correntes e receitas correntes supera 95% (noventa e cinco por cento).

Todavia, se o ente que extrapolar o limite de 95% informado não poderá tomar empréstimos com a União e nem com outros entes, o que torna o dispositivo obrigatório de cumprimento e de verificação nos casos de análises e concessões de créditos pelos Órgãos e Poderes a que se refere.

Os tribunais de contas serão responsáveis por atestar o percentual da relação entre a receita e a despesa corrente e, caso esse percentual supere 95% (noventa e cinco por cento), atestar a adoção dos mecanismos de ajustes fiscais estabelecidos.





A seguir apresenta a relação entre despesas correntes e receitas correntes dos exercícios de 2021 a 2023:

Exercício	Receita Corrente Arrecadada (a) R\$	Despesa Corrente Liquidada (b) R\$	Despesas Inscritas em RPNP (c) R\$	Indicador Despesa /Receita (d) %
2021	R\$ 54.023.601,22	R\$ 45.037.768,94	R\$ 3.090.402,44	89,08%
2022	R\$ 62.773.111,85	R\$ 64.368.801,94	R\$ 804.982,08	103,82%
2023	R\$ 74.559.113,12	R\$ 66.637.284,04	R\$ 1.304.821,29	91,12%

Anexo: Receita> Quadro: Resultado da Arrecadação Orçamentária. Origem de recursos da receita (valores Líquidos). Anexo: Despesa> Quadro: Despesa por Categoria Econômica.

Assim, apresenta-se a seguir os montantes das receitas e despesas correntes e da inscrição de Restos a Pagar Não processados em 31/12/2023:

1) Limite Art. 167-A CF/88

A	RECEITA CORRENTE	R\$ 74.559.113,12
B	DESPEZA CORRENTE LIQUIDADA	R\$ 66.637.284,04
C	DESP CORRENTE INSCRITA EM RPNP	R\$ 1.304.821,29
Limite Art. 167-A CF	((B+C)/A)	0,9112

Este resultado indica que o limite foi cumprido.

7. CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS

De acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais, as metas fiscais representam os resultados a serem alcançados para variáveis fiscais visando atingir os objetivos desejados pelo ente da Federação quanto à trajetória de endividamento no médio prazo. *Pelo princípio da gestão fiscal responsável, as metas representam a conexão entre o planejamento, a elaboração e a execução do orçamento. Esses parâmetros indicam os rumos da condução da política fiscal para os próximos exercícios e servem de indicadores para a promoção da limitação de empenho e de movimentação financeira (Manual de Demonstrativos Fiscais: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios. Válido a partir do exercício financeiro de 2022, Secretaria do Tesouro Nacional. - 13ª ed., pág. 64).*

7. 1. RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário é calculado com base somente nas receitas e nas despesas não-financeiras e tem por objetivos demonstrar a capacidade de pagamento do serviço da dívida.





Receitas Não-Financeiras - RNF ou Primárias: corresponde ao total da receita orçamentária deduzidas as operações de crédito, as provenientes de rendimentos de aplicações financeiras e retorno de operações de crédito (juros e amortizações), recebimento de recursos oriundos de empréstimos concedidos, as receitas de privatização e aquelas relativas a superávits financeiros. Para evitar a dupla contagem, não devem ser consideradas como receitas não-financeiras as provenientes de transferências entre as entidades que compõem o Ente federativo.

Despesas Não-Financeiras - DNF ou Primárias: corresponde ao total da despesa orçamentária deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida interna e externa, com aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.

Déficits primários indicam que o Município não possui recursos para pagamento de suas despesas não-financeiras, tendo que recorrer a operações de crédito para pagar suas despesas, elevando, assim, o seu nível de endividamento. Superávits primários significam que possui recursos para pagamento de suas despesas não-financeiras e ainda para honrar os seus compromissos decorrentes de operações financeiras, tais como juros e amortizações (estoque da dívida).

A meta fixada, em valores correntes, no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de **2023** é de **R\$ 2.325.287,00** e o Resultado Primário alcançou o montante de **-R\$ 4.652.035,12**, ou seja, o valor alcançado está **abaixo** da meta estipulada na LDO, conforme demonstra o Quadro 13.1 - Resultado Primário constante no Anexo 13 - Metas Fiscais (Resultado Primário e Nominal - Acima da Linha) e o gráfico a seguir:

Resultado Primário



1) Houve o descumprimento da meta de resultado primário estabelecida na LDO/2023. DB01.

Dispositivo Normativo:

Art. 9º, LRF

1.1) *A gestão municipal não emitiu ato de limitação de empenho e/ou movimentação financeira em um cenário no qual o comportamento das receitas primárias não foi suficiente para acompanhar o aumento das despesas primárias, o que resultou no não cumprimento da meta de resultado primário fixada na LDO 2023. - DB01*





O Anexo de Metas Fiscais da LDO para 2023 definiu em R\$ 2.325.287,00 a meta do Resultado Primário.

Conforme consta no Quadro: 13.1 - Resultado Primário e Nominal, o Resultado Primário foi de -R\$ 4.652.035,12, ou seja, o valor alcançado está abaixo da meta estipulada na LDO.

O descumprimento da meta de Resultado Primário constante na LDO de 2023 demonstra a desconformidade com o art.9 da LRF, motivo pelo qual foram emitidos os seguintes alertas:

- TERMO DE ALERTA Nº 175 / 1º QUADRIMESTRE / 2023 / WALDIR JÚLIO TEIS / PROCESSO Nº 538337/2023;
- TERMO DE ALERTA Nº 269 / 1º QUADRIMESTRE / 2023 / WALDIR JÚLIO TEIS / PROCESSO Nº 538337/2023;
- TERMO DE ALERTA Nº 793 / 2º QUADRIMESTRE / 2023 / WALDIR JÚLIO TEIS / PROCESSO Nº 538337/2023
- TERMO DE ALERTA Nº 921 / 1º QUADRIMESTRE / 2023 / WALDIR JÚLIO TEIS / PROCESSO Nº 538337/2023
- TERMO DE ALERTA Nº 927 / 2º QUADRIMESTRE / 2023 / WALDIR JÚLIO TEIS / PROCESSO Nº 538337/2023
- TERMO DE ALERTA Nº 10707 / 3º QUADRIMESTRE / 2023 / WALDIR JÚLIO TEIS / PROCESSO Nº 538337/2023
- TERMO DE ALERTA Nº 10755 / 3º QUADRIMESTRE / 2023 / WALDIR JÚLIO TEIS / PROCESSO Nº 538337/2023

Portanto, sugere-se a recomendação a seguir:

- Que haja o controle das receitas primárias, despesas primárias e da meta de resultado primário fixada na LDO, a fim de que seja realizado a limitação de empenho e/ou movimentação financeira em um cenário no qual o comportamento das receitas primárias não seja suficiente para acompanhar o aumento das despesas primárias.

7. 2. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS PARA AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS

O artigo 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal determina que no final dos meses de maio, setembro e fevereiro o Poder Executivo deve demonstrar e avaliar do cumprimento das metas fiscais em audiência pública.

Destaca-se que a faculdade estabelecida pela LRF aos municípios com população inferior a 50 mil habitantes para publicação do RGF semestralmente não se estende às audiências públicas, devendo ser realizadas audiências quadrimestrais, conforme estabelece o Boletim de Jurisprudência do TCE-MT em seu item 21.2:

“21.2) Transparência. Metas fiscais. Necessidade de realização de audiências públicas quadrimestrais. Divulgação de relatórios e demonstrativos (art. 63, LRF).1. A realização de audiências públicas quadrimestrais, pelo Poder Executivo, para demonstrar a





avaliação do cumprimento de metas fiscais, conforme dispõe o art. 9º, § 4º, da LRF, deve ocorrer independentemente da opção pelo prazo semestral facultado aos Municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes para a divulgação dos relatórios e demonstrativos previstos no art. 63 dessa mesma Lei.”(Item 21.2. Boletim de Jurisprudência. Edição Consolidada | fevereiro de 2014 a junho de 2019, página 145)

Apresenta-se a seguir a conclusão quanto a realização das audiências para demonstração e avaliação das metas fiscais no exercício de 2023:

1) O cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre não foi avaliado em audiência pública na Câmara Municipal, em desconformidade com o art. 9º, § 4º, da LRF DB08.

Dispositivo Normativo:

Art. 9º, § 4º, da LRF

1.1) *Ausência de comprovação de avaliação das metas fiscais, por audiência pública, de cada quadrimestre do exercício de 2023. - DB08*

Em consulta ao Portal de Transparência do município de Terra Nova do Norte na data de 21/06/2024, não foi constatada a publicação das audiências públicas de avaliação das metas fiscais de cada quadrimestre do exercício de 2023, conforme a demonstração a seguir:

terranovadonorte.mt.gov.br/Transparencia/Atas-Normas-Estatutos/Atas/

[Exportar CSV](#) [Imprimir](#)

Informações	Documento	Baixar Visualizar
Nº: ATA Data: 30/09/2021 Categoria: Geral Subcategoria: Geral	AUDIÊNCIA PÚBLICA DA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE METAS FISCAIS 2º QUADRIMESTRE/2021	Visualizar Baixar Baixado: 2 vezes
Nº: ATA Data: 30/09/2021 Categoria: Geral Subcategoria: Geral	AUDIÊNCIA PÚBLICA DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DO PPA 2022-2025 E LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS 2022	Visualizar Baixar Baixado: Nenhuma vez
Nº: ATA Data: 27/05/2021 Categoria: Geral Subcategoria: Geral	ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2021	Visualizar Baixar Baixado: 5 vezes
Nº: ATA Data: 26/02/2021 Categoria: Geral Subcategoria: Geral	AUDIÊNCIA PÚBLICA DA AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2020	Visualizar Baixar Baixado: Nenhuma vez

Em consulta ao Sistema Aplic, foram constatados os seguintes alertas relacionados com o tema em análise:

- TERMO DE ALERTA Nº 57 / 1º BIMESTRE / 2023 / WALDIR JÚLIO TEIS / PROCESSO Nº 538337/2023





- TERMO DE ALERTA Nº 81 / 1º BIMESTRE / 2023 / WALDIR JÚLIO TEIS / PROCESSO Nº 538337/2023
- TERMO DE ALERTA Nº 809 / 2º QUADRIMESTRE / 2023 / WALDIR JÚLIO TEIS / PROCESSO Nº 538337/2023
- TERMO DE ALERTA Nº 902 / 1º BIMESTRE / 2023 / WALDIR JÚLIO TEIS / PROCESSO Nº 538337 /2023
- TERMO DE ALERTA Nº 915 / 2º QUADRIMESTRE / 2023 / WALDIR JÚLIO TEIS / PROCESSO Nº 538337/2023
- TERMO DE ALERTA Nº 996 / 4º BIMESTRE / 2023 / WALDIR JÚLIO TEIS / PROCESSO Nº 538337 /2023
- TERMO DE ALERTA Nº 1069 / 4º BIMESTRE / 2023 / WALDIR JÚLIO TEIS / PROCESSO Nº 538337 /2023
- TERMO DE ALERTA Nº 10070 / 4º BIMESTRE / 2023 / WALDIR JÚLIO TEIS / PROCESSO Nº 538337 /2023
- TERMO DE ALERTA Nº 10091 / 5º BIMESTRE / 2023 / WALDIR JÚLIO TEIS / PROCESSO Nº 538337 /2023
- TERMO DE ALERTA Nº 10479 / 5º BIMESTRE / 2023 / WALDIR JÚLIO TEIS / PROCESSO Nº 538337 /2023
- TERMO DE ALERTA Nº 10552 / 3º QUADRIMESTRE / 2023 / WALDIR JÚLIO TEIS / PROCESSO Nº 538337/2023
- TERMO DE ALERTA Nº 10654 / 3º QUADRIMESTRE / 2023 / WALDIR JÚLIO TEIS / PROCESSO Nº 538337/2023
- TERMO DE ALERTA Nº 10725 / 3º QUADRIMESTRE / 2023 / WALDIR JÚLIO TEIS / PROCESSO Nº 538337/2023

Ante ao exposto, sugere-se a recomendação a seguir:

- Que cumpra o disposto no artigo 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, realizando no final dos meses de maio, setembro e fevereiro, a avaliação do cumprimento das metas fiscais em audiência pública, fazendo constar no Portal de Transparência do Município.

8. TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

Considerando a relevância da transparência pública na aferição da responsabilidade legal, social e como indicador da boa e regular governança pública - em especial por garantir o acesso às prestações de contas e demais informações e serviços públicos, em observância aos princípios constitucionais e disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei de Acesso à Informação - este Tribunal de Contas, juntamente com a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), o Tribunal de Contas da União (TCU), com o apoio de outros Tribunais de Contas brasileiros e instituições do sistema, instituíram o Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), com os objetivos de padronizar, orientar, estimular, induzir e fiscalizar a transparência nos Poderes e órgãos públicos em todo o país.

De acordo com a metodologia nacionalmente padronizada, os portais avaliados são classificados a partir dos índices obtidos, que variam de 0 a 100%. Assim, a metodologia definiu níveis de transparência para cada faixa de índices, conforme se demonstra abaixo:





Faixa de Transparência	Nível mínimo de Transparência	Requisito adicional
Diamante	Entre 95% e 100%	100% dos critérios essenciais
Ouro	Entre 85% e 94%	100% dos critérios essenciais
Prata	Entre 75% e 84%	100% dos critérios essenciais
Elevado	Entre 75% e 100%	Menos de 100% dos critérios essenciais
Intermediário	Entre 50% e 74%	-
Básico	Entre 30% e 49%	-
Inicial	Entre 1% e 29%	-
Inexistente	0%	-

Fonte: Cartilha PNTP 2024 (<https://docs.google.com/document/d/1QbWhSTYF3RcGB6Q56lyCXY8OZrWC2so9/edit>)

Assim, apresenta-se abaixo o resultado da avaliação realizada em 2023 acerca da transparência do município de Terra Nova do Norte, cujos resultados foram homologados por este Tribunal mediante o Acórdão 240/2024 - PV.

Unidade Gestora	Índice Transparência	Nível de Transparência
Prefeitura Municipal	66,84%	Intermediário
Câmara Municipal	95,04%	Diamante

Destaca-se que, conforme evidenciado na informação técnica extraída do Pr.1799282/2024, a única Câmara certificada com o selo diamante foi a de Terra Nova do Norte.

Contudo, ressalta-se a importância de manutenção das ações de transparência e a implementação de medidas visando ao atendimento de 100% dos requisitos.

No tocante à Prefeitura Municipal, conforme se observa, os índices revelam nível intermediário de transparência, sendo imprescindível a implementação de medidas para garantir níveis mais elevados.

As avaliações completas e demais informações atinentes ao ciclo de 2023, assim como toda metodologia e ferramentas do PNTP, estão disponíveis em www.radardatransparencia.atricon.org.br.

Desta forma, sugere-se a recomendação para que implemente medidas visando ao atendimento de 100% dos requisitos de transparência, em observância aos preceitos constitucionais e legais.

9. PRESTAÇÃO DE CONTAS

9. 1. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GOVERNO AO TCE





O Chefe do Poder Executivo deve prestar contas ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, conforme dispõe os incisos I e II, do artigo 71 da Constituição Federal; nos incisos I e II do artigo 47 e artigo 210 da Constituição Estadual; nos artigos 26 e 34 da Lei Complementar n.º 269/2007.

As contas anuais de governo demonstram a conduta do Prefeito no exercício das funções políticas de planejamento, organização, direção e controle das políticas públicas e devem ser remetidas ao Tribunal de Contas do Estado no dia seguinte ao prazo estabelecido no art. 209, da Constituição do Estado de Mato Grosso (sessenta dias, a partir do dia quinze de fevereiro), para emissão do parecer prévio (Resolução Normativa n.º 10 /2008-TCE/MT-TP), ou seja, até 16 de abril do exercício seguinte.

A Resolução Normativa n.º 03/2020 -TCE/MT-TP, em seu art. 1º, XI, determina que a remessa das Contas Anuais de Governo prestadas pelo Chefe do Poder Executivo seja feita exclusivamente por meio eletrônico, via internet, conforme informações/documentos detalhados no leiaute do Anexo 1 desse normativo.

Além disso, a Orientação Normativa n.º 04/2016, do Comitê Técnico deste Tribunal de Contas, prescreve que a elaboração dos relatórios de contas de governo dos Poderes Executivos Municipais deve ser realizada por meio do sistema Conex-e, com base nas informações mensalmente encaminhadas por meio do sistema Aplic.

O quadro a seguir apresenta o resumo dos envios de informações e documentos, referentes ao exercício de 2023. Ressalta-se que os envios intempestivos serão objeto de RNI em momento oportuno, cabendo neste processo apenas a apuração quanto a prestação de contas de governo.

Competência	Situação	Prazo	1º envio	Último envio
PPA	NÃO SE APLICA			
LDO	ENVIADO NO PRAZO	23/01/2023	23/01/2023 10:37	23/01/2023 10:37
LOA	ENVIADO NO PRAZO	23/01/2023	23/01/2023 10:37	23/01/2023 10:37
Peças de Planejamento	ENVIADO NO PRAZO	30/01/2023	23/01/2023 12:27	27/01/2023 17:21
Carga Inicial	ENVIADO FORA DO PRAZO	15/03/2023	16/03/2023 12:56	07/11/2023 16:59
Janeiro	ENVIADO NO PRAZO	30/03/2023	27/03/2023 08:44	08/11/2023 13:24
Fevereiro	ENVIADO NO PRAZO	31/03/2023	30/03/2023 18:27	08/11/2023 19:15
Março	ENVIADO NO PRAZO	02/05/2023	28/04/2023 18:38	09/11/2023 12:11
Abril	ENVIADO NO PRAZO	31/05/2023	31/05/2023 17:32	10/11/2023 08:03
Maiο	ENVIADO NO PRAZO	30/06/2023	30/06/2023 12:08	10/11/2023 09:01
Junho	ENVIADO NO PRAZO	31/07/2023	31/07/2023 15:01	10/11/2023 09:30
Julho	ENVIADO NO PRAZO	31/08/2023	31/08/2023 09:54	14/11/2023 08:13
Agosto	ENVIADO NO PRAZO	02/10/2023	02/10/2023 07:32	14/11/2023 09:25
Setembro	ENVIADO NO PRAZO	31/10/2023	31/10/2023 18:11	18/01/2024 10:41
Outubro	ENVIADO NO PRAZO	30/11/2023	30/11/2023 18:03	04/03/2024 13:37
Novembro	ENVIADO NO PRAZO	29/01/2024	19/01/2024 17:32	05/03/2024 08:26
Dezembro	ENVIADO FORA DO PRAZO	27/02/2024	19/03/2024 10:52	02/04/2024 15:05
Encerramento	ENVIADO FORA DO PRAZO	06/03/2024	02/04/2024 20:39	02/04/2024 20:39
Contas de Governo	ENVIADO NO PRAZO	16/04/2024	16/04/2024 07:50	16/04/2024 07:50

Fonte: Sistema APLIC / Prestação de Contas

1) O Chefe do Poder Executivo encaminhou ao TCE/MT a Prestação de Contas Anuais dentro do prazo legal e conforme a Resolução Normativa n.º 36/2012.





2) As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo foram colocadas à disposição dos cidadãos na Câmara Municipal e no órgão técnico responsável pela sua elaboração (art. 49 da LRF), conforme a comprovação contida no documento externo n. 434853/2024.

10. RESULTADO DOS PROCESSOS DE FISCALIZAÇÃO

De acordo com a Orientação Normativa nº 02/2016 TCE/MT, as irregularidades relevantes identificadas nos processos de fiscalização do Poder Executivo municipal devem ser elencadas no relatório das contas de governo com a finalidade de formar o convencimento do relator sobre o parecer prévio e subsidiar o julgamento pela Câmara Municipal.

Assim, segue abaixo quadro contendo o Resultado dos Processos de Fiscalização, incluindo os processos de RNI e RNE.

Processos		Objeto da Fiscalização	Houve Julgamento
Assunto	Número		
Resultado dos Processos de Fiscalização			
AUDITORIA	1825798/2024	AUDITORIA OPERACIONAL SOBRE VIOLENCIA CONTRA A MULHER NOS 142 MUNICIPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO.	NÃO
AUDITORIA	1825593/2024	AUDITORIA OPERACIONAL, TIPO ESPECIAL, PARA AVALIAR, NO PROGRAMA NACIONAL DE IMUNIZACOES (PNI), A ADESAO DO ESTADO E MUNICIPIOS DE MATO GROSSO, AOS SISTEMAS DE INFORMACOES RELACIONADOS AO REFERIDO PROGRAMA ASSIM COMO VERIFICAR O ESTOQUE E AS PERDAS DE VACINAS	NÃO
LEVANTAMENTO	564230/2023	REALIZAR LEVANTAMENTO POR MEIO DO SINAPSE - SISTEMA INFORMATIZADO DE AUDITORIA EM PROGRAMAS DE EDUCACAO, QUE E UM SISTEMA DESENVOLVIDO PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO PARA A REALIZACAO DE FISCALIZACOES REMOTAS E CONTINUAS EM PROGRAMAS DE EDUCACAO	SIM
LEVANTAMENTO	1799282/2024	AVALIACAO DO NIVEL DE TRANSPARENCIA DAS ORGANIZACOES ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE MT – PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPARENCIA PUBLICA – PNTP CICLO 2023.	SIM
REPRESENTACAO (NATUREZA EXTERNA)	585106/2023	REPRESENTACAO DE NATUREZA EXTERNA COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR EM FACE DE POSSIVEIS IRREGULARIDADES OCORRIDAS NO PREGAO PRESENCIAL N. 012/2023 - PROC. LICITATORIO N. 018/2023	SIM
REPRESENTACAO (NATUREZA EXTERNA)	622885/2023	REPRESENTACAO DE NATUREZA EXTERNA COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR EM FACE DE POSSIVEIS IRREGULARIDADES REFERENTE AO PREGAO PRESENCIAL N. 002/2023 .	SIM
REPRESENTACAO		REPRESENTACAO DE NATUREZA INTERNA ORIUNDA	





Processos		Objeto da Fiscalização	Houve Julgamento
Assunto	Número		
(NATUREZA INTERNA)	594563/2023	DO PROCESSO DE INSPECAO Nº 502375/2023.	NÃO

Sistema Control-P.

11. CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO TCE/MT RELATIVOS AOS ATOS DE GOVERNO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Entre outras atribuições, o TCE-MT exerce a atividade de monitoramento que consiste em verificar se suas determinações e recomendações decorrentes de decisões anteriores foram observadas pelo gestor municipal.

Nesse sentido, a seguir é descrita a postura do gestor diante das recomendações relevantes contidas nos Pareceres Prévios dos exercícios de 2021 e 2022:

EXERCÍCIO	Nº PROCESSO	PARECER	DT PARECER	RECOMENDAÇÃO	SITUAÇÃO VERIFICADA
2022	89125/2022	130/2023	26/10/2023	a. I) observe, em sua plenitude, os artigos 167, incisos II e V, da Constituição Federal e 43, §§ 2º e 3º, da Lei nº 4.320/1964, abstendo-se de promover a abertura de créditos adicionais por superávit financeiro e excesso de arrecadação, se não houver recursos suficientes, sempre considerando a fonte de recurso individualmente;	Houve o DESCUMPRIMENTO dessa recomendação, conforme a análise exposta no tópico 3.1.3.1.
				a. II) implemente políticas de gestão e controle efetivo do equilíbrio fiscal (art. 1º, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), a fim de que haja disponibilidade de caixa para pagamento de restos a pagar por fontes de recursos, adotando, se necessárias, medidas de contingenciamento, mediante a limitação de empenho e de movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos termos do artigo 9º da LRF;	Houve o DESCUMPRIMENTO da recomendação de adoção de medidas de contingenciamento, mediante a limitação de empenho e de movimentação financeira, conforme a análise exposta no tópico 7.1.
				b. I) acompanhe a situação das despesas com pessoal do Poder Executivo e adote eventuais medidas necessárias, a fim de evitar a ocorrência futura de irregularidade gravíssima e/ou que o ente municipal incorra nas vedações legais indicadas no artigo 22,	Os índices de despesas com pessoal evidenciam o CUMPRIMENTO da





EXERCÍCIO	Nº PROCESSO	PARECER	DT PARECER	RECOMENDAÇÃO	SITUAÇÃO VERIFICADA
				parágrafo único, do mesmo diploma legal, caso a despesa total com pessoal exceda a 95% do limite;	referida recomendação.
				b. II) encaminhe ao sistema Aplic, deste Tribunal, todas as informações relativas às alterações das peças orçamentárias e às audiências públicas;	Apesar da intempestividade no envio, houve o CUMPRIMENTO dessa recomendação, conforme o quadro demonstrativo exposto no tópico 9.1.
				b. III) efetue um melhor planejamento de suas ações governamentais para que as peças de planejamento estejam mais próximas da real execução orçamentária do município;	Houve o DESCUMPRIMENTO dessa recomendação, conforme a análise exposta no tópico 7.1.
				b. IV) caso seja necessário, adote as medidas de ajuste fiscal previstas no artigo 167-A da Constituição Federal, para que haja a redução das despesas a patamar inferior do limite de 95%, estipulado pela norma constitucional; ressaltando-se o fato de que a manifestação, ora exarada, baseia-se, exclusivamente, no exame de documentos de veracidade ideológica apenas presumida, uma vez que representam adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial dos atos e fatos registrados até 31-12-2022, bem como o resultado das operações de acordo com os princípios fundamentais da contabilidade aplicados à Administração Pública - Lei Federal 4.320/1964 e Lei Complementar nº 101/2000.	O índice apurado no tópico 6.6. demonstra que houve o CUMPRIMENTO dessa recomendação.
2021	411922 /2021	115/2022	04/10/2022	I) defina a meta de resultado nominal, adequando a LDO, conforme determina o art. 4º, § 1º da LRF, sob pena de prejudicar a utilização dos mecanismos de acompanhamento e controle da gestão fiscal, instituídos na Constituição Federal e na Lei de Responsabilidade Fiscal, e incidir no art. 5º, inciso II, da Lei 10.028/2000;	De acordo com o Quadro 13.1 - Resultado Primário e Nominal, houve o DESCUMPRIMENTO dessa recomendação.
				II) verifique e controle, por fonte, os saldos dos restos a pagar, cancelando os não processados e promovendo eventuais remanejamentos, de modo que, ao final do exercício, haja recursos suficientes para cobertura dos restos a pagar em todas as fontes orçamentárias;	Houve o CUMPRIMENTO dessa recomendação.
				III) indique, no texto da publicação da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, o endereço eletrônico em que os anexos	Houve o DESCUMPRIMENTO dessa





EXERCÍCIO	Nº PROCESSO	PARECER	DT PARECER	RECOMENDAÇÃO	SITUAÇÃO VERIFICADA
				obrigatórios possam ser devidamente acessados pelos cidadãos;	recomendação, conforme a análise dos textos da Lei n. 1.731/2022 (LDO) e Lei n. 1.733/2022 (LOA).
				IV) assegure que o orçamento total constante da LOA reflita os valores exatos dos recursos dos orçamentos fiscais e da seguridade social.	Houve o CUMPRIMENTO dessa recomendação.

Control-p

12. CONCLUSÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS DE GOVERNO

12. 1. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Transcreve-se, a seguir, as sugestões de recomendações oriundas da análise preliminar:

- Que aprimore o controle dos créditos adicionais, a fim de evitar a abertura de créditos sem a existência de recursos disponíveis nas fontes de despesa (item 3.1.3.1);
- Que realize o registro das transferências da União zelando pela compatibilidade com as informações prestadas pela STN e justificando, em notas explicativas, as eventuais diferenças constantes nas demonstrações contábeis do município (item 4.1.1.1);
- Que adote as medidas previstas no art.9º da Lei Complementar n. 101/2000 e na Lei de Diretrizes Municipal, quando identificar a possibilidade de ocorrência de déficit de execução orçamentária (item 5.1.3.4);
- Que atente para a necessidade de disponibilização de recursos por fonte, após a inscrição em restos a pagar, em cumprimento ao disposto no art. 1º, § 1º, da Lei Complementar n. 101/00 – LRF (item 5.2.2.1);
- Que realize as ações dispostas na Lei n. 14.164/2021, incluindo conteúdos sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio, e instituindo a realização da “Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher”, a se realizar preferencialmente no mês de março (item 6.2.3);
- Que observe os limites de gastos com pessoal previstos na Lei Complementar n. 101/2000, adotando as medidas necessárias de equilíbrio dessas despesas, a fim de que não haja o descumprimento dos percentuais aplicáveis ao Poder Executivo (item 6.4.2.1).
- Que haja o controle das receitas primárias, despesas primárias e da meta de resultado primário fixada na LDO, a fim de que seja realizado a limitação de empenho e/ou movimentação financeira em um cenário no qual o comportamento das receitas primárias não seja suficiente para acompanhar o aumento das despesas primárias (item 7.1);
- Que cumpra o disposto no artigo 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, realizando no final dos meses de maio, setembro e fevereiro, a avaliação do cumprimento das metas fiscais em audiência pública (item 7.2); e
- Que implemente medidas visando ao atendimento de 100% dos requisitos de transparência, em observância aos preceitos constitucionais e legais (item 8).





12. 2. CONCLUSÃO DA ANÁLISE DESTE RELATÓRIO TÉCNICO

No entendimento desta equipe, o Senhor **PASCOAL ALBERTON**, Prefeito do Município de **TERRA NOVA DO NORTE - 2023**, deve ser citado para prestar esclarecimentos sobre as seguintes irregularidades, das quais decorrem achados, constantes deste relatório sobre as contas anuais de governo:

PASCOAL ALBERTON - ORDENADOR DE DESPESAS / Período: 01/01/2021 a 31/12/2023

1) DA02 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA_GRAVÍSSIMA_02. Ocorrência de déficit de execução orçamentária, sem a adoção das providências efetivas (art. 169 da Constituição Federal; arts. 1º, § 1º, 4º, I, "b" e 9º da Lei Complementar 101/2000; art. 48, "b", da Lei 4.320/1964).

1.1) *Ocorrência de déficit de execução orçamentária no valor de R\$ 914.544,81, sem a adoção das providências estabelecidas no art.9º da Lei Complementar n. 101/2000 e art.25 da Lei Municipal n. 1.731/2022.* - Tópico - 5.

1. 3. 4. QUOCIENTE DO RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (QREO)

2) DB01 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA_GRAVE_01. Não-expedição de ato determinando limitação de empenho e movimentação financeira, nos casos e condições estabelecidos em lei (art. 5, III, da Lei nº 10.028/2000; arts. 4º, I, "b" e 9º, da Lei Complementar nº 101/2000).

2.1) *A gestão municipal não emitiu ato de limitação de empenho e/ou movimentação financeira em um cenário no qual o comportamento das receitas primárias não foi suficiente para acompanhar o aumento das despesas primárias, o que resultou no não cumprimento da meta de resultado primário fixada na LDO 2023.* - Tópico - 7.

1. RESULTADO PRIMÁRIO

3) DB08 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA_GRAVE_08. Ausência de transparência nas contas públicas, inclusive quanto à realização das audiências públicas (arts. 1º, § 1º, 9º, § 4º, 48, 48-A e 49 da Lei Complementar 101/2000).

3.1) *Ausência de comprovação de avaliação das metas fiscais, por audiência pública, de cada quadrimestre do exercício de 2023.* - Tópico - 7. 2. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS PARA AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS

4) DB99 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA_GRAVE_99. Irregularidade referente à Gestão Fiscal/Financeira, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa nº 17/2010 – TCE-MT.

4.1) *Indisponibilidade de caixa para o pagamento de restos a pagar na fonte de recursos n. 500, 540, 550, 552 e 553, totalizando R\$ 557.421,99 e contrariando o disposto no art. 1º, § 1º, da Lei Complementar n. 101/2000.* - Tópico - 5. 2. 1. 1. QUOCIENTE DE DISPONIBILIDADE FINANCEIRA PARA PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR

5) FB03 PLANEJAMENTO/ORÇAMENTO_GRAVE_03. Abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes: excesso de arrecadação, superávit financeiro, anulação total ou parcial de dotações e operações de crédito (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43 da Lei 4.320/1964).





5.1) *Abertura de R\$ 297.847,39 em créditos adicionais por conta de recursos inexistente de superávit financeiro nas fontes de recursos 500, 569 e 600 (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43, da Lei nº 4.320/1964).* - Tópico - 3. 1. 3. 1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

6) MB03 PRESTAÇÃO DE CONTAS_GRAVE_03. Divergência entre as informações enviadas por meio físico e/ou eletrônico e as constatadas pela equipe técnica (art. 175 da Resolução 14/2007- Regimento Interno do TCE-MT).

6.1) *Divergência de R\$ 158.669,96 entre a receita de FPM apresentada na Prestação de Contas e o valor informado pela STN.* - Tópico - 4. 1. 1. 1. TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - VALORES INFORMADOS PELA STN

12. 3. APÊNDICES

Este relatório possui apêndices, os quais podem ser acessados via ferramenta de leitura de PDF, utilizando a opção Anexos.

Em Cuiabá-MT, 25 de junho de 2024

EDUARDO BENJOINO FERRAZ
AUDITOR PÚBLICO EXTERNO
RESPONSÁVEL DA EQUIPE TÉCNICA





ANEXOS

REL. PRELIMINAR CONTAS ANUAIS GOVERNO MUNICIPAL MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE - 2023

Anexo: 1 - INFORMAÇÕES ADICIONAIS - CONTAS DE GOVERNO

Quadro: 1.1 - Cumprimento de Recomendações do TCE

EXERCÍCIO	Nº PROCESSO	PARECER	DT PARECER	RECOMENDAÇÃO	SITUAÇÃO VERIFICADA
2022	89125/2022	130/2023	26/10/2023	a. I) observe, em sua plenitude, os artigos 167, incisos II e V, da Constituição Federal e 43, §§ 2º e 3º, da Lei nº 4.320/1964, abstendo-se de promover a abertura de créditos adicionais por superávit financeiro e excesso de arrecadação, se não houver recursos suficientes, sempre considerando a fonte de recurso individualmente;	Houve o DESCUMPRIMENTO dessa recomendação, conforme a análise exposta no tópico 3.1.3.1.
				a. II) implemente políticas de gestão e controle efetivo do equilíbrio fiscal (art. 1º, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), a fim de que haja disponibilidade de caixa para pagamento de restos a pagar por fontes de recursos, adotando, se necessárias, medidas de contingenciamento, mediante a limitação de empenho e de movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos termos do artigo 9º da LRF;	Houve o DESCUMPRIMENTO da recomendação de adoção de medidas de contingenciamento, mediante a limitação de empenho e de movimentação financeira, conforme a análise exposta no tópico 7.1.
				b. I) acompanhe a situação das despesas com pessoal do Poder Executivo e adote eventuais medidas necessárias, a fim de evitar a ocorrência futura de irregularidade gravíssima e/ou que o ente municipal incorra nas vedações legais indicadas no artigo 22, parágrafo único, do mesmo diploma legal, caso a despesa total com pessoal exceda a 95% do limite;	Os índices de despesas com pessoal evidenciam o CUMPRIMENTO da referida recomendação.
				b. II) encaminhe ao sistema Aplic, deste Tribunal, todas as informações relativas às alterações das peças orçamentárias e às audiências públicas;	Apesar da intempestividade no envio, houve o CUMPRIMENTO dessa recomendação, conforme o quadro demonstrativo exposto no tópico 9.1.
				b. III) efetue um melhor planejamento de suas ações governamentais para	





EXERCÍCIO	Nº PROCESSO	PARECER	DT PARECER	RECOMENDAÇÃO	SITUAÇÃO VERIFICADA
				que as peças de planejamento estejam mais próximas da real execução orçamentária do município;	Houve o DESCUMPRIMENTO dessa recomendação, conforme a análise exposta no tópico 7.1.
				b. IV) caso seja necessário, adote as medidas de ajuste fiscal previstas no artigo 167-A da Constituição Federal, para que haja a redução das despesas a patamar inferior do limite de 95%, estipulado pela norma constitucional; ressaltando-se o fato de que a manifestação, ora exarada, baseia-se, exclusivamente, no exame de documentos de veracidade ideológica apenas presumida, uma vez que representam adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial dos atos e fatos registrados até 31-12-2022, bem como o resultado das operações de acordo com os princípios fundamentais da contabilidade aplicados à Administração Pública - Lei Federal 4.320/1964 e Lei Complementar nº 101/2000.	O índice apurado no tópico 6.6. demonstra que houve o CUMPRIMENTO dessa recomendação.
2021	411922 /2021	115/2022	04/10/2022	I) defina a meta de resultado nominal, adequando a LDO, conforme determina o art. 4º, § 1º da LRF, sob pena de prejudicar a utilização dos mecanismos de acompanhamento e controle da gestão fiscal, instituídos na Constituição Federal e na Lei de Responsabilidade Fiscal, e incidir no art. 5º, inciso II, da Lei 10.028/2000;	De acordo com o Quadro 13.1 - Resultado Primário e Nominal, houve o DESCUMPRIMENTO dessa recomendação.
				II) verifique e controle, por fonte, os saldos dos restos a pagar, cancelando os não processados e promovendo eventuais remanejamentos, de modo que, ao final do exercício, haja recursos suficientes para cobertura dos restos a pagar em todas as fontes orçamentárias;	Houve o CUMPRIMENTO dessa recomendação.
				III) indique, no texto da publicação da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, o endereço eletrônico em que os anexos obrigatórios possam ser devidamente acessados pelos cidadãos;	Houve o DESCUMPRIMENTO dessa recomendação, conforme a análise dos textos da Lei n. 1.731/2022 (LDO) e Lei n. 1.733/2022 (LOA).
				IV) assegure que o orçamento total constante da LOA reflita os valores exatos dos recursos dos orçamentos fiscais e da seguridade social.	Houve o CUMPRIMENTO dessa recomendação.

Control-p





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Anexo: 2 - INFORMAÇÕES GERAIS DO MUNICÍPIO





Quadro: 2.1 - Resultado dos Processos de Fiscalização

Processos		Objeto da Fiscalização	Houve Julgamento
Assunto	Número		
Resultado dos Processos de Fiscalização			
AUDITORIA	1825798/2024	AUDITORIA OPERACIONAL SOBRE VIOLENCIA CONTRA A MULHER NOS 142 MUNICIPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO.	NÃO
AUDITORIA	1825593/2024	AUDITORIA OPERACIONAL, TIPO ESPECIAL, PARA AVALIAR, NO PROGRAMA NACIONAL DE IMUNIZACOES (PNI), A ADESAO DO ESTADO E MUNICIPIOS DE MATO GROSSO, AOS SISTEMAS DE INFORMACOES RELACIONADOS AO REFERIDO PROGRAMA ASSIM COMO VERIFICAR O ESTOQUE E AS PERDAS DE VACINAS	NÃO
LEVANTAMENTO	564230/2023	REALIZAR LEVANTAMENTO POR MEIO DO SINAPSE - SISTEMA INFORMATIZADO DE AUDITORIA EM PROGRAMAS DE EDUCACAO, QUE E UM SISTEMA DESENVOLVIDO PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO PARA A REALIZACAO DE FISCALIZACOES REMOTAS E CONTINUAS EM PROGRAMAS DE EDUCACAO	SIM
LEVANTAMENTO	1799282/2024	AVALIACAO DO NIVEL DE TRANSPARENCIA DAS ORGANIZACOES ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE MT – PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPARENCIA PUBLICA – PNTP CICLO 2023.	SIM
REPRESENTACAO (NATUREZA EXTERNA)	585106/2023	REPRESENTACAO DE NATUREZA EXTERNA COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR EM FACE DE POSSIVEIS IRREGULARIDADES OCORRIDAS NO PREGAO PRESENCIAL N. 012/2023 - PROC. LICITATORIO N. 018/2023	SIM
REPRESENTACAO (NATUREZA EXTERNA)	622885/2023	REPRESENTACAO DE NATUREZA EXTERNA COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR EM FACE DE POSSIVEIS IRREGULARIDADES REFERENTE AO PREGAO PRESENCIAL N. 002 /2023 .	SIM
REPRESENTACAO (NATUREZA INTERNA)	594563/2023	REPRESENTACAO DE NATUREZA INTERNA ORIUNDA DO PROCESSO DE INSPECAO Nº 502375/2023.	NÃO

Sistema Control-P.





Anexo: 3 - ORÇAMENTO

Quadro: 3.1 - Créditos Adicionais - por Fonte de Financiamento (Agrupados por Destinação de Recursos)

FONTE	DESCRIÇÃO DA DESTINAÇÃO DE RECURSO	VALOR (R\$)
FONTE DE FINANCIAMENTO: ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
500	Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 7.158.132,98
540	Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 1.902.918,82
550	Transferência do Salário Educação	R\$ 441.622,78
552	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 23.136,44
553	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	R\$ 47.250,00
569	Outras Transferências de Recursos do FNDE	R\$ 55.102,32
571	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 4.528,08
599	Outros Recursos Vinculados à Educação	R\$ 135.500,00
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 675.635,67
602	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	R\$ 30.500,00
605	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	R\$ 325.959,62
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 1.516.244,26
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 75.394,63
661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 24.921,82
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	R\$ 966.187,35
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 2.729.204,47
751	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 250.000,00
755	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	R\$ 500.000,01
759	Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 182.944,76
800	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	R\$ 242.000,00
802	Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	R\$ 108.500,00
		R\$ 17.395.684,01
FONTE DE FINANCIAMENTO: EXCESSO DE ARRECADAÇÃO		
FONTE DE FINANCIAMENTO: OPERAÇÕES DE CRÉDITOS		
FONTE DE FINANCIAMENTO: SUPERÁVIT FINANCEIRO		
500	Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 554.907,51
569	Outras Transferências de Recursos do FNDE	R\$ 27.757,32
599	Outros Recursos Vinculados à Educação	R\$ 82.962,16
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 35.276,93
	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde -	





FONTE	DESCRIÇÃO DA DESTINAÇÃO DE RECURSO	VALOR (R\$)
602	Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	R\$ 78.504,50
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 1.501.565,23
631	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	R\$ 27.487,00
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 31.132,90
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	R\$ 93.779,82
707	Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020	R\$ 19.913,80
711	Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas	R\$ 45.807,43
751	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 14.306,95
755	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	R\$ 64.297,12
759	Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 74.367,27
		R\$ 2.652.065,94
FONTE DE FINANCIAMENTO: RESERVA DE CONTINGÊNCIA		
FONTE DE FINANCIAMENTO: RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES		
		R\$ 20.047.749,95

APLIC > Peças de Planejamento > Créditos Adicionais > por Fonte/Financiamento > Dados Consolidados do Ente





Quadro: 3.2 - Créditos Adicionais do Período por Unidade Orçamentária

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
Orçamentários								
Assessoria Juridica	R\$ 292.000,00	R\$ 6.364,49	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 38.000,00	R\$ 260.364,49	-10,83%
CAMARA MUNICIPAL	R\$ 2.480.000,00	R\$ 57.700,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 111.200,00	R\$ 2.426.500,00	-2,15%
Conselho Mun. dos Direitos da Crianca e Adolesc.	R\$ 771.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 771.000,00	0,00%
CONSELHO MUNICIPAL DE PROMOCAO DA IGUALDADE RACIAL	R\$ 150.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 150.000,00	0,00%
DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	R\$ 57.000,00	R\$ 11.420,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 15.000,00	R\$ 53.420,00	-6,28%
Departamento de Cultura	R\$ 3.555.000,00	R\$ 685.331,79	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.221.500,00	R\$ 3.018.831,79	-15,08%
Departamento de Desporto e Lazer	R\$ 700.000,00	R\$ 119.873,69	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 819.873,69	17,12%
Departamento de Ensino Medio	R\$ 1.200.700,00	R\$ 1.074.507,69	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 578.148,03	R\$ 1.697.059,66	41,33%
DEPARTAMENTO DE FISCALIZACAO E TRIBUTACAO	R\$ 600.000,00	R\$ 23.269,57	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 86.000,00	R\$ 537.269,57	-10,45%
DEPARTAMENTO DE LICITACAO CONTRATOS E CONVENIOS	R\$ 462.500,00	R\$ 114.744,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 60.680,00	R\$ 516.564,78	11,69%





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPosição	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
DEPARTAMENTO DE LIMPEZA E URBANISMO	R\$ 2.730.000,00	R\$ 1.845.592,13	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 162.000,00	R\$ 4.413.592,13	61,67%
DEPARTAMENTO DE MATERIAIS	R\$ 378.000,00	R\$ 200.674,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 74.819,00	R\$ 503.855,00	33,29%
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	R\$ 230.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 100.000,00	R\$ 130.000,00	-43,47%
Departamento de Obras	R\$ 4.485.000,00	R\$ 345.223,24	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.827.895,41	R\$ 3.002.327,83	-33,05%
Diretoria Executiva do Previtex	R\$ 299.000,00	R\$ 26.448,61	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 17.096,20	R\$ 308.352,41	3,12%
DIVISAO DE CONTROLE DE UNIDADE DE POSTO DE SAUDE	R\$ 870.000,00	R\$ 45.923,64	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 103.791,71	R\$ 812.131,93	-6,65%
DIVISAO DE PAGAMENTOS	R\$ 815.000,00	R\$ 27.395,32	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 18.252,98	R\$ 824.142,34	1,12%
DPTO DE PLANEJAMENTO DE GESTAO EM SAUDE DO SUS	R\$ 350.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 58.000,00	R\$ 292.000,00	-16,57%
FUNDEF-FDO Manut. e Des. Ensino Fund. - FUNDEF 40	R\$ 597.200,00	R\$ 443.333,27	R\$ 30.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 157.232,18	R\$ 913.301,09	52,93%
FUNDEF-FDO Manut. e Des. Ensino Fund. - FUNDEF 60	R\$ 3.082.000,00	R\$ 287.243,99	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 142.000,00	R\$ 3.227.243,99	4,71%
Fundo Munic. Prev.								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
Social dos Serv. De Terra Nova	R\$ 4.898.291,00	R\$ 350.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 350.500,00	R\$ 4.897.791,00	-0,01%
Fundo Municipal de Assistencia Social	R\$ 2.019.500,00	R\$ 192.505,61	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 70.181,55	R\$ 2.141.824,06	6,05%
Fundo Municipal de Saude - FMS	R\$ 7.860.000,00	R\$ 630.022,28	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 845.779,79	R\$ 7.644.242,49	-2,74%
Gabinete do Secretario	R\$ 2.670.000,00	R\$ 58.565,71	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 536.138,00	R\$ 2.192.427,71	-17,88%
Gabinete do Prefeito	R\$ 2.520.000,00	R\$ 30.075,32	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.366.093,66	R\$ 1.183.981,66	-53,01%
GABINETE DO SECRETARIA DE IND COM E DESENV.	R\$ 0,00	R\$ 124.883,20	R\$ 375.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 16.383,90	R\$ 483.499,30	0,00%
Gabinete do Secretario	R\$ 1.769.600,00	R\$ 299.790,61	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 306.194,44	R\$ 1.763.196,17	-0,36%
Gabinete do Secretario	R\$ 875.000,00	R\$ 295.212,98	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 116.186,34	R\$ 1.054.026,64	20,46%
Gabinete do Secretario	R\$ 7.209.000,00	R\$ 1.973.537,31	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.991.942,95	R\$ 7.190.594,36	-0,25%
Gabinete do Secretario	R\$ 4.960.309,00	R\$ 1.750.579,90	R\$ 26.600,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.181.552,61	R\$ 4.555.936,29	-8,15%
Gabinete do Secretario	R\$ 16.077.700,00	R\$ 985.501,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.687.014,41	R\$ 15.376.187,19	-4,36%
Gabinete do Secretario	R\$ 3.535.000,00	R\$ 41.423,61	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 294.383,99	R\$ 3.282.039,62	-7,15%
Sistema de Abastecimento de Agua e Esgoto - SAAE	R\$ 14.186.000,00	R\$ 3.945.142,59	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.022.475,00	R\$ 16.108.667,59	13,55%





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPosição	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
Transporte Escolar - Salario Educacao	R\$ 8.030.000,00	R\$ 1.979.772,65	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 10.009.772,65	24,65%
Transporte Rodoviario	R\$ 4.653.200,00	R\$ 1.080.856,58	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 530.111,67	R\$ 5.203.944,91	11,83%
Unidade Central de Controle Interno	R\$ 425.000,00	R\$ 13.306,53	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 15.000,00	R\$ 423.306,53	-0,39%
Unidade Municipal de Cadastro	R\$ 445.000,00	R\$ 7.939,81	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 25.000,00	R\$ 427.939,81	-3,83%
	R\$ 106.238.000,00	R\$ 19.074.162,50	R\$ 431.600,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 17.126.553,82	R\$ 108.617.208,68	
Intraorçamentários								
Assessoria Juridica	R\$ 8.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 8.000,00	0,00%
CAMARA MUNICIPAL	R\$ 120.000,00	R\$ 3.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 123.500,00	2,91%
Conselho Mun. dos Direitos da Crianca e Adolesc.	R\$ 2.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.000,00	0,00%
Departamento de Cultura	R\$ 5.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.000,00	R\$ 0,00	-100,00%
Departamento de Ensino Medio	R\$ 8.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 8.000,00	0,00%
DEPARTAMENTO DE FISCALIZACAO E TRIBUTACAO	R\$ 80.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 80.000,00	0,00%
DEPARTAMENTO DE LICITACAO CONTRATOS E CONVENIOS	R\$ 10.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 10.000,00	0,00%
DEPARTAMENTO DE LIMPEZA E								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPosição	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
URBANISMO	R\$ 70.000,00	R\$ 4.055,40	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 74.055,40	5,79%
DEPARTAMENTO DE MATERIAIS	R\$ 2.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.000,00	0,00%
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	R\$ 15.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 15.000,00	0,00%
Diretoria Executiva do Previter	R\$ 1.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.000,00	0,00%
DIVISAO DE CONTROLE DE UNIDADE DE POSTO DE SAUDE	R\$ 43.000,00	R\$ 17.072,69	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 60.072,69	39,70%
DIVISAO DE PAGAMENTOS	R\$ 85.000,00	R\$ 7.200,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 92.200,00	8,47%
FUNDEF-FDO Manut. e Des. Ensino Fund. - FUNDEF 60	R\$ 350.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 350.000,00	0,00%
Fundo Munic. Prev. Social dos Serv. De Terra Nova	R\$ 17.000,00	R\$ 500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 17.500,00	2,94%
Fundo Municipal de Assistencia Social	R\$ 10.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 10.500,00	0,00%
Fundo Municipal de Saude - FMS	R\$ 675.000,00	R\$ 199.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 15.000,00	R\$ 859.000,00	27,25%
Gabinete do Secretario	R\$ 10.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 10.000,00	0,00%
Gabinete do Prefeito	R\$ 30.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 10.001,00	R\$ 19.999,00	-33,33%
GABINETE DO SECRETARIA DE								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
IND COM E DESENV.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 25.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 25.000,00	0,00%
Gabinete do Secretário	R\$ 20.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 20.000,00	0,00%
Gabinete do Secretário	R\$ 57.000,00	R\$ 951,62	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 57.951,62	1,67%
Gabinete do Secretário	R\$ 15.000,00	R\$ 9.469,25	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 24.469,25	63,12%
Gabinete do Secretário	R\$ 8.500,00	R\$ 88.225,45	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 96.725,45	1.037,94%
Gabinete do Secretário	R\$ 75.000,00	R\$ 90.862,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 165.862,20	121,15%
Gabinete do Secretário	R\$ 480.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 239.129,19	R\$ 240.870,81	-49,81%
Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto - SAAE	R\$ 450.000,00	R\$ 3.300,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 453.300,00	0,73%
Transporte Escolar - Salario Educacao	R\$ 1.020.000,00	R\$ 92.850,84	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.112.850,84	9,10%
Unidade Central de Controle Interno	R\$ 40.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 40.000,00	0,00%
Unidade Municipal de Cadastro	R\$ 55.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 55.000,00	0,00%
	R\$ 3.762.000,00	R\$ 516.987,45	R\$ 25.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 269.130,19	R\$ 4.034.857,26	
TOTAL	R\$ 110.000.000,00	R\$ 19.591.149,95	R\$ 456.600,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 17.395.684,01	R\$ 112.652.065,94	2,41%

APLIC > Peças de Planejamento>Créditos Adicionais > Por Unidade Orçamentária>Dados Consolidados do Ente





Quadro: 3.3 - Superávit Financeiro Exercício anterior X Créditos Adicionais Financiados por Superávit

FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO - EXERCÍCIO ANTERIOR (c)	CRÉDITOS ADICIONAIS POR SUPERÁVIT FINANCEIRO (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS SEM RECURSOS DISPONÍVEIS (R\$) =SE(C<0;D;SE(C>=D;0;(D-C))
Superávit/Déficit Financeiro X Créditos Adicionais por Superávit				
500	Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 292.668,57	R\$ 554.907,51	R\$ 262.238,94
540	Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 119.474,13	R\$ 0,00	R\$ 0,00
550	Transferência do Salário Educação	R\$ 22.201,56	R\$ 0,00	R\$ 0,00
552	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 2.721,19	R\$ 0,00	R\$ 0,00
553	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	R\$ 23.185,83	R\$ 0,00	R\$ 0,00
569	Outras Transferências de Recursos do FNDE	-R\$ 47.039,67	R\$ 27.757,32	R\$ 27.757,32
571	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 185.539,12	R\$ 0,00	R\$ 0,00
575	Outras Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 5.880,85	R\$ 0,00	R\$ 0,00
599	Outros Recursos Vinculados à Educação	R\$ 82.962,16	R\$ 82.962,16	R\$ 0,00
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 27.425,80	R\$ 35.276,93	R\$ 7.851,13
601	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 19.005,14	R\$ 0,00	R\$ 0,00
602	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	R\$ 178.473,52	R\$ 78.504,50	R\$ 0,00
	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do			





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO - EXERCÍCIO ANTERIOR (c)	CRÉDITOS ADICIONAIS POR SUPERÁVIT FINANCEIRO (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS SEM RECURSOS DISPONÍVEIS (R\$) =SE(C<0;D;SE(C>=D;0;(D-C))
621	Governo Estadual	R\$ 1.984.367,74	R\$ 1.501.565,23	R\$ 0,00
631	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	R\$ 74.043,91	R\$ 27.487,00	R\$ 0,00
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 133.705,90	R\$ 31.132,90	R\$ 0,00
661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	-R\$ 500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
665	Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social	R\$ 1.886,36	R\$ 0,00	R\$ 0,00
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	R\$ 549.098,75	R\$ 93.779,82	R\$ 0,00
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 3.570.079,88	R\$ 0,00	R\$ 0,00
707	Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173 /2020	R\$ 19.913,80	R\$ 19.913,80	R\$ 0,00
711	Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas	R\$ 102.354,09	R\$ 45.807,43	R\$ 0,00
750	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	R\$ 23.736,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00
751	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 54.031,46	R\$ 14.306,95	R\$ 0,00
755	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	R\$ 324.962,76	R\$ 64.297,12	R\$ 0,00
759	Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 229.412,37	R\$ 74.367,27	R\$ 0,00
800	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	R\$ 12.819.181,06	R\$ 0,00	R\$ 0,00
802	Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	R\$ 251.876,61	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		R\$ 21.050.649,49	R\$ 2.652.065,94	R\$ 297.847,39





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO - EXERCÍCIO ANTERIOR (c)	CRÉDITOS ADICIONAIS POR SUPERÁVIT FINANCEIRO (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS SEM RECURSOS DISPONÍVEIS (R\$) =SE(C<0;D;SE(C>=D;0;(D-C)))
		R\$ 21.050.649,49	R\$ 2.652.065,94	R\$ 297.847,39

APLIC>Peças de Planejamento>Créditos Adicionais > Financiados por Superávit Financeiro > Dados Consolidados do Ente.





Quadro: 3.4 - Excesso de Arrecadação X Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação/Operação de Crédito

FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	PREVISÃO INICIAL DA RECEITA (c)	RECEITA ARRECADADA (R\$) (d)	EXCESSO/DÉFICIT ARRECADADO (R\$) (e) =d-c	CRÉDITOS ADICIONAIS EXCESSO DE ARRECADADO (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g)=Se (e<0; f; Se (e)=f; 0; f-e)
Excesso de Arrecadação X Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação						
500	Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 39.675.109,00	R\$ 40.069.848,58	R\$ 394.739,58	R\$ 0,00	R\$ 0,00
540	Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 11.325.000,00	R\$ 10.172.157,10	-R\$ 1.152.842,90	R\$ 0,00	R\$ 0,00
550	Transferência do Salário Educação	R\$ 428.050,00	R\$ 449.393,30	R\$ 21.343,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00
552	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 248.050,00	R\$ 774,03	-R\$ 247.275,97	R\$ 0,00	R\$ 0,00
553	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	R\$ 58.700,00	R\$ 185.752,09	R\$ 127.052,09	R\$ 0,00	R\$ 0,00
569	Outras Transferências de Recursos do FNDE	R\$ 19.350,00	R\$ 685.564,89	R\$ 666.214,89	R\$ 0,00	R\$ 0,00
571	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 2.109.350,00	R\$ 1.052.921,59	-R\$ 1.056.428,41	R\$ 0,00	R\$ 0,00
599	Outros Recursos Vinculados à Educação	R\$ 1.405.000,00	R\$ 1.045.720,16	-R\$ 359.279,84	R\$ 0,00	R\$ 0,00
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 5.396.950,00	R\$ 7.275.322,37	R\$ 1.878.372,37	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços					





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	PREVISÃO INICIAL DA RECEITA (c)	RECEITA ARRECADADA (R\$) (d)	EXCESSO/DÉFICIT ARRECADADO (R\$) (e) =d-c	CRÉDITOS ADICIONAIS EXCESSO DE ARRECADADO (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g)=Se (e<0; f; Se (e)=f; 0; f-e)
601	Públicos de Saúde	R\$ 296.000,00	R\$ 339,34	-R\$ 295.660,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00
602	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21CO.	R\$ 62.500,00	R\$ 23.854,53	-R\$ 38.645,47	R\$ 0,00	R\$ 0,00
603	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21CO.	R\$ 84.000,00	R\$ 0,00	-R\$ 84.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
605	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	R\$ 0,00	R\$ 591.300,81	R\$ 591.300,81	R\$ 0,00	R\$ 0,00
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 6.816.675,00	R\$ 2.836.210,60	-R\$ 3.980.464,40	R\$ 0,00	R\$ 0,00
631	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	R\$ 3.125.000,00	R\$ 19.197,74	-R\$ 3.105.802,26	R\$ 0,00	R\$ 0,00
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 287.350,00	R\$ 234.341,06	-R\$ 53.008,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00
661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 4.175,00	R\$ 85.387,98	R\$ 81.212,98	R\$ 0,00	R\$ 0,00
665	Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social	R\$ 71.150,00	R\$ 133,53	-R\$ 71.016,47	R\$ 0,00	R\$ 0,00





FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	PREVISÃO INICIAL DA RECEITA (c)	RECEITA ARRECADADA (R\$) (d)	EXCESSO/DÉFICIT ARRECAÇÃO (R\$) (e) =d-c	CRÉDITOS ADICIONAIS EXCESSO DE ARRECAÇÃO (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g)=Se (e<0; f; Se (e>=f; 0; f-e))
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	R\$ 1.000.000,00	R\$ 1.336.941,54	R\$ 336.941,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 28.725.000,00	R\$ 8.853.765,19	-R\$ 19.871.234,81	R\$ 0,00	R\$ 0,00
704	Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	R\$ 435.000,00	R\$ 0,00	-R\$ 435.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
715	Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º Audiovisual	R\$ 0,00	R\$ 65.742,98	R\$ 65.742,98	R\$ 0,00	R\$ 0,00
716	Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º Demais Setores da Cultura	R\$ 0,00	R\$ 26.634,43	R\$ 26.634,43	R\$ 0,00	R\$ 0,00
750	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	R\$ 25.200,00	R\$ 4.082,14	-R\$ 21.117,86	R\$ 0,00	R\$ 0,00
751	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 960.000,00	R\$ 1.009.314,80	R\$ 49.314,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00
755	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	R\$ 477.000,00	R\$ 2.213.511,04	R\$ 1.736.511,04	R\$ 0,00	R\$ 0,00
759	Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 2.050.100,00	R\$ 1.939.226,44	-R\$ 110.873,56	R\$ 0,00	R\$ 0,00
800	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	R\$ 4.512.991,00	R\$ 5.901.670,40	R\$ 1.388.679,40	R\$ 0,00	R\$ 0,00
802	Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	R\$ 402.300,00	R\$ 459.909,02	R\$ 57.609,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		R\$ 110.000.000,00	R\$ 86.539.017,68	-R\$ 23.460.982,32	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		R\$ 110.000.000,00	R\$ 86.539.017,68	-R\$ 23.460.982,32	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC > Peças de Planejamento > Créditos Adicionais > Financiados por Excesso de Arrecadação > Dados Consolidados do Ente.





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br





Quadro: 3.5 - Alterações de Fontes de Recursos das dotações orçamentárias

TIPO UG	LEI	DECRETO	DESTINAÇÃO DE RECURSOS	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO
Alterações de Fontes de Recursos das dotações orçamentárias					
PREFEITURA MUNICIPAL	01739/2022	00000/2023	1.500.0000000	R\$ 457.281,93	-R\$ 3.505.784,08
PREFEITURA MUNICIPAL	01739/2022	00000/2023	1.500.1001000	R\$ 52.083,75	-R\$ 414.296,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01739/2022	00000/2023	1.500.1002000	R\$ 1.711.603,00	-R\$ 2.468.486,75
PREFEITURA MUNICIPAL	01739/2022	00000/2023	1.552.0000000	R\$ 0,00	-R\$ 1.550,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01739/2022	00000/2023	1.553.0000000	R\$ 11.000,00	-R\$ 20.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01739/2022	00000/2023	1.569.0000000	R\$ 0,00	-R\$ 30.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01739/2022	00000/2023	1.571.0000000	R\$ 0,00	-R\$ 62.533,75
PREFEITURA MUNICIPAL	01739/2022	00000/2023	1.599.0000000	R\$ 423.296,00	-R\$ 8.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01739/2022	00000/2023	1.600.0000000	R\$ 2.124.890,43	-R\$ 1.726.339,54
PREFEITURA MUNICIPAL	01739/2022	00000/2023	1.601.0000000	R\$ 0,00	-R\$ 28.572,49
PREFEITURA MUNICIPAL	01739/2022	00000/2023	1.602.0000800	R\$ 1.000,00	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01739/2022	00000/2023	1.605.0000000	R\$ 184.236,59	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01739/2022	00000/2023	1.621.0000000	R\$ 78.043,49	-R\$ 462.341,73
PREFEITURA MUNICIPAL	01739/2022	00000/2023	1.621.0000800	R\$ 0,00	-R\$ 1.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01739/2022	00000/2023	1.631.0000000	R\$ 11.000,00	-R\$ 18.233,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01739/2022	00000/2023	1.660.0000000	R\$ 2.640,00	-R\$ 325.200,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01739/2022	00000/2023	1.661.0000000	R\$ 221.600,00	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01739/2022	00000/2023	1.700.0000000	R\$ 196,78	-R\$ 197.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01739/2022	00000/2023	1.701.0000000	R\$ 4.062.559,27	-R\$ 102.196,78
PREFEITURA MUNICIPAL	01739/2022	00000/2023	1.751.0000000	R\$ 0,00	-R\$ 10.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01739/2022	00000/2023	1.755.0000000	R\$ 599.984,81	-R\$ 309.881,93
PREFEITURA MUNICIPAL	01739/2022	00000/2023	1.759.0000000	R\$ 0,00	-R\$ 250.000,00





TIPO UG	LEI	DECRETO	DESTINAÇÃO DE RECURSOS	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO
				R\$ 9.941.416,05	-R\$ 9.941.416,05
				R\$ 9.941.416,05	-R\$ 9.941.416,05

APLIC > Peças de Planejamento > Créditos Adicionais > Alterações de Fontes de Recursos/Destações de Recursos > Dados Consolidados do Ente.





Quadro: 3.6 - Alterações Orçamentárias - Leis Autorizativas/Fontes de Financiamento

LEI	DECRETO	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO						
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO		ANULAÇÃO	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SUPERÁVIT FINANCEIRO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES	
Alterações Orçamentárias												
01739/2022	00010/2023	R\$ 90.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 90.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01739/2022	00016/2023	R\$ 173.042,09	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 173.042,09	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01739/2022	00024/2023	R\$ 797.848,21	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 797.848,21	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01739/2022	00029/2023	R\$ 636.356,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 636.356,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01739/2022	00034/2023	R\$ 616.143,17	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 616.143,17	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01739/2022	00039/2023	R\$ 2.417.046,99	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.417.046,99	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01739/2022	00048/2023	R\$ 624.373,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 624.373,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01739/2022	00052/2023	R\$ 10.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 10.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01739/2022	00054/2023	R\$ 1.866.770,57	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.866.770,57	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01739/2022	00057/2023	R\$ 1.135.776,65	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.135.776,65	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01739/2022	00061/2023	R\$ 1.664.500,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.664.500,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01739/2022	00063/2023	R\$ 250.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 250.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01739/2022	00067/2023	R\$ 2.979.741,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.979.741,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01739/2022	00069/2023	R\$ 59.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 59.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01739/2022	00070/2023	R\$ 3.565.784,85	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.565.784,85	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00





LEI	DECRETO	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO						
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO		ANULAÇÃO	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SUPERÁVIT FINANCEIRO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES	
01739/2022	00075/2023	R\$ 500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01739/2022	00078/2023	R\$ 1.700,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.700,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01743/2023	00022/2023	R\$ 0,00	R\$ 400.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 400.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01744/2023	00026/2023	R\$ 434.706,52	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 434.706,52	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01744/2023	00030/2023	R\$ 64.824,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 64.824,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01744/2023	00035/2023	R\$ 270.354,52	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 270.354,52	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01744/2023	00040/2023	R\$ 9.397,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 9.397,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01744/2023	00049/2023	R\$ 1.337.755,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.337.755,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01744/2023	00055/2023	R\$ 2.480,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.480,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01744/2023	00058/2023	R\$ 3.544,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.544,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01744/2023	00065/2023	R\$ 123.607,03	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 123.607,03	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01744/2023	00068/2023	R\$ 264.630,12	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 264.630,12	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01744/2023	00071/2023	R\$ 140.766,95	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 140.766,95	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01757/2023	00047/2023	R\$ 50.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 50.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01762/2023	00050/2023	R\$ 0,00	R\$ 26.600,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 26.600,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01788/2023	00079/2023	R\$ 0,00	R\$ 30.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 30.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		R\$ 19.591.149,95	R\$ 456.600,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 17.395.684,01	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.652.065,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		R\$ 19.591.149,95	R\$ 456.600,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 17.395.684,01	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.652.065,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC > Peças de Planejamento > Créditos Adicionais > Alterações orçamentárias/leis autorizativas/fontes de financiamento > Dados Consolidados do Ente.





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br





Anexo: 4 - RECEITA

Quadro: 4.1 - Resultado da arrecadação orçamentária. Origem de recursos da receita

ORIGEM	PREVISÃO ATUALIZADA R\$	VALOR ARRECADADO R\$	% DA ARRECADADAÇÃO S/ PREVISÃO
I - RECEITAS CORRENTES (Exceto Intra)	R\$ 72.894.684,00	R\$ 79.636.829,05	109,24%
Receita de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	R\$ 8.425.400,00	R\$ 9.530.120,64	113,11%
Receita de Contribuições	R\$ 2.429.550,00	R\$ 2.583.303,01	106,32%
Receita Patrimonial	R\$ 1.774.200,00	R\$ 2.592.578,92	146,12%
Receita Agropecuária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Receita Industrial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Receita de Serviços	R\$ 1.051.830,00	R\$ 1.070.647,93	101,78%
Transferências Correntes	R\$ 59.093.104,00	R\$ 63.497.337,81	107,45%
Outras Receitas Correntes	R\$ 120.600,00	R\$ 362.840,74	300,86%
II - RECEITAS DE CAPITAL (Exceto Intra)	R\$ 40.275.000,00	R\$ 11.979.904,56	29,74%
Operações de Crédito	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Alienação de Bens	R\$ 450.000,00	R\$ 2.207.338,72	490,52%
Amortização de Empréstimos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Transferências de Capital	R\$ 39.825.000,00	R\$ 9.772.565,84	24,53%
Outras Receitas de Capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
III - RECEITA BRUTA (Exceto Intra)	R\$ 113.169.684,00	R\$ 91.616.733,61	80,95%
IV - DEDUÇÕES DA RECEITA	-R\$ 6.529.225,00	-R\$ 8.704.107,02	133,31%
Deduções para o FUNDEB	-R\$ 6.272.000,00	-R\$ 6.738.959,94	107,44%
Renúncias de Receita	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Outras Deduções	-R\$ 257.225,00	-R\$ 1.965.147,08	763,98%
IV - RECEITA LÍQUIDA (exceto Intraorçamentária)	R\$ 106.640.459,00	R\$ 82.912.626,59	77,75%
V - Receita Corrente Intraorçamentária	R\$ 3.359.541,00	R\$ 3.626.391,09	107,94%
VI - Receita de Capital Intraorçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
TOTAL GERAL	R\$ 110.000.000,00	R\$ 86.539.017,68	78,67%

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária > Mês de dezembro > Dados Consolidados do Ente.





Quadro: 4.2 - Resultado da arrecadação orçamentária. Origem de Receitas (Valores Líquidos)

ORIGEM	PREVISÃO ATUALIZADA R\$	VALOR ARRECADADO R\$	% DA ARRECAÇÃO S/ PREVISÃO
I - RECEITAS CORRENTES (Exceto Intra)	R\$ 66.365.459,00	R\$ 70.932.722,03	106,88%
Receita de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	R\$ 8.168.175,00	R\$ 7.564.973,56	92,61%
Receita de Contribuições	R\$ 2.429.550,00	R\$ 2.583.303,01	106,32%
Receita Patrimonial	R\$ 1.774.200,00	R\$ 2.592.578,92	146,12%
Receita Agropecuária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Receita Industrial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Receita de Serviços	R\$ 1.051.830,00	R\$ 1.070.647,93	101,78%
Transferências Correntes	R\$ 52.821.104,00	R\$ 56.758.377,87	107,45%
Outras Receitas Correntes	R\$ 120.600,00	R\$ 362.840,74	300,86%
II - RECEITAS DE CAPITAL (Exceto Intra)	R\$ 40.275.000,00	R\$ 11.979.904,56	29,74%
Operações de Crédito	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Alienação de Bens	R\$ 450.000,00	R\$ 2.207.338,72	490,52%
Amortização de Empréstimos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Transferências de Capital	R\$ 39.825.000,00	R\$ 9.772.565,84	24,53%
Outras Receitas de Capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
III - RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	R\$ 3.359.541,00	R\$ 3.626.391,09	107,94%
IV- SUBTOTAL DA RECEITA	R\$ 110.000.000,00	R\$ 86.539.017,68	78,67%
V - OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
TOTAL GERAL	R\$ 110.000.000,00	R\$ 86.539.017,68	78,67%

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária > Mês de dezembro > Dados Consolidados do Ente.

Quadro: 4.3 - Receita Corrente Líquida (RCL)

Receitas	Total R\$
Total de Receitas Correntes (I)	R\$ 79.636.829,05
(-) Deduções da Receita Corrente (Exceto deduções para o FUNDEB) (II)	R\$ 1.965.147,08
(=) Subtotal (III) = (I - II)	R\$ 77.671.681,97
(-) Receita Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência (IV)	R\$ 1.573.988,21
(-) Receita Compensação Financeira entre regimes previdenciários (V)	R\$ 79.928,57
(-) Deduções da Receita para (VI) formação do FUNDEB	R\$ 6.738.959,94
(=) RCL antes da dedução da Receita de Aplicação Financeira do RPPS - Res. Consulta TCE/MT nº 19/2017 (VII) = (III-IV-V-VI)	R\$ 69.278.805,25
(-) Receita de Aplicação Financeira do RPPS - Res. Consulta TCE /MT nº 19/2017 (VIII)	R\$ 1.081.271,55
(=) Receita Corrente Líquida (IX) = (VII - VIII)	R\$ 68.197.533,70
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (X)	R\$ 0,00





Receitas	Total R\$
(=) Receita Corrente Líquida Ajustada para o Cálculo dos Limites de Endividamento (XI) = (IX-X)	R\$ 68.197.533,70
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (XII)	R\$ 0,00
(=) Receita Corrente Líquida Ajustada para o Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal (XIII) = (XI-XII)	R\$ 68.197.533,70

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF Limites/Documentações > Receita Corrente Líquida Anual (preliminar)

Quadro: 4.4 - Deduções da Receita Corrente (Exceto deduções para FUNDEB)

DESCRIÇÃO	Total R\$
Receitas de Impostos, Taxas e Contrib. de Melhoria	R\$ 1.965.147,08
Receita de Contribuição	R\$ 0,00
Receita Patrimonial	R\$ 0,00
Receita Agropecuária	R\$ 0,00
Receita Industrial	R\$ 0,00
Receita de Serviços	R\$ 0,00
Transf. Correntes	R\$ 0,00
Outras receitas correntes	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 1.965.147,08

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF Limites/Documentações > Receita Corrente Líquida Anual (preliminar)

Quadro: 4.5 - Receita Tributária Própria (Valores Líquidos)

Receita Tributária Própria	Previsão Atualizada R\$	Valor Arrecadado R\$	% Total da Receita Arrecadada
I - Impostos	R\$ 6.595.000,00	R\$ 6.338.305,27	83,79%
IPTU	R\$ 955.000,00	R\$ 546.810,62	7,22%
IRRF	R\$ 1.600.000,00	R\$ 1.962.129,47	25,94%
ISSQN	R\$ 2.000.000,00	R\$ 2.392.563,46	31,63%
ITBI	R\$ 2.040.000,00	R\$ 1.436.801,72	18,99%
II - Taxas (Principal)	R\$ 1.097.000,00	R\$ 856.915,80	11,32%
III - Contribuição de Melhoria (Principal)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
IV - Multas e Juros de Mora (Principal)	R\$ 47.375,00	R\$ 46.317,42	0,61%
V - Dívida Ativa	R\$ 428.800,00	R\$ 285.788,07	3,77%
VI - Multas e Juros de Mora (Dív. Ativa)	R\$ 0,00	R\$ 36.517,96	0,48%
TOTAL	R\$ 8.168.175,00	R\$ 7.563.844,52	

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Tributária Própria (a partir de 2018).





Anexo: 5 - DESPESA

Quadro: 5.1 - Despesa por Categoria Econômica

ORIGEM	DOTAÇÃO ATUALIZADA R\$	VALOR EXECUTADO R\$	% DA EXECUÇÃO S/ PREVISÃO
I - DESPESAS CORRENTES	R\$ 81.272.634,88	R\$ 64.650.223,75	79,54%
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 39.937.630,54	R\$ 32.564.987,49	81,54%
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 260.000,00	R\$ 218.907,95	84,19%
Outras Despesas Correntes	R\$ 41.075.004,34	R\$ 31.866.328,31	77,58%
II - DESPESA DE CAPITAL	R\$ 27.235.073,80	R\$ 20.564.447,39	75,50%
Investimentos	R\$ 26.565.073,80	R\$ 20.014.704,11	75,34%
Inversões Financeiras	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Amortização da Dívida	R\$ 670.000,00	R\$ 549.743,28	82,05%
III - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 109.500,00	R\$ 0,00	0,00%
IV - TOTAL DESPESA ORÇAMENTÁRIA (Exceto Intra)	R\$ 108.617.208,68	R\$ 85.214.671,14	78,45%
V - DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	R\$ 4.034.857,26	R\$ 3.291.881,58	81,58%
VI - Despesa Corrente Intraorçamentária	R\$ 4.034.857,26	R\$ 3.291.881,58	81,58%
VII - Despesa de Capital Intraorçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
IX - TOTAL DESPESA	R\$ 112.652.065,94	R\$ 88.506.552,72	78,56%

APLIC> Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária > Dados Consolidados do Ente> Mês: Dezembro





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Quadro: 5.2 - Despesa por Função de Governo

FUNÇÃO	DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (R\$)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (R\$)	EMPENHADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)	PAGO (R\$)
Despesa Orçamentária por Função						
01	Legislativa	R\$ 2.480.000,00	R\$ 2.426.500,00	R\$ 1.624.230,53	R\$ 1.624.230,53	R\$ 1.624.230,53
02	Judiciária	R\$ 292.000,00	R\$ 260.364,49	R\$ 111.743,66	R\$ 111.743,66	R\$ 110.116,16
04	Administração	R\$ 9.511.500,00	R\$ 7.910.524,73	R\$ 5.139.758,29	R\$ 4.963.591,55	R\$ 4.857.130,47
06	Segurança Pública	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 22.203,96	R\$ 22.203,96	R\$ 21.491,44
08	Assistência Social	R\$ 4.510.100,00	R\$ 4.788.815,23	R\$ 2.339.668,58	R\$ 2.304.323,82	R\$ 2.285.497,20
09	Previdência Municipal	R\$ 4.628.291,00	R\$ 4.888.291,00	R\$ 4.781.633,73	R\$ 4.781.633,73	R\$ 4.769.788,30
10	Saúde	R\$ 24.141.000,00	R\$ 25.911.068,65	R\$ 19.634.474,76	R\$ 19.094.530,16	R\$ 18.926.391,62
11	Trabalho	R\$ 1.558.000,00	R\$ 1.661.854,00	R\$ 904.214,81	R\$ 860.909,82	R\$ 859.740,82
12	Educação	R\$ 22.576.000,00	R\$ 24.266.316,48	R\$ 20.271.495,39	R\$ 19.741.315,69	R\$ 19.515.991,07
13	Cultura	R\$ 597.200,00	R\$ 913.301,09	R\$ 565.862,41	R\$ 426.222,41	R\$ 416.012,62
15	Urbanismo	R\$ 18.495.900,00	R\$ 17.232.605,69	R\$ 13.912.751,99	R\$ 9.913.720,44	R\$ 9.846.145,24
16	Habitação	R\$ 200.000,00	R\$ 37.205,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
17	Saneamento	R\$ 3.150.000,00	R\$ 4.767.498,13	R\$ 4.092.516,97	R\$ 3.613.951,17	R\$ 3.184.785,39
18	Gestão Ambiental	R\$ 393.600,00	R\$ 140.020,00	R\$ 93.420,00	R\$ 93.420,00	R\$ 44.900,00
20	Agricultura	R\$ 4.936.709,00	R\$ 4.534.336,29	R\$ 4.005.258,53	R\$ 3.838.495,29	R\$ 3.816.011,45
22	Indústria	R\$ 200.000,00	R\$ 115.000,00	R\$ 33.703,33	R\$ 33.703,33	R\$ 33.703,33
23	Comércio e Serviços	R\$ 17.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
25	Energia	R\$ 1.700.000,00	R\$ 876.203,33	R\$ 713.545,02	R\$ 713.545,02	R\$ 713.545,02
26	Transporte	R\$ 4.300.000,00	R\$ 5.100.744,91	R\$ 4.828.775,34	R\$ 4.422.176,71	R\$ 4.277.663,79
27	Desporto e Lazer	R\$ 1.200.700,00	R\$ 1.697.059,66	R\$ 1.370.762,61	R\$ 1.263.565,64	R\$ 1.063.770,45
28	Encargos Especiais	R\$ 930.000,00	R\$ 930.000,00	R\$ 768.651,23	R\$ 768.651,23	R\$ 768.651,23
	Reserva de Contingência ou					





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

FUNÇÃO	DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (R\$)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (R\$)	EMPENHADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)	PAGO (R\$)
99	Reserva Legal do RPPS	R\$ 370.000,00	R\$ 109.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		R\$ 106.238.000,00	R\$ 108.617.208,68	R\$ 85.214.671,14	R\$ 78.591.934,16	R\$ 77.135.566,13
Despesa Intraorçamentária por Função						
01	Legislativa	R\$ 120.000,00	R\$ 123.500,00	R\$ 122.900,92	R\$ 122.900,92	R\$ 122.900,92
02	Judiciária	R\$ 8.000,00	R\$ 8.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04	Administração	R\$ 791.000,00	R\$ 574.069,81	R\$ 237.192,48	R\$ 234.580,26	R\$ 215.294,20
08	Assistência Social	R\$ 69.500,00	R\$ 70.451,62	R\$ 51.968,32	R\$ 51.968,32	R\$ 47.522,48
09	Previdência Municipal	R\$ 17.000,00	R\$ 17.500,00	R\$ 17.199,00	R\$ 17.199,00	R\$ 17.199,00
10	Saúde	R\$ 1.183.000,00	R\$ 1.396.841,94	R\$ 1.279.758,17	R\$ 1.212.376,31	R\$ 1.169.442,87
11	Trabalho	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
12	Educação	R\$ 1.450.000,00	R\$ 1.628.713,04	R\$ 1.383.257,36	R\$ 1.383.257,36	R\$ 1.266.242,98
15	Urbanismo	R\$ 8.500,00	R\$ 96.725,45	R\$ 96.225,45	R\$ 91.779,61	R\$ 83.030,15
17	Saneamento	R\$ 70.000,00	R\$ 74.055,40	R\$ 68.178,23	R\$ 68.178,23	R\$ 62.301,06
20	Agricultura	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 17.199,59	R\$ 17.199,59	R\$ 15.383,45
22	Indústria	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 10.725,07	R\$ 10.725,07	R\$ 9.652,23
27	Desporto e Lazer	R\$ 8.000,00	R\$ 8.000,00	R\$ 7.276,99	R\$ 7.276,99	R\$ 6.643,19
		R\$ 3.762.000,00	R\$ 4.034.857,26	R\$ 3.291.881,58	R\$ 3.217.441,66	R\$ 3.015.612,53
		R\$ 110.000.000,00	R\$ 112.652.065,94	R\$ 88.506.552,72	R\$ 81.809.375,82	R\$ 80.151.178,66

APLIC > Informes Mensais > Despesas > Despesa por Função/Subfunção > Mês de dezembro > Dados Consolidados do Ente.





Quadro: 5.3 - Programas de Governo - Previsão e Execução

COD. PROGRAMA	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (R\$)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (R\$)	EXECUÇÃO (EMPENHADO - R\$)	% Execução / Dotação Atualizada
0004	AGUA E SANEAMENTO PARA TODOS	R\$ 2.800.000,00	R\$ 4.487.647,53	R\$ 3.836.789,77	85,49%
0005	ATIVIDADE RURAL SUSTENTAVEL	R\$ 2.126.709,00	R\$ 1.894.206,55	R\$ 1.626.146,76	85,84%
0006	CAMIINHOS SUSTENTAVEIS	R\$ 4.300.000,00	R\$ 5.100.744,91	R\$ 4.828.775,34	94,66%
0008	CIDADE ATRATIVA	R\$ 21.221.200,00	R\$ 18.525.240,47	R\$ 15.044.727,89	81,21%
0010	EDUCACAO DE QUALIDADE PARA TODOS	R\$ 19.816.000,00	R\$ 22.049.324,04	R\$ 18.312.700,08	83,05%
0020	EMENDA PARLAMENTAR IMPOSITIVA	R\$ 748.800,00	R\$ 753.800,00	R\$ 682.048,21	90,48%
0014	FISCALIZACAO E CONTROLE	R\$ 550.000,00	R\$ 532.939,81	R\$ 269.589,13	50,58%
0015	GESTAO DA ALIMENTAAO ESCOLAR	R\$ 700.000,00	R\$ 819.873,69	R\$ 808.684,49	98,63%
0013	GESTAO DA POLITICA AMBIENTAL	R\$ 57.000,00	R\$ 53.420,00	R\$ 46.920,00	87,83%
0016	GESTAO DO TRANSPORTE ESCOLAR	R\$ 3.500.000,00	R\$ 3.015.831,79	R\$ 2.523.368,18	83,67%
0002	GESTÃO E PLANEJAMENTO DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS	R\$ 11.145.000,00	R\$ 9.555.896,53	R\$ 6.277.768,05	65,69%
0003	GESTÃO E PLANEJAMENTO RESPONSÁVEL	R\$ 2.722.500,00	R\$ 2.670.993,49	R\$ 2.234.056,50	83,64%
0017	GESTAO TRANSPARENTE E RESPONSAVEL	R\$ 700.000,00	R\$ 707.658,94	R\$ 464.841,79	65,68%
1001	LEGISLATIVO A SERVICO DA POPULACAO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0001	LEGISLATIVO A SERVICO DA POPULACAO	R\$ 2.600.000,00	R\$ 2.550.000,00	R\$ 1.747.131,45	68,51%
0021	PREVIDENCIA ESTABILIDADE DO SERVIDOR PUBLICO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
	PREVIDENCIA				





COD. PROGRAMA	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (R\$)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (R\$)	EXECUÇÃO (EMPENHADO - R\$)	% Execução / Dotação Atualizada
0021	ESTABILIDADE DO SERVIDOR PUBLICO	R\$ 4.645.291,00	R\$ 4.905.791,00	R\$ 4.798.832,73	97,82%
9999	RESERVA DE CONTINGENCIA	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 0,00	0,00%
0997	RESERVA DE CONTINGENCIA DO RPPS	R\$ 270.000,00	R\$ 9.500,00	R\$ 0,00	0,00%
0018	SAUDE PARA TODOS	R\$ 24.908.000,00	R\$ 26.891.910,59	R\$ 20.498.232,93	76,22%
0009	TERRA NOVA SOCIALMENTE JUSTA	R\$ 4.728.000,00	R\$ 4.844.871,85	R\$ 2.340.791,90	48,31%
0019	VALORIZACAO DO COMERCIO E INDUSTRIA LOCAL	R\$ 262.000,00	R\$ 145.000,00	R\$ 44.428,40	30,64%
0007	VALORIZACAO PROFISSIONAL	R\$ 460.000,00	R\$ 563.854,00	R\$ 292.220,32	51,82%
0012	VIDA SAUĐAVEL - CULTURA VIVA	R\$ 529.000,00	R\$ 815.101,09	R\$ 479.732,41	58,85%
0011	VIDA SAUĐAVEL - ESPORTE PARA TODOS	R\$ 1.110.500,00	R\$ 1.658.459,66	R\$ 1.348.766,39	81,32%
		R\$ 110.000.000,00	R\$ 112.652.065,94	R\$ 88.506.552,72	
		R\$ 110.000.000,00	R\$ 112.652.065,94	R\$ 88.506.552,72	78,56%

APLIC > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária por Programa > Dados Consolidados do Ente.





Anexo: 6 - ANÁLISE DA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Quadro: 6.1 - Resultado da Execução Orçamentária Ajustado - 2023 - Poderes e Órgãos Integrantes do OFSS

RECEITA ARRECADADA (Líquida das deduções)	CORRENTE (R\$)	DE CAPITAL (R\$)	SOMA (R\$)
Receitas Líquidas (exceto intraorçamentárias) (a)	R\$ 70.932.722,03	R\$ 11.979.904,56	R\$ 82.912.626,59
Receitas Intraorçamentárias (b)	R\$ 3.626.391,09	R\$ 0,00	R\$ 3.626.391,09
TOTAL RECEITAS (c) = a + b	R\$ 74.559.113,12	R\$ 11.979.904,56	R\$ 86.539.017,68
Receitas próprias do RPPS superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43/2013) (d)	R\$ 6.361.579,42	R\$ 0,00	R\$ 6.361.579,42
Outros acréscimos promovidos pela equipe técnica (e)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL RECEITA AJUSTADA (f) = c - d + e	R\$ 68.197.533,70	R\$ 11.979.904,56	R\$ 80.177.438,26
DESPESA EMPENHADA	CORRENTE (R\$)	DE CAPITAL (R\$)	SOMA (R\$)
Despesas Empenhadas (exceto intraorçamentárias) (g)	R\$ 64.650.223,75	R\$ 20.564.447,39	R\$ 85.214.671,14
Despesas Empenhadas Intraorçamentárias (h)	R\$ 3.291.881,58	R\$ 0,00	R\$ 3.291.881,58
TOTAL DESPESAS (i) = g + h	R\$ 67.942.105,33	R\$ 20.564.447,39	R\$ 88.506.552,72
Despesas próprias do RPPS superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43/2013) (j)	R\$ 4.798.688,07	R\$ 144,66	R\$ 4.798.832,73
Despesas efetivamente realizadas, cujo fato gerador já tenham ocorrido, mas que não foram empenhadas no exercício superavitário (Item 5 do Anexo da RN TCE-MT n° 43/2013) (k)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Ajustes promovidos pela equipe técnica na despesa empenhada (l)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL DESPESA AJUSTADA (m) = i - j + k + l	R\$ 63.143.417,26	R\$ 20.564.302,73	R\$ 83.707.719,99
RESULTADO ANTES DAS DESPESAS FINANCIADAS POR SUPERÁVIT FINANCEIRO (Conforme itens 5 e 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (n) = f - m	R\$ 5.054.116,44	-R\$ 8.584.398,17	-R\$ 3.530.281,73
Despesas empenhadas decorrentes de créditos adicionais abertos por conta de superávit financeiro (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (o)	R\$ 823.183,05	R\$ 1.792.553,87	R\$ 2.615.736,92
Despesa Financiada por Superávit Financeiro - RPPS			





RECEITA ARRECADADA (Líquida das deduções)	CORRENTE (R\$)	DE CAPITAL (R\$)	SOMA (R\$)
Superavitário (p)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
RESULTADO DA EXECUÇÃO AJUSTADO (Conforme itens 5, 6 e 10 do Anexo da RN TCE-MT nº 43/2013) (q) = n + o - p	R\$ 5.877.299,49	-R\$ 6.791.844,30	-R\$ 914.544,81

Relatório Contas de Governo>Anexo: Receita > Quadro: Resultado da arrecadação orçamentária. Origem de recursos da receita Relatório Contas de Governo > Anexo: Despesa > Quadro: Despesa por Categoria Econômica APLIC > UG: Prefeitura > APLIC> UG: Prefeitura > Informes Mensais> Despesas >Despesa por órgão/unidade orçamentária

Quadro: 6.2 - Resultado Orçamentário do RPPS Individualizado

RECEITA ARRECADADA (Líquida das deduções)	CORRENTE (R\$)	DE CAPITAL (R\$)	SOMA (R\$)
Receitas Líquidas (exceto intraorçamentárias) (a)	R\$ 2.735.188,33	R\$ 0,00	R\$ 2.735.188,33
Receitas Líquidas Intraorçamentárias (b)	R\$ 3.626.391,09	R\$ 0,00	R\$ 3.626.391,09
TOTAL RECEITAS (c) = a + b	R\$ 6.361.579,42	R\$ 0,00	R\$ 6.361.579,42
Outros acréscimos promovidos pela equipe técnica (d)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL RECEITA AJUSTADA (e) = c + d	R\$ 6.361.579,42	R\$ 0,00	R\$ 6.361.579,42
DESPESA EMPENHADA	CORRENTE (R\$)	DE CAPITAL (R\$)	SOMA (R\$)
Despesas Empenhadas (exceto intraorçamentárias) (f)	R\$ 4.781.489,07	R\$ 144,66	R\$ 4.781.633,73
Despesas Empenhadas Intraorçamentárias (g)	R\$ 17.199,00	R\$ 0,00	R\$ 17.199,00
TOTAL DESPESAS (h) = f + g	R\$ 4.798.688,07	R\$ 144,66	R\$ 4.798.832,73
Despesas efetivamente realizadas, cujo fato gerador já tenham ocorrido, mas que não foram empenhadas no exercício superavitário (Item 5 do Anexo da RN TCE-MT nº 43/2013) (i)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Ajustes promovidos pela equipe técnica na despesa empenhada (j)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL DESPESA AJUSTADA (k) = h + i + j	R\$ 4.798.688,07	R\$ 144,66	R\$ 4.798.832,73
RESULTADO ANTES DAS DESPESAS FINANCIADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO (Conforme itens 5 e 10 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (l) = e - k	R\$ 1.562.891,35	-R\$ 144,66	R\$ 1.562.746,69
Despesas empenhadas decorrentes de créditos			





RECEITA ARRECADADA (Líquida das deduções)	CORRENTE (R\$)	DE CAPITAL (R\$)	SOMA (R\$)
adicionais abertos por conta de superávit financeiro (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (m)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA AJUSTADO (Conforme itens 5, 6 e 10 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (n) = l + m	R\$ 1.562.891,35	-R\$ 144,66	R\$ 1.562.746,69

APLIC > UG: RPPS > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária > Mês de dezembro - Total da Receita Realizada. APLIC > UG: RPPS > Informes Mensais > Despesas > Despesa por órgão/unidade orçamentária. APLIC > UG: RPPS > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária > Mês de dezembro - Total Empenhado.





Quadro: 6.3 - Execução Orçamentária por Fonte X Superávit Financeiro (Exercício Corrente) - Inclusive RPPS

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Receita Arrecadada próprias do RPPS superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (b)	Despesa Orçamentária Empenhada (c)	Despesa própria do RPPS superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (d)	Resultado Execução Orçamentária (e) = (a-b) - (c-d)	Despesa Empenhada com Rec. do Superávit Financeiro de Ex. Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (f)	Despesa com Recurso do Superávit Financeiro RPPS Superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (g)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (h) = e + f - g	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício (i)
Execução Orçamentária por Fonte X Superávit Financeiro (Exercício Corrente) - inclusive RPPS										
500	Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 40.069.848,58	R\$ 0,00	R\$ 40.122.326,43	R\$ 0,00	-R\$ 52.477,85	R\$ 554.876,95	R\$ 0,00	R\$ 502.399,10	-R\$ 194.400,84
540	Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 10.172.157,10	R\$ 0,00	R\$ 10.974.961,80	R\$ 0,00	-R\$ 802.804,70	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 802.804,70	-R\$ 311.603,80
550	Transferência do Salário Educação	R\$ 449.393,30	R\$ 0,00	R\$ 566.755,86	R\$ 0,00	-R\$ 117.362,56	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 117.362,56	-R\$ 8.885,33
552	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 774,03	R\$ 0,00	R\$ 168.936,71	R\$ 0,00	-R\$ 168.162,68	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 168.162,68	-R\$ 66,59
	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao									





Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Receita Arrecadada próprias do RPPS superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (b)	Despesa Orçamentária Empenhada (c)	Despesa própria do RPPS superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (d)	Resultado Execução Orçamentária (e) = (a-b) - (c-d)	Despesa Empenhada com Rec. do Superávit Financeiro de Ex. Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (f)	Despesa com Recurso do Sup Financeiro RPPS Superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (g)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (h) = e + f - g	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício (i)
553	Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	R\$ 185.752,09	R\$ 0,00	R\$ 238.715,35	R\$ 0,00	-R\$ 52.963,26	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 52.963,26	-R\$ 42.465,43
569	Outras Transferências de Recursos do FNDE	R\$ 685.564,89	R\$ 0,00	R\$ 75.695,77	R\$ 0,00	R\$ 609.869,12	R\$ 20.593,45	R\$ 0,00	R\$ 630.462,57	R\$ 80.631,05
571	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 1.052.921,59	R\$ 0,00	R\$ 1.460.244,90	R\$ 0,00	-R\$ 407.323,31	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 407.323,31	R\$ 129.447,56
575	Outras Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.880,85
599	Outros Recursos Vinculados à Educação	R\$ 1.045.720,16	R\$ 0,00	R\$ 1.176.218,94	R\$ 0,00	-R\$ 130.498,78	R\$ 76.680,00	R\$ 0,00	-R\$ 53.818,78	R\$ 73.253,37
	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal -									





Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Receita Arrecadada próprias do RPPS superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (b)	Despesa Orçamentária Empenhada (c)	Despesa própria do RPPS superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (d)	Resultado Execução Orçamentária (e) = (a-b) - (c-d)	Despesa Empenhada com Rec. do Superávit Financeiro de Ex. Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (f)	Despesa com Recurso do Sup Financeiro RPPS Superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (g)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (h) = e + f - g	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício (i)
600	Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 7.275.322,37	R\$ 0,00	R\$ 7.071.821,92	R\$ 0,00	R\$ 203.500,45	R\$ 35.276,93	R\$ 0,00	R\$ 238.777,38	R\$ 556.021,20
601	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 339,34	R\$ 0,00	R\$ 1.885,00	R\$ 0,00	-R\$ 1.545,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 1.545,66	R\$ 17.438,06
602	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	R\$ 23.854,53	R\$ 0,00	R\$ 113.450,46	R\$ 0,00	-R\$ 89.595,93	R\$ 77.095,90	R\$ 0,00	-R\$ 12.500,03	R\$ 219.185,85
	Assistência financeira da União destinada à									





Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Receita Arrecadada próprias do RPPS superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (b)	Despesa Orçamentária Empenhada (c)	Despesa própria do RPPS superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (d)	Resultado Execução Orçamentária (e) = (a-b) - (c-d)	Despesa Empenhada com Rec. do Superávit Financeiro de Ex. Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (f)	Despesa com Recurso do Sup Financeiro RPPS Superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (g)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (h) = e + f - g	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício (i)
605	complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	R\$ 591.300,81	R\$ 0,00	R\$ 499.553,98	R\$ 0,00	R\$ 91.746,83	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 91.746,83	R\$ 91.746,83
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 2.836.210,60	R\$ 0,00	R\$ 3.422.203,36	R\$ 0,00	-R\$ 585.992,76	R\$ 1.497.981,69	R\$ 0,00	R\$ 911.988,93	R\$ 1.388.382,49
631	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	R\$ 19.197,74	R\$ 0,00	R\$ 48.252,00	R\$ 0,00	-R\$ 29.054,26	R\$ 27.487,00	R\$ 0,00	-R\$ 1.567,26	R\$ 65.754,65
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 234.341,06	R\$ 0,00	R\$ 271.991,96	R\$ 0,00	-R\$ 37.650,90	R\$ 31.000,66	R\$ 0,00	-R\$ 6.650,24	R\$ 102.810,18
661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 85.387,98	R\$ 0,00	R\$ 43.168,68	R\$ 0,00	R\$ 42.219,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 42.219,30	R\$ 42.219,30





Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Receita Arrecadada próprias do RPPS superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (b)	Despesa Orçamentária Empenhada (c)	Despesa própria do RPPS superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (d)	Resultado Execução Orçamentária (e) = (a-b) - (c-d)	Despesa Empenhada com Rec. do Superávit Financeiro de Ex. Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (f)	Despesa com Recurso do Sup Financeiro RPPS Superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (g)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (h) = e + f - g	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício (i)
665	Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social	R\$ 133,53	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 133,53	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 133,53	R\$ 2.019,89
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	R\$ 1.336.941,54	R\$ 0,00	R\$ 1.275.059,44	R\$ 0,00	R\$ 61.882,10	R\$ 93.779,82	R\$ 0,00	R\$ 155.661,92	R\$ 611.870,86
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 8.853.765,19	R\$ 0,00	R\$ 12.905.774,96	R\$ 0,00	-R\$ 4.052.009,77	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 4.052.009,77	R\$ 1.918.500,36
707	Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 19.913,80	R\$ 0,00	-R\$ 19.913,80	R\$ 19.913,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
711	Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 45.807,43	R\$ 0,00	-R\$ 45.807,43	R\$ 45.807,43	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 58.281,09





Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Receita Arrecadada próprias do RPPS superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (b)	Despesa Orçamentária Empenhada (c)	Despesa própria do RPPS superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (d)	Resultado Execução Orçamentária (e) = (a-b) - (c-d)	Despesa Empenhada com Rec. do Superávit Financeiro de Ex. Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (f)	Despesa com Recurso do Sup Financeiro RPPS Superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (g)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (h) = e + f - g	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício (i)
715	Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195 /2022 - Art. 5º Audiovisual	R\$ 65.742,98	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 65.742,98	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 65.742,98	R\$ 65.742,98
716	Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195 /2022 - Art. 8º Demais Setores da Cultura	R\$ 26.634,43	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 26.634,43	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 26.634,43	R\$ 26.634,43
750	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	R\$ 4.082,14	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.082,14	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.082,14	R\$ 23.736,60
751	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 1.009.314,80	R\$ 0,00	R\$ 701.283,15	R\$ 0,00	R\$ 308.031,65	R\$ 14.306,95	R\$ 0,00	R\$ 322.338,60	R\$ 94.867,92
755	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	R\$ 2.213.511,04	R\$ 0,00	R\$ 780.000,00	R\$ 0,00	R\$ 1.433.511,04	R\$ 64.297,12	R\$ 0,00	R\$ 1.497.808,16	R\$ 51.712,69





Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Receita Arrecadada próprias do RPPS superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (b)	Despesa Orçamentária Empenhada (c)	Despesa própria do RPPS superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (d)	Resultado Execução Orçamentária (e) = (a-b) - (c-d)	Despesa Empenhada com Rec. do Superávit Financeiro de Ex. Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (f)	Despesa com Recurso do Sup Financeiro RPPS Superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (g)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (h) = e + f - g	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício (i)
759	Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 1.939.226,44	R\$ 0,00	R\$ 1.723.698,09	R\$ 0,00	R\$ 215.528,35	R\$ 56.639,22	R\$ 0,00	R\$ 272.167,57	R\$ 272.771,06
800	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	R\$ 5.901.670,40	R\$ 0,00	R\$ 4.470.729,77	R\$ 0,00	R\$ 1.430.940,63	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.430.940,63	R\$ 14.749.965,69
802	Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	R\$ 459.909,02	R\$ 0,00	R\$ 328.102,96	R\$ 0,00	R\$ 131.806,06	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 131.806,06	R\$ 816.598,84
		R\$ 86.539.017,68	R\$ 0,00	R\$ 88.506.552,72	R\$ 0,00	-R\$ 1.967.535,04	R\$ 2.615.736,92	R\$ 0,00	R\$ 648.201,88	R\$ 20.908.051,81
>>>>>	>>>>>	R\$ 86.539.017,68	R\$ 0,00	R\$ 88.506.552,72	R\$ 0,00	-R\$ 1.967.535,04	R\$ 2.615.736,92	R\$ 0,00	R\$ 648.201,88	R\$ 20.908.051,81

APLIC > Contabilidade > Execução orçamentária por Fonte x Superávit Financeiro - Inclusive RPPS > Dados Consolidados do Ente.





Quadro: 6.4 - Execução Orçamentária por Fonte X Superávit Financeiro (Exercício Corrente) - Somente RPPS

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária (a)	Despesa Orçamentária (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Despesa Empenhada com Rec. do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43/2013) (d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (e) = c + d	Saldo Superávit/Déficit Financeiro do Exercício (f)
Execução Orçamentária por Fonte X Superávit Financeiro (Exercício Corrente) - Somente RPPS							
800	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	R\$ 5.901.670,40	R\$ 4.470.729,77	R\$ 1.430.940,63	R\$ 0,00	R\$ 1.430.940,63	R\$ 14.749.965,69
802	Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	R\$ 459.909,02	R\$ 328.102,96	R\$ 131.806,06	R\$ 0,00	R\$ 131.806,06	R\$ 816.598,84
		R\$ 6.361.579,42	R\$ 4.798.832,73	R\$ 1.562.746,69	R\$ 0,00	R\$ 1.562.746,69	R\$ 15.566.564,53
>>>>	>>>>	R\$ 6.361.579,42	R\$ 4.798.832,73	R\$ 1.562.746,69	R\$ 0,00	R\$ 1.562.746,69	R\$ 15.566.564,53

APLIC > UG: RPPS > Contabilidade > Execução orçamentária por Fonte x Superávit Financeiro





Anexo: 7 - RESTOS A PAGAR

Quadro: 7.1 - Restos a Pagar Processados e Não Processados

Exercício	Saldo Anterior (R\$)	Inscrição (R\$)	RP não Processados Liquidados e não Pagos (R\$)	Baixa (R\$)		Saldo para o Exercício Seguinte (R\$)
				Por Pagamento (R\$)	Por Cancelamento (R\$)	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
2020	R\$ 39.847,88	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 39.847,88	R\$ 0,00
2021	R\$ 168.085,39	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 107.794,67	R\$ 60.290,72	R\$ 0,00
2022	R\$ 7.611.524,85	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 6.094.551,79	R\$ 741.063,60	R\$ 775.909,46
2023	R\$ 0,00	R\$ 6.697.176,90	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 6.697.176,90
	R\$ 7.819.458,12	R\$ 6.697.176,90	R\$ 0,00	R\$ 6.202.346,46	R\$ 841.202,20	R\$ 7.473.086,36
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS						
2021	R\$ 13.647,15	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 13.647,15	R\$ 0,00
2022	R\$ 2.635.420,45	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.624.091,71	R\$ 11.328,74	R\$ 0,00
2023	R\$ 0,00	R\$ 1.658.197,16	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.658.197,16
	R\$ 2.649.067,60	R\$ 1.658.197,16	R\$ 0,00	R\$ 2.624.091,71	R\$ 24.975,89	R\$ 1.658.197,16
TOTAL	R\$ 10.468.525,72	R\$ 8.355.374,06	R\$ 0,00	R\$ 8.826.438,17	R\$ 866.178,09	R\$ 9.131.283,52

APLIC > Informes Mensais > Restos a Pagar > Execução dos Restos a Pagar > Dados Consolidados do Ente





Quadro: 7.2 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar - Poder Executivo - Exceto RPPS (Inclusive Intra)

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131, 11133, 11134 e 11135 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras 2188 e 2288 (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E-F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
RECURSOS ORDINÁRIOS									
500 - Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 2.155.421,75	R\$ 0,00	R\$ 980.902,96	R\$ 51.106,35	R\$ 98.369,10	R\$ 0,00	R\$ 1.025.043,34	R\$ 1.219.444,18	-R\$ 194.400,84
	R\$ 2.155.421,75	R\$ 0,00	R\$ 980.902,96	R\$ 51.106,35	R\$ 98.369,10	R\$ 0,00	R\$ 1.025.043,34	R\$ 1.219.444,18	-R\$ 194.400,84
RECURSOS VINCULADOS									
540 - Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 190.660,10	R\$ 0,00	R\$ 120.693,67	R\$ 0,00	-R\$ 311.353,77	R\$ 250,03	-R\$ 311.603,80
550 - Transferência do Salário Educação	R\$ 9.936,66	R\$ 0,00	R\$ 632,32	R\$ 0,00	R\$ 692,67	R\$ 0,00	R\$ 8.611,67	R\$ 17.497,00	-R\$ 8.885,33
552 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 66,59	R\$ 0,00	-R\$ 66,59	R\$ 0,00	-R\$ 66,59





Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131, 11133, 11134 e 11135 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras 2188 e 2288 (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A - B - C - D - E - F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
553 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	R\$ 9.778,14	R\$ 0,00	R\$ 51.998,53	R\$ 0,00	R\$ 245,04	R\$ 0,00	-R\$ 42.465,43	R\$ 0,00	-R\$ 42.465,43
569 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	R\$ 94.889,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 483,49	R\$ 0,00	R\$ 94.405,51	R\$ 13.774,46	R\$ 80.631,05
571 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 509.910,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.370,58	R\$ 7.502,72	R\$ 0,00	R\$ 500.037,62	R\$ 370.590,06	R\$ 129.447,56
575 - Outras Transferências de Convênios e Instrumentos									





Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131, 11133, 11134 e 11135 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras 2188 e 2288 (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A - B - C - D - E - F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
Congêneres vinculados à Educação	R\$ 5.880,85	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.880,85	R\$ 0,00	R\$ 5.880,85
599 - Outros Recursos Vinculados à Educação	R\$ 76.342,67	R\$ 0,00	R\$ 673,60	R\$ 0,00	R\$ 564,50	R\$ 0,00	R\$ 75.104,57	R\$ 1.851,20	R\$ 73.253,37
600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 1.119.143,53	R\$ 0,00	R\$ 106.054,67	R\$ 0,00	R\$ 115.621,98	R\$ 0,00	R\$ 897.466,88	R\$ 341.445,68	R\$ 556.021,20
601 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da									





Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131, 11133, 11134 e 11135 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras 2188 e 2288 (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A - B - C - D - E - F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 19.323,06	R\$ 0,00	R\$ 1.885,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 17.438,06	R\$ 0,00	R\$ 17.438,06
602 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	R\$ 219.286,31	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 100,46	R\$ 0,00	R\$ 219.185,85	R\$ 0,00	R\$ 219.185,85
605 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	R\$ 91.746,83	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 91.746,83	R\$ 0,00	R\$ 91.746,83





Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131, 11133, 11134 e 11135 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras 2188 e 2288 (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A - B - C - D - E - F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 1.501.956,70	R\$ 0,00	R\$ 16.760,18	R\$ 0,00	R\$ 43.069,87	R\$ 0,00	R\$ 1.442.126,65	R\$ 53.744,16	R\$ 1.388.382,49
631 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneros vinculados à Saúde	R\$ 66.376,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 621,85	R\$ 0,00	R\$ 65.754,65	R\$ 0,00	R\$ 65.754,65
660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 111.467,14	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.552,36	R\$ 0,00	R\$ 109.914,78	R\$ 7.104,60	R\$ 102.810,18
661 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 43.119,30	R\$ 0,00	R\$ 900,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 42.219,30	R\$ 0,00	R\$ 42.219,30
665 -									





Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131, 11133, 11134 e 11135 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras 2188 e 2288 (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A - B - C - D - E - F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social	R\$ 2.019,89	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.019,89	R\$ 0,00	R\$ 2.019,89
700 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	R\$ 611.870,86	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 611.870,86	R\$ 0,00	R\$ 611.870,86
701 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 7.458.103,12	R\$ 0,00	R\$ 142.143,56	R\$ 722.432,53	R\$ 4.096,44	R\$ 0,00	R\$ 6.589.430,59	R\$ 4.670.930,23	R\$ 1.918.500,36
711 - Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas	R\$ 59.079,72	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 798,63	R\$ 0,00	R\$ 58.281,09	R\$ 0,00	R\$ 58.281,09
715 -									





Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131, 11133, 11134 e 11135 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras 2188 e 2288 (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A - B - C - D - E - F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º Audiovisual	R\$ 65.742,98	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 65.742,98	R\$ 0,00	R\$ 65.742,98
716 - Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º Demais Setores da Cultura	R\$ 26.634,43	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 26.634,43	R\$ 0,00	R\$ 26.634,43
750 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	R\$ 23.736,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 23.736,60	R\$ 0,00	R\$ 23.736,60
751 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 94.918,10	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 50,18	R\$ 0,00	R\$ 94.867,92	R\$ 0,00	R\$ 94.867,92
755 - Recursos de Alienação de Bens /Ativos -									





Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131, 11133, 11134 e 11135 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras 2188 e 2288 (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A - B - C - D - E - F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
Administração Direta	R\$ 52.257,99	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 52.257,99	R\$ 545,30	R\$ 51.712,69
759 - Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 426.614,17	R\$ 0,00	R\$ 153.740,81	R\$ 0,00	R\$ 102,30	R\$ 0,00	R\$ 272.771,06	R\$ 0,00	R\$ 272.771,06
	R\$ 12.700.135,47	R\$ 0,00	R\$ 665.448,77	R\$ 724.803,11	R\$ 296.262,75	R\$ 0,00	R\$ 11.013.620,84	R\$ 5.477.732,72	R\$ 5.535.888,12
RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS									
TOTAL	R\$ 14.855.557,22	R\$ 0,00	R\$ 1.646.351,73	R\$ 775.909,46	R\$ 394.631,85	R\$ 0,00	R\$ 12.038.664,18	R\$ 6.697.176,90	R\$ 5.341.487,28

APLIC> UG: Prefeitura> CF/LRF – Limites/Documentações > Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar > Mês de dezembro > Dados Consolidados do Ente (Exceto RPPS).





Quadro: 7.3 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar - RPPS (Inclusive Intra)

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131, 11133, 11134 e 11135 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras 2188 e 2288 (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E-F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
RECURSOS ORDINÁRIOS									
RECURSOS VINCULADOS									
800 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	-R\$ 745.639,46	R\$ 0,00	R\$ 2.914,81	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 748.554,27	R\$ 0,00	-R\$ 748.554,27
802 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	R\$ 746.170,23	R\$ 0,00	R\$ 8.930,62	R\$ 0,00	R\$ 7,20	R\$ 0,00	R\$ 737.232,41	R\$ 0,00	R\$ 737.232,41
	R\$ 530,77	R\$ 0,00	R\$ 11.845,43	R\$ 0,00	R\$ 7,20	R\$ 0,00	-R\$ 11.321,86	R\$ 0,00	-R\$ 11.321,86
RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS									
TOTAL	R\$ 530,77	R\$ 0,00	R\$ 11.845,43	R\$ 0,00	R\$ 7,20	R\$ 0,00	-R\$ 11.321,86	R\$ 0,00	-R\$ 11.321,86

APLIC> UG: RPPS > CF/LRF - Limites/Documentações > Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar > Mês de dezembro.





Quadro: 7.4 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar - Poder Legislativo (Inclusive Intra)

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131, 11133, 11134 e 11135 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras 2188 e 2288 (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E-F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
RECURSOS ORDINÁRIOS									
RECURSOS VINCULADOS									
RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS									
TOTAL	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC > UG: Câmara > CF/LRF – Limites/Documentações > Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar > Mês de dezembro.





Anexo: 8 - DÍVIDA PÚBLICA

Quadro: 8.1 - Superávit/Déficit Financeiro - Total - Exceto RPPS

DESCRIÇÃO	PODER EXECUTIVO - EXCETO RPPS	PODER LEGISLATIVO	TOTAL
ATIVO FINANCEIRO	R\$ 14.855.557,22	R\$ 0,00	R\$ 14.855.557,22
PASSIVO FINANCEIRO	R\$ 9.514.069,94	R\$ 0,00	R\$ 9.514.069,94
SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	R\$ 5.341.487,28	R\$ 0,00	R\$ 5.341.487,28

Relatório Contas de Governo> Anexo: Dívida> Quadro: Quociente da Situação Financeira por Fonte (QSF) – Exceto RPPS





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Quadro: 8.2 - Quociente da Situação Financeira por Fonte - Exceto RPPS

Fonte de Recursos	PODER EXECUTIVO			PODER LEGISLATIVO		
	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit
SUPERÁVIT X DÉFICIT - EXCETO RPPS						
500 - Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 2.155.421,75	R\$ 2.349.822,59	-R\$ 194.400,84	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
540 - Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 0,00	R\$ 311.603,80	-R\$ 311.603,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
550 - Transferência do Salário Educação	R\$ 9.936,66	R\$ 18.821,99	-R\$ 8.885,33	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
552 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 0,00	R\$ 66,59	-R\$ 66,59	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
553 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	R\$ 9.778,14	R\$ 52.243,57	-R\$ 42.465,43	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
569 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	R\$ 94.889,00	R\$ 14.257,95	R\$ 80.631,05	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
571 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 509.910,92	R\$ 380.463,36	R\$ 129.447,56	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
575 - Outras Transferências						





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte de Recursos	PODER EXECUTIVO			PODER LEGISLATIVO		
	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit
de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 5.880,85	R\$ 0,00	R\$ 5.880,85	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
599 - Outros Recursos Vinculados à Educação	R\$ 76.342,67	R\$ 3.089,30	R\$ 73.253,37	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 1.119.143,53	R\$ 563.122,33	R\$ 556.021,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
601 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 19.323,06	R\$ 1.885,00	R\$ 17.438,06	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
602 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21CO.	R\$ 219.286,31	R\$ 100,46	R\$ 219.185,85	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
605 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos						





Fonte de Recursos	PODER EXECUTIVO			PODER LEGISLATIVO		
	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit
salariais para profissionais da enfermagem	R\$ 91.746,83	R\$ 0,00	R\$ 91.746,83	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 1.501.956,70	R\$ 113.574,21	R\$ 1.388.382,49	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
631 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	R\$ 66.376,50	R\$ 621,85	R\$ 65.754,65	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 111.467,14	R\$ 8.656,96	R\$ 102.810,18	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
661 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 43.119,30	R\$ 900,00	R\$ 42.219,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
665 - Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social	R\$ 2.019,89	R\$ 0,00	R\$ 2.019,89	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
700 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	R\$ 611.870,86	R\$ 0,00	R\$ 611.870,86	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
701 - Outras Transferências de Convênios ou						





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte de Recursos	PODER EXECUTIVO			PODER LEGISLATIVO		
	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit
Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 7.458.103,12	R\$ 5.539.602,76	R\$ 1.918.500,36	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
711 - Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas	R\$ 59.079,72	R\$ 798,63	R\$ 58.281,09	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
715 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º Audiovisual	R\$ 65.742,98	R\$ 0,00	R\$ 65.742,98	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
716 - Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º Demais Setores da Cultura	R\$ 26.634,43	R\$ 0,00	R\$ 26.634,43	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
750 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	R\$ 23.736,60	R\$ 0,00	R\$ 23.736,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
751 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 94.918,10	R\$ 50,18	R\$ 94.867,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
755 - Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	R\$ 52.257,99	R\$ 545,30	R\$ 51.712,69	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
759 - Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 426.614,17	R\$ 153.843,11	R\$ 272.771,06	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	R\$ 14.855.557,22	R\$ 9.514.069,94	R\$ 5.341.487,28	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

Fonte de Recursos	PODER EXECUTIVO			PODER LEGISLATIVO		
	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit
TOTAL	R\$ 14.855.557,22	R\$ 9.514.069,94	R\$ 5.341.487,28	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC > Informes Mensais > Contabilidade > Ativos e Passivos Financeiros por Fontes – Acumulado até o mês de dezembro.





Quadro: 8.3 - Quociente da Situação Financeira por Fonte - RPPS

Fontes de Recursos	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit
SUPERÁVIT X DÉFICIT - RPPS			
800 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	R\$ 14.752.880,50	R\$ 2.914,81	R\$ 14.749.965,69
802 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	R\$ 825.536,66	R\$ 8.937,82	R\$ 816.598,84
	R\$ 15.578.417,16	R\$ 11.852,63	R\$ 15.566.564,53
TOTAL	R\$ 15.578.417,16	R\$ 11.852,63	R\$ 15.566.564,53

APLIC: UG RPPS > Informes Mensais > Contabilidade > Ativos e Passivos Financeiros por Fontes





Quadro: 8.4 - Dívida Consolidada Líquida (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") Exceto RPPS

Descrição	Valor R\$
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	R\$ 4.624.662,30
1. Dívida Mobiliária	R\$ 0,00
2. Dívida Contratual	R\$ 4.624.662,30
2.1. Empréstimos	R\$ 0,00
2.1.1. Internos	R\$ 0,00
2.1.2. Externos	R\$ 0,00
2.2. Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	R\$ 0,00
2.3. Financiamentos	R\$ 16.600,00
2.3.1. Internos	R\$ 16.600,00
2.3.2. Externos	R\$ 0,00
2.4. Parcelamento e Renegociação de Dívidas	R\$ 4.608.062,30
2.4.1. De Tributos	R\$ 0,00
2.4.2. De Contribuições Previdenciárias	R\$ 4.585.514,46
2.4.3. De Demais Contribuições Sociais	R\$ 0,00
2.4.4. Do FGTS	R\$ 0,00
2.4.5. Com Instituição Não Financeira	R\$ 22.547,84
2.5. Demais Dívidas Contratuais	R\$ 0,00
3. Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e Não Pagos	R\$ 0,00
4. Outras Dívidas	R\$ 0,00
DEDUÇÕES (II)	R\$ 13.016.402,77
5. Disponibilidade de Caixa	R\$ 13.016.402,77
5.1. Disponibilidade de Caixa Bruta	R\$ 14.855.557,22
5.2. (-) Restos a Pagar Processados	R\$ 1.444.522,60
5.3. (-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	R\$ 394.631,85
6. Demais Haveres Financeiros	R\$ 0,00
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL) (III)=(I - II)	-R\$ 8.391.740,47
RCL AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (IV)	R\$ 68.197.533,70
% da DC sobre a RCL Ajustada	6,78%
% da DCL sobre a RCL Ajustada	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL: <120%>	R\$ 81.837.040,44
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	R\$ 0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	R\$ 0,00
PASSIVO ATUARIAL - RPPS	R\$ 14.427.570,68
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	R\$ 7.398.646,44
ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	R\$ 0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	R\$ 0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	R\$ 0,00





APLIC > Informes Mensais > CF/LRF – Limites/Documentações > Dívida Consolidada Líquida Anual (Composição)

Quadro: 8.5 - Quociente de Dispendio da Dívida Pública (QDDP) - Exceto RPPS

DESCRIÇÃO	R\$
Amortização da Dívida	R\$ 549.743,28
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 218.907,95
TOTAL	R\$ 768.651,23
Receita Corrente Líquida - RCL Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	R\$ 68.197.533,70
% do Dispendios da Dívida Pública sobre a RCL Ajustada <11, 5% RCL>	1,12%

APLIC > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária por Órgão/Unidade Orçamentária

Quadro: 8.6 - Dívida Pública Contratada (art. 7º, I, da Resolução do Senado nº 43/2001)

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR R\$
Mobiliária	R\$ 0,00
Empréstimos	R\$ 0,00
Aquisição Financiada de Bens e Serviços de Arrendamento Mercantil Financeiro	R\$ 0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	R\$ 0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art.29, § 1º)	R\$ 0,00
Operações de crédito não sujeitas aos limites para fins de contratação (art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 (I))	R\$ 0,00
TOTAL (II)	R\$ 0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR (R\$)
RCL AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (III)	R\$ 68.197.533,70
OPERAÇÕES VEDADAS (IV)	R\$ 0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DE APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (V)=(II+IV-I)	R\$ 0,00
% DA DÍVIDA CONTRATADA SOBRE A RCL AJUSTADA (VI)=V / III x 100	0,00%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS <16% RCL>	R\$ 10.911.605,39
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) <90%x16% RCL>	R\$ 9.820.444,85
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	R\$ 0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA <60% RCL>	R\$ 40.918.520,22

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF – Limites/Documentações > Dívida Pública Contratada





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br





Anexo: 9 - EDUCAÇÃO

Quadro: 9.1 - Receita base para Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (art.212, CF)

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Receitas Resultantes de Impostos (I)	R\$ 6.558.649,79
IPTU - Imposto s/ Propriedade Territorial Urbana (Art. 156, I, da CF/88)	R\$ 546.810,62
ITBI - Imposto s/ Transmissão de Bens "Inter Vivos" (Art. 156, II, da CF/88)	R\$ 1.436.801,72
ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (Art. 156, III, da CF/88)	R\$ 2.392.563,46
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte (Art. 158, I, da CF/88)	R\$ 1.962.129,47
ITR - Imposto Territorial Rural (Art. 158, II c/c Art. 153, § 4º, III, da CF/88)	R\$ 0,00
Multas e Juros provenientes de Impostos (DA TCE-MT nº 16/2005)	R\$ 35.711,01
Dívida Ativa de Impostos (DA TCE-MT nº 16/2005)	R\$ 164.889,25
Multas e Juros provenientes de Dívida Ativa de Impostos (DA TCE-MT nº 16/2005)	R\$ 19.744,26
Transferências (II)	R\$ 34.750.902,84
Cota - Parte FPM - Fundo de Participação dos Municípios (Art. 159, I, "b", da CF/88)	R\$ 13.973.812,56
Cota - Parte FPM - (Art. 159, I, "d", "e", "f", da CF/88)	R\$ 652.508,05
Cota - Parte ICMS (Art. 158, IV, da CF/88)	R\$ 15.350.731,98
Cota - Parte IPI Exportação (Art. 159, § 3º, da CF/88 c/c LC 61/89)	R\$ 76.510,95
Cota - Parte ITR (Art. 158, II, da CF/88)	R\$ 2.002.192,91
Cota - Parte IPVA (Art. 158, III, da CF/88)	R\$ 2.271.379,77
Cota - Parte IOF s/ Ouro - Imposto sobre Operações Financeiras (Art. 153, §5º CF)	R\$ 384.099,14
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais (Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022 e LC 194/2022)	R\$ 39.667,48
Total da Receita base - MDE (III) = (I+II)	R\$ 41.309.552,63
Valor mínimo para aplicação na MDE (25% de III)	R\$ 10.327.388,15

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF – Limites/Documentações > MDE- Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Quadro: 9.2 - Disponibilidade financeira de recursos próprios para pagamento de Restos a Pagar do ensino em 31/12

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131, 11133, 11134 e 11135. Fontes 500, 502 e 718 (A).	R\$ 2.155.421,75
Restos a Pagar Processados e não pagos, de exercícios anteriores. Fontes 500, 502 e 718 (B)	R\$ 0,00
Restos a Pagar Processados e não pagos, do exercício. Fontes 500, 502 e 718 (C)	R\$ 980.902,96
Restos a Pagar Não Processados, de exercícios anteriores. Fontes 500, 502 e 718 (D)	R\$ 51.106,35
Restos a Pagar MDE Não Processados, inscritos no exercício. Fontes 500, 502 e 718. Função diferente de 12 (E)	R\$ 1.093.227,23
Restos a Pagar MDE Não Processados, inscritos no exercício. Fontes 500, 502 e 718. Função 12. Subfunções diferentes de 122, 128, 361, 362, 363, 365, 366 e 367 (F)	R\$ 0,00
Restos a Pagar MDE Não Processados, inscritos no exercício. Fontes 500, 502 e 718. Função 12 Subfunções 122, 128, 361, 362, 363, 365, 366 e 367 e elementos 01, 03, 91 e 97. (G)	R\$ 0,00
Demais Obrigações Financeiras 2188 e 2288. Fontes 500, 502 e 718 (H)	R\$ 98.369,10
(In)Disponibilidade Caixa Líquida para pagamento dos Restos a Pagar MDE Não Processados do	





DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
exercício. Fontes 500, 502 e 718 e Função 12 (I) = A-B-C-D-E-F-G-H	-R\$ 68.183,89
Restos a Pagar MDE Não Processados, inscritos no exercício. Fontes 500, 502 e 718. Função 12. Subfunções 122, 128, 361, 362, 363, 365, 366 e 367 e elementos diferentes de 01, 03, 91 e 97 (J).	R\$ 126.216,95
Restos a Pagar MDE Não Processados, sem disponibilidade financeira nas Fontes 500, 502 e 718. (K) (Se I<=0, K=J; (Se I>J, K=0, Se não K= J-I)	R\$ 126.216,95

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF – Limites/Documentações > MDE- Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Quadro: 9.3 - Disp de recursos do Fundeb - Impostos e Transferências de Impostos para pagamento de RP MDE em 31/12

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131, 11133, 11134 e 11135. Fontes 540, 541, 542 e 543. (A).	R\$ 0,00
Restos a Pagar Processados e não pagos, de exercícios anteriores. Fontes 540, 541, 542 e 543 (B)	R\$ 0,00
Restos a Pagar Processados e não pagos, do exercício. Fontes 540, 541, 542 e 543 (C)	R\$ 190.660,10
Restos a Pagar Não Processados, de exercícios anteriores. Fontes 540, 541, 542 e 543. (D)	R\$ 0,00
Restos a Pagar MDE Não Processados, inscritos no exercício. Fontes 540, 541, 542 e 543. Função diferente de 12 (E)	R\$ 0,00
Restos a Pagar MDE Não Processados, inscritos no exercício. Fontes 540, 541, 542 e 543. Função 12. Subfunções diferentes de 122, 128, 361, 362, 363, 365, 366 e 367 (F)	R\$ 0,00
Restos a Pagar MDE Não Processados, inscritos no exercício. Fontes 540, 541, 542 e 543. Função 12 Subfunções 122, 128, 361, 362, 363, 365, 366 e 367 e elementos 01, 03, 91 e 97. (G)	R\$ 0,00
Demais Obrigações Financeiras 2188 e 2288. Fontes 540, 541, 542 e 543. (H)	R\$ 120.693,67
(In)Disponibilidade Caixa Líquida para pagamento dos Restos a Pagar MDE Não Processados do exercício. Fontes 540, 541, 542 e 543. (I) = A-B-C-D-E-F-G-H	-R\$ 311.353,77
Restos a Pagar MDE Não Processados, inscritos no exercício. Fontes 540, 541, 542 e 543. Função 12. Subfunções 122, 128, 361, 362, 363, 365, 366 e 367 e elementos diferentes de 01, 03, 91 e 97 (J).	R\$ 250,03
Restos a Pagar MDE Não Processados, sem disponibilidade financeira nas Fontes 540, 541, 542 e 543. (K) (Se I<=0, K=J; (Se I>J, K=0, Se não K= J-I)	R\$ 250,03

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF – Limites/Documentações > MDE- Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Quadro: 9.4 - Disp de recursos do Fundeb - Fontes 540, 541 e 542 para pagamento de RP MDE em 31/12

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131, 11133, 11134 e 11135. Fontes 540, 541 e 542. (A).	R\$ 0,00
Restos a Pagar Processados e não pagos, de exercícios anteriores. Fontes 540, 541 e 542 (B)	R\$ 0,00
Restos a Pagar Processados e não pagos, do exercício. Fontes 540, 541 e 542 (C)	R\$ 190.660,10
Restos a Pagar Não Processados, de exercícios anteriores. Fontes 540, 541 e 542. (D)	R\$ 0,00
Restos a Pagar MDE Não Processados, inscritos no exercício. Fontes 540, 541 e 542. Função diferente de 12 (E)	R\$ 0,00
Restos a Pagar MDE Não Processados, inscritos no exercício. Fontes Fontes 540, 541 e 542. Função 12. Subfunções diferentes de 122, 128, 361, 362, 363, 365, 366 e 367 (F)	R\$ 0,00
Restos a Pagar MDE Não Processados, inscritos no exercício. Fontes 540, 541 e 542. Função 12 Subfunções 122, 128, 361, 362, 363, 365, 366 e 367 e elementos 01, 03, 91 e 97. (G)	R\$ 0,00





DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Demais Obrigações Financeiras 2188 e 2288. Fontes 540, 541 e 542. (H)	R\$ 120.693,67
(In)Disponibilidade Caixa Líquida para pagamento dos Restos a Pagar MDE Não Processados do exercício. Fontes 540, 541 e 542. (I) = A-B-C-D-E-F-G-H	-R\$ 311.353,77
Restos a Pagar MDE Não Processados, inscritos no exercício. Fontes 540, 541 e 542. Função 12. Subfunções 122, 128, 361, 362, 363, 365, 366 e 367 e elementos diferentes de 01, 03, 91 e 97 (J).	R\$ 250,03
Restos a Pagar MDE Não Processados, sem disponibilidade financeira nas Fontes 540, 541 e 542. (K) (Se I<=0, K=J; (Se I>J, K=0, Se não K= J-I)	R\$ 250,03

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF – Limites/Documentações > MDE- Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Quadro: 9.5 - Disp de recursos do Fundeb - Fonte 542 para pagamento de RP MDE em 31/12

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131, 11133, 11134 e 11135. Fonte 542. (A).	R\$ 0,00
Restos a Pagar Processados e não pagos, de exercícios anteriores. Fonte 542 (B)	R\$ 0,00
Restos a Pagar Processados e não pagos, do exercício. Fonte 542 (C)	R\$ 0,00
Restos a Pagar Não Processados, de exercícios anteriores. Fonte 542. (D)	R\$ 0,00
Restos a Pagar MDE Não Processados, inscritos no exercício. Fonte 542. Função diferente de 12 (E)	R\$ 0,00
Restos a Pagar MDE Não Processados, inscritos no exercício. Fonte 542. Função 12. Subfunções diferentes de 122, 128, 361, 362, 363, 365, 366 e 367 (F)	R\$ 0,00
Restos a Pagar MDE Não Processados, inscritos no exercício. Fonte 542. Função 12 Subfunções 122, 128, 361, 362, 363, 365, 366 e 367 e elementos 01, 03, 91 e 97. (G)	R\$ 0,00
Demais Obrigações Financeiras 2188 e 2288. Fonte 542. (H)	R\$ 0,00
(In)Disponibilidade Caixa Líquida para pagamento dos Restos a Pagar MDE Não Processados do exercício. Fonte 542. (I) = A-B-C-D-E-F-G-H	R\$ 0,00
Restos a Pagar MDE Não Processados, inscritos no exercício. Fonte 542. Função 12. Subfunções 122, 128, 361, 362, 363, 365, 366 e 367 e elementos diferentes de 01, 03, 91 e 97 (J).	R\$ 0,00
Restos a Pagar MDE Não Processados, sem disponibilidade financeira nas Fonte 542. (K) (Se I<=0, K=J; (Se I>J, K=0, Se não K= J-I)	R\$ 0,00

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF – Limites/Documentações > MDE- Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Quadro: 9.6 - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino (art.212,CF)

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Total da Despesa MDE empenhada no exercício. Fonte de 500.1001, 502.1001 e 718.1001 Função: 12. Exceto Inativos e Pensionista (Elementos 01, 03 e 97) Exceto Natureza de Despesas (3.1.90.91.09, 3.1.90.91.10, 3.1.90.91.12, 3.1.90.91.13, 3.1.90.91.15, 3.1.90.91.16, 3.1.90.91.18, 3.1.90.91.19, 3.1.90.91.23, 3.1.90.91.30, 3.1.90.91.24, 3.1.90.91.31, 3.1.90.91.28, 3.1.90.91.36, 3.1.90.91.29, 3.1.90.91.37, 3.1.90.92.01, 3.1.90.92.03, 3.1.90.94.03, 3.1.90.94.04, 3.1.90.94.06, 3.1.90.94.13 Exceto Modalidade: 71 Função: 28 Subfunção: 843 e 844 (A)	R\$ 6.645.303,73
Restos a Pagar Não Processados de MDE, inscritos no exercício corrente sem suficiente disponibilidade financeira. Fontes 500, 502 e 718 (Conforme quadro 7.2) (B)	R\$ 126.216,95
Despesas que se enquadram como MDE, mas classificadas em outras funções (Inclusão pela Equipe Técnica). (C)	R\$ 0,00
Despesa Bruta da MDE (D) = (A-B+C)	R\$ 6.519.086,78
Recursos Destinados ao FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos (E)	R\$ 6.738.959,94





DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
(-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% (F)	R\$ 0,00
VALOR APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE QUE INTEGRARÁ O LIMITE CONSTITUCIONAL (G)	R\$ 0,00
Cancelamento, no exercício, de Restos a Pagar FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos, inscritos com disponibilidade de recursos vinculados à Educação. Fonte 540 Exceto Inativos e Pensionista (Elementos 01, 03 e 97) Exceto Natureza de Despesas (3.1.90.91.09, 3.1.90.91.10, 3.1.90.91.12, 3.1.90.91.13, 3.1.90.91.15, 3.1.90.91.16, 3.1.90.91.18, 3.1.90.91.19, 3.1.90.91.23, 3.1.90.91.30, 3.1.90.91.24, 3.1.90.91.31, 3.1.90.91.28, 3.1.90.91.36, 3.1.90.91.29, 3.1.90.91.37, 3.1.90.92.01, 3.1.90.92.03, 3.1.90.94.03, 3.1.90.94.04, 3.1.90.94.06, 3.1.90.94.13 Exceto Modalidade: 71 (H)	R\$ 0,00
Cancelamento, no exercício, de Restos a Pagar MDE inscritos com disponibilidade de recursos vinculados à Educação. Fonte 500, 502 e 718 Função 12. Exceto Inativos e Pensionista (Elementos 01, 03 e 97) Exceto Natureza de Despesas (3.1.90.91.09, 3.1.90.91.10, 3.1.90.91.12, 3.1.90.91.13, 3.1.90.91.15, 3.1.90.91.16, 3.1.90.91.18, 3.1.90.91.19, 3.1.90.91.23, 3.1.90.91.30, 3.1.90.91.24, 3.1.90.91.31, 3.1.90.91.28, 3.1.90.91.36, 3.1.90.91.29, 3.1.90.91.37, 3.1.90.92.01, 3.1.90.92.03, 3.1.90.94.03, 3.1.90.94.04, 3.1.90.94.06, 3.1.90.94.13 Exceto Modalidade: 71 (I)	R\$ 22.314,56
Outras Despesas que não se enquadram na MDE (Inclusão pela Equipe Técnica) (J)	R\$ 806.698,59
Total dos recursos aplicados na MDE (K) = (D+E-F+G-H-I-J)	R\$ 12.429.033,57
Receita base da MDE (Conforme Quadro Receita base) (L)	R\$ 41.309.552,63
Percentual aplicado na MDE (M) = (K/L) %	30,08%
Percentual mínimo de aplicação em MDE (N)	25 %
Percentual aplicado a maior (menor) no exercício (O) = (M-N)	5,08%
Situação (P)	REGULAR

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > MDE- Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Quadro: 9.7 - Despesas não consideradas como Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Nº Liquidação	Nº Empenho	Credor	Objeto	Valor
APÊNDICE A	APÊNDICE A	APÊNDICE A	APÊNDICE A	R\$ 806.698,59

APLIC>Informes Mensais>Despesas>Empenhos

Quadro: 9.8 - Despesas Empenhadas que se enquadram como MDE classificadas em outras funções

Nº Liquidação	Nº Empenho	Função	Subfunção	Fonte	Elemento	Objeto	Valor
							R\$ 0,00

APLIC>Informes Mensais>Despesas>Empenhos





Quadro: 9.9 - Receita do Fundeb

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Fundeb - Principal (1.7.5.1.50.0) Fonte 1.540 (A)	R\$ 10.134.519,48
Fundeb - Rendimento de Aplicação Financeira (1.3.2.1.01.0, 1.3.2.1.02.0, 1.3.2.1.03.0, 1.3.2.1.05.0, 1.3.2.9.99.0, 1.9.2.2.51.0) Fonte 1.540 (B)	R\$ 37.637,62
Total recursos recebidos do Fundeb e Rendimentos de Aplicação Financeira (C) = A + B	R\$ 10.172.157,10
Fundeb - Complementação da União - VAAF - Principal (1.7.5.1.51.0) Fonte 1.541 (D)	R\$ 0,00
Fundeb - Complementação da União - VAAF - Rendimento Aplicação Financeira (1.3.2.1.01.0, 1.3.2.1.02.0, 1.3.2.1.03.0, 1.3.2.1.05.0, 1.3.2.9.99.0, 1.9.2.2.51.0) Fonte 1.541 (E)	R\$ 0,00
Total recursos recebidos do Fundeb - Complementação União - VAAF (F) = D + E	R\$ 0,00
Fundeb - Complementação da União - VAAT - Principal (1.7.1.5.50.0) Fonte 1.542 (G)	R\$ 0,00
Fundeb - Complementação da União - VAAT - Rendimento Aplicação Financeira (1.3.2.1.01.0, 1.3.2.1.02.0, 1.3.2.1.03.0, 1.3.2.1.05.0, 1.3.2.9.99.0, 1.9.2.2.51.0). Fonte 1.542 (H)	R\$ 0,00
Total recursos recebidos do Fundeb - Complementação União - VAAT (I) = G + H	R\$ 0,00
Fundeb - Complementação da União - VAAR - Principal (1.7.1.5.52.0.0). Fonte 1.543 (J)	R\$ 0,00
Fundeb - Complementação da União - VAAR - Rendimento Aplicação Financeira (1.3.2.1.01.0, 1.3.2.1.02.0, 1.3.2.1.03.0, 1.3.2.1.05.0, 1.3.2.9.99.0, 1.9.2.2.51.0). Fonte 1.543 (K)	R\$ 0,00
Total recursos recebidos do Fundeb - Complementação União - VAAR (L) = J + K	R\$ 0,00
Total Receita Recebida do Fundeb no exercício (M) = (C + F + I + L)	R\$ 10.172.157,10

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF – Limites/Documentações > MDE- Manutenção e Desenvolvimento do Ensino





Quadro: 9.10 - Despesa do Fundeb

DESCRIÇÃO	EMPENHADO (R\$)	LIQUIDADADO (R\$)	PAGO (R\$)
Recursos do Fundeb - Impostos e Transferências de Impostos. Fonte 1.540 (A) = B+C+D	R\$ 10.974.961,80	R\$ 10.974.711,77	R\$ 10.784.051,67
1. Educação Infantil (365) Elementos de despesas diferentes de 01, 03 e 97 Exceto Natureza de Despesas (3.1.90.91.09, 3.1.90.91.10, 3.1.90.91.12, 3.1.90.91.13, 3.1.90.91.15, 3.1.90.91.16, 3.1.90.91.18, 3.1.90.91.19, 3.1.90.91.23, 3.1.90.91.30, 3.1.90.91.24, 3.1.90.91.31, 3.1.90.91.28, 3.1.90.91.36, 3.1.90.91.29, 3.1.90.91.37, 3.1.90.92.01, 3.1.90.92.03, 3.1.90.94.03, 3.1.90.94.04, 3.1.90.94.06, 3.1.90.94.13 Modalidade de Aplicação diferente 71 (B)	R\$ 3.065.422,28	R\$ 3.065.422,28	R\$ 3.008.405,98
2. Ensino Fundamental (361) Elementos de despesas diferentes de 01, 03 e 97 Exceto Natureza de Despesas (3.1.90.91.09, 3.1.90.91.10, 3.1.90.91.12, 3.1.90.91.13, 3.1.90.91.15, 3.1.90.91.16, 3.1.90.91.18, 3.1.90.91.19, 3.1.90.91.23, 3.1.90.91.30, 3.1.90.91.24, 3.1.90.91.31, 3.1.90.91.28, 3.1.90.91.36, 3.1.90.91.29, 3.1.90.91.37, 3.1.90.92.01, 3.1.90.92.03, 3.1.90.94.03, 3.1.90.94.04, 3.1.90.94.06, 3.1.90.94.13 Modalidade de Aplicação diferente 71 (C)	R\$ 7.909.539,52	R\$ 7.909.289,49	R\$ 7.775.645,69
3. Outras subfunções Elementos de despesas diferentes de 01, 03 e 97 Exceto Natureza de Despesas (3.1.90.91.09, 3.1.90.91.10, 3.1.90.91.12, 3.1.90.91.13, 3.1.90.91.15, 3.1.90.91.16, 3.1.90.91.18, 3.1.90.91.19, 3.1.90.91.23, 3.1.90.91.30, 3.1.90.91.24, 3.1.90.91.31, 3.1.90.91.28, 3.1.90.91.36, 3.1.90.91.29, 3.1.90.91.37, 3.1.90.92.01, 3.1.90.92.03, 3.1.90.94.03,	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00





DESCRIÇÃO	EMPENHADO (R\$)	LIQUIDADADO (R\$)	PAGO (R\$)
3.1.90.94.04, 3.1.90.94.06, 3.1.90.94.13 Modalidade de Aplicação diferente 71 (D)			
Recursos do Fundeb - Complementação da União - VAAF. Fonte 1.541 (E) = F+G+H	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1. Educação Infantil (365) Elementos de despesas diferentes de 01, 03 e 97 Exceto Natureza de Despesas (3.1.90.91.09, 3.1.90.91.10, 3.1.90.91.12, 3.1.90.91.13, 3.1.90.91.15, 3.1.90.91.16, 3.1.90.91.18, 3.1.90.91.19, 3.1.90.91.23, 3.1.90.91.30, 3.1.90.91.24, 3.1.90.91.31, 3.1.90.91.28, 3.1.90.91.36, 3.1.90.91.29, 3.1.90.91.37, 3.1.90.92.01, 3.1.90.92.03, 3.1.90.94.03, 3.1.90.94.04, 3.1.90.94.06, 3.1.90.94.13 Modalidade de Aplicação diferente 71 (F)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2. Ensino Fundamental (361) Elementos de despesas diferentes de 01, 03 e 97 Exceto Natureza de Despesas (3.1.90.91.09, 3.1.90.91.10, 3.1.90.91.12, 3.1.90.91.13, 3.1.90.91.15, 3.1.90.91.16, 3.1.90.91.18, 3.1.90.91.19, 3.1.90.91.23, 3.1.90.91.30, 3.1.90.91.24, 3.1.90.91.31, 3.1.90.91.28, 3.1.90.91.36, 3.1.90.91.29, 3.1.90.91.37, 3.1.90.92.01, 3.1.90.92.03, 3.1.90.94.03, 3.1.90.94.04, 3.1.90.94.06, 3.1.90.94.13 Modalidade de Aplicação diferente 71 (G)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3. Outras subfunções Elementos de despesas diferentes de 01, 03 e 97 Exceto Natureza de Despesas (3.1.90.91.09, 3.1.90.91.10, 3.1.90.91.12, 3.1.90.91.13, 3.1.90.91.15, 3.1.90.91.16, 3.1.90.91.18, 3.1.90.91.19, 3.1.90.91.23, 3.1.90.91.30, 3.1.90.91.24, 3.1.90.91.31, 3.1.90.91.28, 3.1.90.91.36, 3.1.90.91.29, 3.1.90.91.37, 3.1.90.92.01, 3.1.90.92.03, 3.1.90.94.03,	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00





DESCRIÇÃO	EMPENHADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)	PAGO (R\$)
3.1.90.94.04, 3.1.90.94.06, 3.1.90.94.13 Modalidade de Aplicação diferente 71 (H)			
Recursos do Fundeb - Complementação da União - VAAT. Fonte 1.542 (I)=J+K+L	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1. Educação Infantil (365) Elementos de despesas diferentes de 01, 03 e 97 Exceto Natureza de Despesas (3.1.90.91.09, 3.1.90.91.10, 3.1.90.91.12, 3.1.90.91.13, 3.1.90.91.15, 3.1.90.91.16, 3.1.90.91.18, 3.1.90.91.19, 3.1.90.91.23, 3.1.90.91.30, 3.1.90.91.24, 3.1.90.91.31, 3.1.90.91.28, 3.1.90.91.36, 3.1.90.91.29, 3.1.90.91.37, 3.1.90.92.01, 3.1.90.92.03, 3.1.90.94.03, 3.1.90.94.04, 3.1.90.94.06, 3.1.90.94.13 Modalidade de Aplicação diferente 71 (J)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2. Ensino Fundamental (361) Elementos de despesas diferentes de 01, 03 e 97 Exceto Natureza de Despesas (3.1.90.91.09, 3.1.90.91.10, 3.1.90.91.12, 3.1.90.91.13, 3.1.90.91.15, 3.1.90.91.16, 3.1.90.91.18, 3.1.90.91.19, 3.1.90.91.23, 3.1.90.91.30, 3.1.90.91.24, 3.1.90.91.31, 3.1.90.91.28, 3.1.90.91.36, 3.1.90.91.29, 3.1.90.91.37, 3.1.90.92.01, 3.1.90.92.03, 3.1.90.94.03, 3.1.90.94.04, 3.1.90.94.06, 3.1.90.94.13 Modalidade de Aplicação diferente 71 (K)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3. Outras subfunções Elementos de despesas diferentes de 01, 03 e 97 Exceto Natureza de Despesas (3.1.90.91.09, 3.1.90.91.10, 3.1.90.91.12, 3.1.90.91.13, 3.1.90.91.15, 3.1.90.91.16, 3.1.90.91.18, 3.1.90.91.19, 3.1.90.91.23, 3.1.90.91.30, 3.1.90.91.24, 3.1.90.91.31, 3.1.90.91.28, 3.1.90.91.36, 3.1.90.91.29, 3.1.90.91.37, 3.1.90.92.01, 3.1.90.92.03, 3.1.90.94.03,	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00





DESCRIÇÃO	EMPENHADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)	PAGO (R\$)
3.1.90.94.04, 3.1.90.94.06, 3.1.90.94.13 Modalidade de Aplicação diferente 71 (L)			
Recursos do Fundeb - Complementação da União - VAAR. Fonte 1.543 (M)= N+O+P	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1. Educação Infantil (365) Elementos de despesas diferentes de 01, 03 e 97 Exceto Natureza de Despesas (3.1.90.91.09, 3.1.90.91.10, 3.1.90.91.12, 3.1.90.91.13, 3.1.90.91.15, 3.1.90.91.16, 3.1.90.91.18, 3.1.90.91.19, 3.1.90.91.23, 3.1.90.91.30, 3.1.90.91.24, 3.1.90.91.31, 3.1.90.91.28, 3.1.90.91.36, 3.1.90.91.29, 3.1.90.91.37, 3.1.90.92.01, 3.1.90.92.03, 3.1.90.94.03, 3.1.90.94.04, 3.1.90.94.06, 3.1.90.94.13 Modalidade de Aplicação diferente 71 (N)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2. Ensino Fundamental (361) Elementos de despesas diferentes de 01, 03 e 97 Exceto Natureza de Despesas (3.1.90.91.09, 3.1.90.91.10, 3.1.90.91.12, 3.1.90.91.13, 3.1.90.91.15, 3.1.90.91.16, 3.1.90.91.18, 3.1.90.91.19, 3.1.90.91.23, 3.1.90.91.30, 3.1.90.91.24, 3.1.90.91.31, 3.1.90.91.28, 3.1.90.91.36, 3.1.90.91.29, 3.1.90.91.37, 3.1.90.92.01, 3.1.90.92.03, 3.1.90.94.03, 3.1.90.94.04, 3.1.90.94.06, 3.1.90.94.13 Modalidade de Aplicação diferente 71 (O)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3. Outras subfunções Elementos de despesas diferentes de 01, 03 e 97 Exceto Natureza de Despesas (3.1.90.91.09, 3.1.90.91.10, 3.1.90.91.12, 3.1.90.91.13, 3.1.90.91.15, 3.1.90.91.16, 3.1.90.91.18, 3.1.90.91.19, 3.1.90.91.23, 3.1.90.91.30, 3.1.90.91.24, 3.1.90.91.31, 3.1.90.91.28, 3.1.90.91.36, 3.1.90.91.29, 3.1.90.91.37, 3.1.90.92.01, 3.1.90.92.03, 3.1.90.94.03,	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00





DESCRIÇÃO	EMPENHADO (R\$)	LIQUIDADADO (R\$)	PAGO (R\$)
3.1.90.94.04, 3.1.90.94.06, 3.1.90.94.13 Modalidade de Aplicação diferente 71 (P)			
Total das despesas custeadas com recursos do Fundeb do exercício (Q) = A+E+I+M	R\$ 10.974.961,80	R\$ 10.974.711,77	R\$ 10.784.051,67
Recursos do Superávit Financeiro do Fundeb - Impostos e Transferências de Impostos. Fonte 2.540 (R) = S+T+U	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1. Educação Infantil (365) Elementos de despesas diferentes de 01, 03 e 97 Exceto Natureza de Despesas (3.1.90.91.09, 3.1.90.91.10, 3.1.90.91.12, 3.1.90.91.13, 3.1.90.91.15, 3.1.90.91.16, 3.1.90.91.18, 3.1.90.91.19, 3.1.90.91.23, 3.1.90.91.30, 3.1.90.91.24, 3.1.90.91.31, 3.1.90.91.28, 3.1.90.91.36, 3.1.90.91.29, 3.1.90.91.37, 3.1.90.92.01, 3.1.90.92.03, 3.1.90.94.03, 3.1.90.94.04, 3.1.90.94.06, 3.1.90.94.13 Modalidade de Aplicação diferente 71 (S)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2. Ensino Fundamental (361) Elementos de despesas diferentes de 01, 03 e 97 Exceto Natureza de Despesas (3.1.90.91.09, 3.1.90.91.10, 3.1.90.91.12, 3.1.90.91.13, 3.1.90.91.15, 3.1.90.91.16, 3.1.90.91.18, 3.1.90.91.19, 3.1.90.91.23, 3.1.90.91.30, 3.1.90.91.24, 3.1.90.91.31, 3.1.90.91.28, 3.1.90.91.36, 3.1.90.91.29, 3.1.90.91.37, 3.1.90.92.01, 3.1.90.92.03, 3.1.90.94.03, 3.1.90.94.04, 3.1.90.94.06, 3.1.90.94.13 Modalidade de Aplicação diferente 71 (T)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3. Outras subfunções Elementos de despesas diferentes de 01, 03 e 97 Exceto Natureza de Despesas (3.1.90.91.09, 3.1.90.91.10, 3.1.90.91.12, 3.1.90.91.13, 3.1.90.91.15, 3.1.90.91.16, 3.1.90.91.18, 3.1.90.91.19, 3.1.90.91.23,			





DESCRIÇÃO	EMPENHADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)	PAGO (R\$)
3.1.90.91.30, 3.1.90.91.24, 3.1.90.91.31, 3.1.90.91.28, 3.1.90.91.36, 3.1.90.91.29, 3.1.90.91.37, 3.1.90.92.01, 3.1.90.92.03, 3.1.90.94.03, 3.1.90.94.04, 3.1.90.94.06, 3.1.90.94.13 Modalidade de Aplicação diferente 71 (U)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Recursos do Superávit Financeiro do Fundeb - Complementação da União - VAAF/VAAT/VAAR. Fontes 2.541 / 2.542 / 2.543 (V) = W+X+Y	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1. Educação Infantil (365) Elementos de despesas diferentes de 01, 03 e 97 Exceto Natureza de Despesas (3.1.90.91.09, 3.1.90.91.10, 3.1.90.91.12, 3.1.90.91.13, 3.1.90.91.15, 3.1.90.91.16, 3.1.90.91.18, 3.1.90.91.19, 3.1.90.91.23, 3.1.90.91.30, 3.1.90.91.24, 3.1.90.91.31, 3.1.90.91.28, 3.1.90.91.36, 3.1.90.91.29, 3.1.90.91.37, 3.1.90.92.01, 3.1.90.92.03, 3.1.90.94.03, 3.1.90.94.04, 3.1.90.94.06, 3.1.90.94.13 Modalidade de Aplicação diferente 71 (W)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2. Ensino Fundamental (361) Elementos de despesas diferentes de 01, 03 e 97 Exceto Natureza de Despesas (3.1.90.91.09, 3.1.90.91.10, 3.1.90.91.12, 3.1.90.91.13, 3.1.90.91.15, 3.1.90.91.16, 3.1.90.91.18, 3.1.90.91.19, 3.1.90.91.23, 3.1.90.91.30, 3.1.90.91.24, 3.1.90.91.31, 3.1.90.91.28, 3.1.90.91.36, 3.1.90.91.29, 3.1.90.91.37, 3.1.90.92.01, 3.1.90.92.03, 3.1.90.94.03, 3.1.90.94.04, 3.1.90.94.06, 3.1.90.94.13 Modalidade de Aplicação diferente 71 (X)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3. Outras subfunções Elementos de despesas diferentes de 01, 03 e 97 Exceto Natureza de Despesas (3.1.90.91.09, 3.1.90.91.10, 3.1.90.91.12,			





DESCRIÇÃO	EMPENHADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)	PAGO (R\$)
3.1.90.91.13, 3.1.90.91.15, 3.1.90.91.16, 3.1.90.91.18, 3.1.90.91.19, 3.1.90.91.23, 3.1.90.91.30, 3.1.90.91.24, 3.1.90.91.31, 3.1.90.91.28, 3.1.90.91.36, 3.1.90.91.29, 3.1.90.91.37, 3.1.90.92.01, 3.1.90.92.03, 3.1.90.94.03, 3.1.90.94.04, 3.1.90.94.06, 3.1.90.94.13 Modalidade de Aplicação diferente 71 (Y)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total das despesas custeadas com recursos do Superávit Financeiro do Fundeb (Z) = R+V	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF – Limites/Documentações > MDE- Manutenção e Desenvolvimento do Ensino





Quadro: 9.11 - Indicadores do Fundeb

Indicador	Valor Empenhado (a) R\$	Inscrição de Restos a Pagar sem disponibilidade Financeira - FUNDEB (b) R\$	Valor Aplicado (c) = a-b R\$	Receita Base (R\$)	Percentual	Situação
Remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício (CF/88, Art. 212-A, XI. Fontes 1.540, 1.541 e 1.542 Função 12. Natureza de despesa 1. Elementos despesas <> de 01, 03 e 97 Exceto Natureza de Despesas (3.1.90.91.09, 3.1.90.91.10, 3.1.90.91.12, 3.1.90.91.13, 3.1.90.91.15, 3.1.90.91.16, 3.1.90.91.18, 3.1.90.91.19, 3.1.90.91.23, 3.1.90.91.30, 3.1.90.91.24, 3.1.90.91.31, 3.1.90.91.28, 3.1.90.91.36, 3.1.90.91.29, 3.1.90.91.37, 3.1.90.92.01, 3.1.90.92.03, 3.1.90.94.03, 3.1.90.94.04, 3.1.90.94.06, 3.1.90.94.13) Exceto Modalidade: 71 (Mínimo 70%)	R\$ 10.974.961,80	R\$ 250,03	R\$ 10.974.711,77	R\$ 10.172.157,10	107,89%	REGULAR
Aplicação da complementação da União (VAAT) em despesa de capital (CF/88, Art. 212-A, XI). Fonte 1.542. Função 12. Categoria Econômica 4 Exceto Modalidade: 71 (Mínimo 15%)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	REGULAR
Aplicação da complementação da União (VAAT) na educação infantil (CF/88, Art. 212-A, § 3º). Fonte 1.542. Subfunção 365. Elementos despesas <> de 01, 03 e 97 Exceto Natureza de Despesas (3.1.90.91.09, 3.1.90.91.10, 3.1.90.91.12, 3.1.90.91.13, 3.1.90.91.15, 3.1.90.91.16, 3.1.90.91.18, 3.1.90.91.19, 3.1.90.91.23, 3.1.90.91.30, 3.1.90.91.24, 3.1.90.91.31, 3.1.90.91.28, 3.1.90.91.36, 3.1.90.91.29, 3.1.90.91.37, 3.1.90.92.01, 3.1.90.92.03, 3.1.90.94.03, 3.1.90.94.04, 3.1.90.94.06,	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	REGULAR





Indicador	Valor Empenhado (a) R\$	Inscrição de Restos a Pagar sem disponibilidade Financeira - FUNDEB (b) R\$	Valor Aplicado (c) = a-b R\$	Receita Base (R\$)	Percentual	Situação
3.1.90.94.13) Exceto Modalidade: 71 (Mínimo de 50%)						

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF – Limites/Documentações > MDE- Manutenção e Desenvolvimento do Ensino > Aba: Indicadores do FUNDEB

Quadro: 9.12 - [AUXILIAR] Cálculos - FUNDEB

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Recursos recebidos do Fundeb e Rendimentos de Aplicação Financeira (Fonte: 1.540) (A)	R\$ 10.172.157,10
Recursos recebidos do Fundeb - Complementação União - VAAF (Fonte: 1.541) (B)	R\$ 0,00
Recursos recebidos do Fundeb - Complementação União - VAAT (Fonte: 1.542) (C)	R\$ 0,00
Receita Base - Remuneração dos Profissionais Educação - 70% (Fontes: 1.540, 1.541 e 1.542) (D)=A+B+C	R\$ 10.172.157,10
Recursos recebidos do Fundeb - Complementação União - VAAR (Fonte: 1.543) (E)	R\$ 0,00
Total Receita FUNDEB - Exercício (Fontes: 1.540, 1.541, 1.542 e 1.543) (F)= D+E	R\$ 10.172.157,10
Despesas Empenhadas com Recursos do FUNDEB do Exercício (Fontes 1.540, 1.541, 1.542 e 1.543) (G)	R\$ 10.974.961,80
Desp. empenhadas (FUNDEB) em valor superior ao total das receitas recebidas no exercício.(H)=(se (G-F)<=0; 0; G-F)	R\$ 802.804,70

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF – Limites/Documentações > MDE- Manutenção e Desenvolvimento do Ensino>Aba: Indicadores do FUNDEB

Quadro: 9.13 - FUNDEB - Receita Recebida e não aplicada no Exercício

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Receita Recebida no Exercício (FUNDEB) - Fontes: 1.540, 1.541, 1.542 e 1.543 (A)	R\$ 10.172.157,10
Despesas Empenhada no Exercício (FUNDEB) - Fontes: 1.540, 1.541, 1.542 e 1.543 (B)	R\$ 10.974.961,80
RP FUNDEB inscrito sem Disponibilidade - Fontes 1.540, 1.541, 1.542 e 1.543 (C)	R\$ 250,03
Desp Empenhada (FUNDEB) superior ao total das receitas recebidas no exercício (D)	R\$ 802.804,70
Vlr. Máximo Permitido (E) A*10%	R\$ 1.017.215,71
Vlr. Não Aplicado (F)= A-(B-D)	R\$ 0,00
Vlr. Não Aplicado após ajustes (G) = F+(se(C-D<=0;0;C-D))	R\$ 0,00
Vlr. Não Aplicado excedente ao Máximo de 10% (H)= (se(G-	





DESCRIÇÃO	VALOR R\$
E<=0; 0; G-E)	R\$ 0,00

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF – Limites/Documentações > MDE- Manutenção e Desenvolvimento do Ensino>Aba: Indicadores do FUNDEB

Quadro: 9.14 - [AUXILIAR] - CANCELAMENTO RESTOS A PAGAR MDE COM DISPONIBILIDADE DE RECURSOS

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
SALDO INICIAL DAS DISPONIBILIDADES - Fontes 500, 502 e 718 (A)	R\$ 292.668,57
CANCELAMENTOS RESTOS A PAGAR MDE - Fontes 500, 502 e 718 (B)	R\$ 22.314,56
CANCELAMENTO RPP MDE INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE RECURSOS - Fontes 500, 502 e 718 (C)= se A<=0;0; se(A>B);B;A)	R\$ 22.314,56
SALDO INICIAL DAS DISPONIBILIDADES - Fonte 540 (D)	R\$ 119.474,13
CANCELAMENTOS RESTOS A PAGAR MDE - Fonte 540 (E)	R\$ 0,00
CANCELAMENTO RPP MDE INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE RECURSOS - Fonte 540 (F)=se D<=0;0; se (D>E);E;D)	R\$ 0,00

APLIC





Anexo: 10 - SAÚDE

Quadro: 10.1 - Receita base para verificação da aplicação mínima de recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Receitas Resultantes de Impostos (I)	R\$ 6.558.649,79
IPTU - Imposto s/ Propriedade Territorial Urbana (Art. 156, I, da CF/88)	R\$ 546.810,62
ITBI - Imposto s/ Transmissão de Bens "Inter Vivos" (Art. 156, II, da CF/88)	R\$ 1.436.801,72
ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (Art. 156, III, da CF/88)	R\$ 2.392.563,46
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte (Art. 158, I, da CF/88)	R\$ 1.962.129,47
ITR - Imposto Territorial Rural (Art. 158, II c/c Art. 153, § 4º, III, da CF/88)	R\$ 0,00
Multas e Juros provenientes de Impostos (DA TCE-MT nº 16/2005)	R\$ 35.711,01
Dívida Ativa de Impostos (DA TCE-MT nº 16/2005)	R\$ 164.889,25
Multas e Juros provenientes de Dívida Ativa de Impostos (DA TCE-MT nº 16/2005)	R\$ 19.744,26
Transferências (II)	R\$ 33.714.295,65
Cota - Parte FPM - Fundo de Participação dos Municípios (Art. 159, I, "b", da CF/88)	R\$ 13.973.812,56
Cota - Parte ITR (Art. 158, II, da CF/88)	R\$ 2.002.192,91
Cota - Parte IPVA (Art. 158, III, da CF/88)	R\$ 2.271.379,77
Cota - Parte ICMS (Art. 158, IV, da CF/88)	R\$ 15.350.731,98
Cota - Parte IPI Exportação (Art. 159, § 3º, da CF/88 c/c LC 61/89)	R\$ 76.510,95
ICMS - Desoneração (Lei Complementar nº 87/96 - Lei Kandir)	R\$ 0,00
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais (LC 194/2022)	R\$ 39.667,48
Total da Receita base - ASPS (III) = (I+II)	R\$ 40.272.945,44
Valor mínimo para aplicação na ASPS (15% de III)	R\$ 6.040.941,81

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF – Limites/Documentações > ASPS – Ações e Serviços Públicos de Saúde

Quadro: 10.2 - Disponibilidade financeira de recursos próprios para pagamento dos Restos a Pagar das ASPS em 31/12

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131, 11133, 11134 e 11135. Fontes 500 e 502. (A)	R\$ 2.155.421,75
Restos a Pagar Processados e não pagos, de exercícios anteriores. Fontes 500 e 502 (B)	R\$ 0,00
Restos a Pagar Processados e não pagos, do exercício. Fontes 500 e 502 (C)	R\$ 980.902,96
Restos a Pagar Não Processados, de exercícios anteriores. Fontes 500 e 502 (D)	R\$ 51.106,35
Restos a Pagar ASPS Não Processados, inscritos no exercício. Fontes 500 e 502. Função diferente de 10 (E)	R\$ 1.007.852,86
Restos a Pagar ASPS Não Processados, inscritos no exercício. Fontes 500 e 502. Função 10 com Elementos 01, 03, 91 e 97 (F)	R\$ 0,00
Demais Obrigações Financeiras 2188 e 2288. Fontes 500 e 502 (G)	R\$ 98.369,10
(In)Disponibilidade Caixa Líquida das Fontes 500 e 502 para pagamento dos Restos a Pagar ASPS Não Processados do exercício. Fontes 500 e 502 e Função 10 (H) = A-B-C-D-E-F-G	R\$ 17.190,48
Restos a Pagar ASPS Não Processados, inscritos no exercício. Fontes 500 e 502. Função 10. Exceto Elementos 01, 03, 91 e 97 (I)	R\$ 211.591,32
Restos a Pagar ASPS Processados e não pagos, sem disponibilidade financeira na Fontes de Recursos 500 e 502. (J) (Se H<=0, J=I; (Se H>I, J=0, Se não J= I-H))	R\$ 194.400,84





APLIC > Informes Mensais > CF/LRF – Limites/Documentações > ASPS – Ações e Serviços Públicos de Saúde

Quadro: 10.3 - Cálculo da aplicação de recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (art.198 CF)

Descrição	Valor executado no Ente (a) (R\$)	Valor executado em Consórcio (b) (R\$)
Despesas empenhada na Função 10. Fontes/destinação de Recursos 500.1002000 e 502.1002000 (A)	R\$ 9.031.208,07	R\$ 0,00
Despesas empenhadas na Função 10. Fontes/destinação de Recursos 500.1002000 e 502.1002000, mas que não se enquadram em ASPS no exercício (B)	R\$ 345.527,56	R\$ 0,00
Restos a Pagar Processados e Não Processados da Saúde inscritos no exercício corrente sem suficiente disponibilidade financeira (Conforme Quadro 8.2) (C)	R\$ 194.400,84	R\$ 0,00
Outras despesas Empenhadas que se enquadram como ASPS. Fontes/ destinação de Recursos 500 e 502 (D)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Subtotal despesas com ASPS empenhada na Função 10. Fontes /destinação de Recursos 500 e 502 (E) = A-B-C+D	R\$ 8.491.279,67	R\$ 0,00
Cancelamento, no exercício, de Restos a Pagar de ASPS, inscritos em exercícios anteriores, com Disponibilidade de recursos vinculados à Saúde. Função 10 e Fontes/destinação de Recursos 500 e 502 Elementos de despesa diferentes 01, 03, 91 e 97. (F)	R\$ 48.413,33	R\$ 0,00
Outras Despesas Empenhadas que não se enquadram nas ASPS (Inclusão pela Equipe Técnica) (G)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total dos recursos aplicados nas ASPS (H) = ((Ea+Eb) - (Fa+Fb) - (Ga+Gb))	R\$ 8.442.866,34	
Receita base das ASPS (Conforme Quadro 8.1) (I)	R\$ 40.272.945,44	
Percentual aplicado nas ASPS (J) = (H/I) %	20,96%	
Percentual mínimo de aplicação nas ASPS (K)	15%	
Percentual aplicado a maior (menor) no exercício (L) = (H-K)	5,96%	
Situação (M)	REGULAR	

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF – Limites/Documentações > ASPS – Ações e Serviços Públicos de Saúde





Quadro: 10.4 - Despesas não consideradas como Ações e Serviços Públicos de Saúde

Nº Liquidação	Nº Empenho	Credor	Objeto	Valor
				R\$ 0,00

APLIC>Informes Mensais>Despesas>Empenhos





Quadro: 10.5 - Outras despesas Empenhadas que se enquadram como ASPS. Fonte/ destinação de Recursos 500 e 502

Nº Liquidação	Nº Empenho	Função	Subfunção	Fonte	Elemento	Objeto	Valor
							R\$ 0,00

APLIC> Informes Mensais > Despesas > Empenhos





Anexo: 11 - PESSOAL

Quadro: 11.1 - Gastos com Pessoal - Poderes Executivo e Legislativo (Arts. 18 a 22 da LRF)

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(ÚLTIMOS 12 MESES)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
1 - DESPESA BRUTA COM PESSOAL = (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4)	R\$ 39.861.567,53	R\$ 557.354,51
1.1 - Pessoal Ativo	R\$ 31.304.975,11	R\$ 91.976,91
1.2 - Pessoal Inativo e Pensionista	R\$ 4.459.917,05	R\$ 0,00
1.3 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	R\$ 4.096.675,37	R\$ 465.377,60
1.4 - Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2 - DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) = (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5 + 2.6)	R\$ 4.459.917,05	R\$ 0,00
2.1 - Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.2 - Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3 - Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.4 - Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	R\$ 4.459.917,05	R\$ 0,00
2.5 - Despesas com recursos da fonte 604 (Art. 198, §11, CF/88)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.6 - Outras Deduções lançadas pela Equipe Técnica	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3 - DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL = (1-2)	R\$ 35.401.650,48	R\$ 557.354,51
4 - DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP - STN (3a + 3b)	R\$ 35.959.004,99	

Relatório de Contas Anuais de Governo - Anexo: Pessoal - Quadro: Gastos com Pessoal Detalhado.

Quadro: 11.2 - Gastos com Pessoal - Poder Executivo (Arts. 18 a 22 LRF)

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(ÚLTIMOS 12 MESES)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
1 - DESPESA BRUTA COM PESSOAL = (1.1 + 1.2 + 1.3)	R\$ 38.702.709,12	R\$ 557.354,51
1.1 - Pessoal Ativo	R\$ 30.146.116,70	R\$ 91.976,91
1.2 - Pessoal Inativo e Pensionista	R\$ 4.459.917,05	R\$ 0,00
1.3 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	R\$ 4.096.675,37	R\$ 465.377,60
1.4 Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2 - DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) = (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5)	R\$ 4.459.917,05	R\$ 0,00
2.1 - Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	R\$ 0,00	R\$ 0,00





DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(ÚLTIMOS 12 MESES)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
2.2 - Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3 - Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.4 - Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	R\$ 4.459.917,05	R\$ 0,00
2.5 - Despesas com recursos da fonte 604 (Art. 198, §11, CF/88)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.6 - Outras Deduções lançadas pela Equipe Técnica	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3 - DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL = (1-2)	R\$ 34.242.792,07	R\$ 557.354,51
4 - DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP (3a + 3b)	R\$ 34.800.146,58	

Relatório de Contas Anuais de Governo - Anexo: Pessoal - Quadro: Gastos com Pessoal Detalhado

Quadro: 11.3 - Apuração do Cumprimento do Limite Legal Individual - MCASP - STN

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	EXECUTIVO	LEGISLATIVO
DTP (I)	R\$ 35.959.004,99	R\$ 34.800.146,58	R\$ 1.158.858,41
RCL Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal (II)	R\$ 68.197.533,70		
% sobre a RCL Ajustada (III) = I / II x 100	52,72%	51,02%	1,69%
LIMITE MÁXIMO (inciso III do art. 20 da LRF)	60%	54%	6%
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF)	57%	51,30%	5,70%

Relatório de Contas Anuais de Governo - Anexo: Pessoal - Quadro - Gastos com Pessoal Detalhado.





Quadro: 11.4 - Gastos com Pessoal - Detalhado

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS CONSOLIDADAS		EXECUTIVO		LEGISLATIVO	
	(últimos 12 meses)		(últimos 12 meses).		(últimos 12 meses),	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS.	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS.	LIQUIDADAS_	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS_
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	R\$ 39.861.567,53	R\$ 557.354,51	R\$ 38.702.709,12	R\$ 557.354,51	R\$ 1.158.858,41	R\$ 0,00
1. Pessoal Ativo	R\$ 31.304.975,11	R\$ 91.976,91	R\$ 30.146.116,70	R\$ 91.976,91	R\$ 1.158.858,41	R\$ 0,00
1.1 Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis:	R\$ 25.964.367,17	R\$ 17.286,96	R\$ 25.011.911,50	R\$ 17.286,96	R\$ 952.455,67	R\$ 0,00
1.2 Obrigações Patronais:	R\$ 5.340.607,94	R\$ 74.689,95	R\$ 5.134.205,20	R\$ 74.689,95	R\$ 206.402,74	R\$ 0,00
1.3 Outros Valores acrescidos pela Equipe	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2. Pessoal Inativo e Pensionistas	R\$ 4.459.917,05	R\$ 0,00	R\$ 4.459.917,05	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.1 Aposentadorias, Reserva e Reformas:	R\$ 3.986.584,22	R\$ 0,00	R\$ 3.986.584,22	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.2 Pensões:	R\$ 473.332,83	R\$ 0,00	R\$ 473.332,83	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3 Outros Valores acrescidos pela Equipe	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3 Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Terceirização (§1º do art. 18 da LRF):	R\$ 4.096.675,37	R\$ 465.377,60	R\$ 4.096.675,37	R\$ 465.377,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4 Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5 DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	R\$ 4.459.917,05	R\$ 0,00	R\$ 4.459.917,05	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5.1 Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária:	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5.2 Decorrentes de Decisão Judicial de						





DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS CONSOLIDADAS		EXECUTIVO		LEGISLATIVO	
	(últimos 12 meses)		(últimos 12 meses).		(últimos 12 meses),	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS.	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS.	LIQUIDADAS_	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS_
período anterior ao da apuração:	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5.3 Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração:	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5.4 Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	R\$ 4.459.917,05	R\$ 0,00	R\$ 4.459.917,05	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5.5 Despesas com recursos da fonte 604 (Art. 198 §11, CF/88)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5.6 Outras Deduções Lançadas pela Equipe	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 35.401.650,48	R\$ 557.354,51	R\$ 34.242.792,07	R\$ 557.354,51	R\$ 1.158.858,41	R\$ 0,00
DTP	R\$ 35.959.004,99		R\$ 34.800.146,58		R\$ 1.158.858,41	

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF – Limites/Documentações > Despesa com Pessoal (Preliminar)





Anexo: 12 - REPASSE À CÂMARA MUNICIPAL

Quadro: 12.1 - Limite de repasse para a Câmara Municipal. Receita Base (art. 29-A, CF)

ESPECIFICAÇÃO	VALOR R\$
Receitas Tributárias	R\$ 6.765.368,88
Impostos	R\$ 5.772.651,34
IPTU	R\$ 639.489,39
IRRF	R\$ 1.784.017,12
ITBI	R\$ 1.102.330,55
ISSQN	R\$ 2.246.814,28
TAXAS	R\$ 992.717,54
Contribuição de Melhoria	R\$ 0,00
Transferências da União	R\$ 14.025.594,24
FPM	R\$ 11.995.460,73
Transf. ITR	R\$ 1.349.764,41
IOF s/ ouro	R\$ 680.369,10
ICMS Desoneração	R\$ 0,00
Transferências do Estado	R\$ 16.623.196,06
ICMS	R\$ 14.784.779,85
IPVA	R\$ 1.756.838,54
IPI (Exportação)	R\$ 61.888,29
CIDE	R\$ 19.689,38
TOTAL GERAL	R\$ 37.414.159,18
População do Município	10.616
Limite percentual autorizado - art. 29-A, CF	7,00%
Valor máximo de repasse	R\$ 2.618.991,14
Valor fixado na LOA e créditos adicionais	R\$ 2.550.000,00
Valor gasto pela Câmara Municipal	R\$ 1.747.131,45

APLIC > UG: Prefeitura > Exercício Anterior > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária > Mês de dezembro > Dados Consolidados do Ente > Exportar Planilha para o Excel. APLIC > UG: Câmara Municipal > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária > Mês de dezembro > Valor total da Dotação Atualizada. APLIC > UG: Câmara Municipal > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária > Mês de dezembro > Coluna Valor Empenhado.

Quadro: 12.2 - Índices e Limites Câmara Municipal (artigo 29-A da CF)

DESCRIÇÃO	VALOR R\$	RECEITA BASE R\$	% S/ RECEITA BASE	LIMITE MÁXIMO (%)	SITUAÇÃO
Repasse do Poder Executivo	R\$ 2.550.000,00	R\$ 37.414.159,18	6,81%	7,00%	REGULAR
Gasto do Poder Legislativo	R\$ 1.747.131,45	R\$ 37.414.159,18	4,67%	7,00%	REGULAR
Folha de Pagamento do Poder Legislativo	R\$ 1.158.858,41	R\$ 2.550.000,00	45,44%	70%	REGULAR
Limite Gastos com Pessoal - LRF	R\$ 1.158.858,41	R\$ 68.197.533,70	1,69%	6%	REGULAR





Tribunal de Contas
Mato Grosso

2ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7589 / 7588 / 7529 / 7657 / 3324-4332

Email: segundasecex@tce.mt.gov.br

APLIC > Informes Mensais>Contabilidade>Lançamento Contábil>Razão Contábil> (UG: Câmara - Conta: 45112020100 e UG: Prefeitura – Conta: 35112020100). APLIC > UG: Câmara Municipal > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária > Mês de dezembro. Anexo – Limites Constitucionais e Legais - Quadro 1.7 - Gastos com pessoal - Poder Legislativo (artigos 18 a 22 LRF)





Anexo: 13 - METAS FISCAIS

Quadro: 13.1 - Resultado Primário e Nominal

RECEITAS PRIMÁRIAS	RECEITA ARRECADADA (R\$) (a)	
Receitas Primárias Correntes	R\$ 68.340.143,11	
Receitas Primárias de Capital	R\$ 11.979.904,56	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (I)	R\$ 80.320.047,67	
DESPESA PRIMÁRIA	DESPESA PAGA (R\$) (b)	RESTOS A PAGAR PAGOS (R\$) (c)
Despesas Primárias Correntes	R\$ 62.293.827,77	R\$ 1.978.044,68
Despesas Primárias de Capital	R\$ 14.073.087,13	R\$ 6.627.123,21
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (II)	R\$ 76.366.914,90	R\$ 8.605.167,89
RESULTADO PRIMÁRIO ACIMA DA LINHA (III)=(I-IIb-IIc)	-R\$ 4.652.035,12	
Meta de Resultado Primário fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO 2023 - Valor Corrente	R\$ 2.325.287,00	
JUROS NOMINAIS	VALOR (R\$)	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (IV)	R\$ 1.511.307,37	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (V)	R\$ 240.015,78	
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (VI) = III + (IV - V)	-R\$ 3.380.743,53	
Meta de Resultado Nominal fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO 2023 - Valor Corrente	R\$ 2.650.000,00	

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF – Limites/Documentações > Metas Fiscais





Anexo: 14 - LIMITE CONSTITUCIONAL ART. 167-A

Quadro: 14.1 - Relação entre Despesas e Receitas Correntes - Art. 167-A CF

Exercicio	Receita Corrente Arrecadada (a) R\$	Despesa Corrente Liquidada (b) R\$	Despesas Inscritas em RPNP (c) R\$	Indicador Despesa /Receita (d) %
2021	R\$ 54.023.601,22	R\$ 45.037.768,94	R\$ 3.090.402,44	89,08%
2022	R\$ 62.773.111,85	R\$ 64.368.801,94	R\$ 804.982,08	103,82%
2023	R\$ 74.559.113,12	R\$ 66.637.284,04	R\$ 1.304.821,29	91,12%

Anexo: Receita> Quadro: Resultado da Arrecadação Orçamentária. Origem de recursos da receita (valores Líquidos). Anexo: Despesa> Quadro: Despesa por Categoria Econômica.

